

## EDITAL

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.183/2026

Processo Administrativo nº E:04105.0000001567/2024

Torna-se público que a **AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS - AMGESP**, por meio da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** designados pela **Portaria nº 341/2025**, publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas em 13 de novembro de 2025, sediada na Avenida Walter Ananias, nº. 35 - A, Jaraguá - Maceió - AL - CEP 57025-510, realizará **LICITAÇÃO, para registro de preços**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Valor total da contratação: R\$ 219.923.478,20 (duzentos e dezenove milhões novecentos e vinte e três mil quatrocentos e setenta e oito reais e vinte centavos)

Data da sessão pública: 08 de julho de 2026

Horário: 09h - (horário de Brasília)

Critério de Julgamento: menor preço por grupo de itens, para o Lote 02, referente ao Item 22, e o Lote 03, referente ao Item 24, será adotado o critério de maior desconto

Modo de disputa: aberto

Preferências ME/EPP/Equiparadas: não

Local: Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

## 1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é o **registro de preços para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE AR-CONDICIONADO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

- 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 3.6. **Não poderão disputar esta licitação:**
- 3.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações

que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecido no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

- 4.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021:
- 4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor mensal e anual do item, para os itens 22 e 24 informar o desconto;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para a contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**5.10. Da Garantia Da Proposta:**

5.10.1. Nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, será exigida garantia de proposta como requisito de participação no certame, correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, observado o respectivo lote para o qual o licitante apresentar proposta

5.10.2. A garantia da proposta poderá ser prestada em qualquer das modalidades previstas no §1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, quais sejam:

I. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

II. Seguro-garantia;

III. Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a funcionar pelo banco central do Brasil.

5.10.3 A garantia deverá possuir validade mínima correspondente ao prazo de validade da proposta estabelecido neste edital, acrescido de 30 (trinta) dias, devendo permanecer vigente até a assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

5.10.4. O comprovante da garantia deverá ser apresentado juntamente com os documentos de habilitação, sob pena de inabilitação da licitante.

5.10.5. A garantia da proposta será devolvida aos licitantes não vencedores após a homologação do certame, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

5.10.6. Para a licitante vencedora, a garantia da proposta será liberada após a assinatura do contrato e apresentação da garantia contratual, quando exigida.

5.10.7. A garantia da proposta poderá ser executada pela Administração, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, quando o licitante.

I. Retirar sua proposta durante o prazo de validade;

II. Deixar de apresentar os documentos exigidos para contratação;

III. Recusar-se injustificadamente a assinar a ata de registro de preços, o contrato ou instrumento equivalente;

IV. Não apresentar a garantia contratual, quando exigida;

V. Praticar ato que impeça ou dificulte a regular contratação decorrente do certame.

5.10.8. A execução da garantia da proposta não afasta a aplicação das penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no edital, na ata de registro de preços e no contrato.

5.10.9. Em caso de participação em consórcio, a garantia da proposta poderá ser apresentada em nome da empresa líder ou em nome de todas as consorciadas, desde que cubra integralmente o valor exigido para o lote correspondente.

5.10.10. O licitante deverá observar as disposições relativas à garantia da proposta previstas no item 8.4.2 e seus subitens presentes no Termo de Referência – Anexo I.

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.11.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos.

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 97, inciso VII, da Constituição Estadual; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.13. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.14. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior por grupo de itens e para os itens 22 e 24 o percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 5% (cinco por cento). Para os itens 22 (Lote 02) e 24 (Lote 03), o intervalo mínimo entre os lances, exclusivamente no que se refere aos percentuais de desconto, deverá ser de 0,5% (meio por cento). Ressalta-se que o percentual de desconto de referência estabelecido para os referidos itens é de 3%.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14, poderão os licitantes que apresentaram as 3 (três) melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.



- 6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20.5. Nas licitações que prevejam cota reservada destinada à contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal; em caso de recusa deste, a adjudicação será ofertada aos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. Empresas brasileiras;

6.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.7 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

7.7.1. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. Contiver vícios insanáveis;

7.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital.

7.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.10.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar

Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.12.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

7.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Concluída a etapa final de lances, as empresas licitantes deverão ajustar suas propostas, apresentando os valores unitários e totais com a limitação de duas casas decimais após a vírgula, desconsiderando as duas últimas casas decimais adicionais. Caso seja necessário proceder ao arredondamento, este deverá ser efetuado para o valor imediatamente inferior, vedada a adoção de valor superior ao lance final apresentado.

7.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.



7.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.21. Quando os itens estiverem dispostos em grupo de itens (lote) o critério de julgamento adotado será aplicado individualmente a cada item que integre o grupo, não podendo qualquer deles ultrapassar o valor máximo estimado pela Administração.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo percentual 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou por cópia, com declaração do licitante de sua autenticidade.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.10. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 14:00 horas.

8.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelo e-mail: [klinsmanamgesp@gmail.com](mailto:klinsmanamgesp@gmail.com), de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.10.2. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

8.10.3. Será exigido a declaração de vistoria informando que realizou vistoria(s) no(s) local(is) de prestação de serviços ou DECLARAÇÃO informando que assume os riscos da não realização dessa faculdade. A mencionada vistoria deverá ser agendada diretamente com o setor requisitante. Caso a(s) licitante(s) opte(m) pela dispensa da vistoria, deverão apresentar a declaração formal pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação (dispensando a vistoria). Não será admitida qualquer alegação de desconhecimento total ou parcial dos serviços após a licitação;

8.10.4. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente subitem por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.11. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo 2 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

8.14. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.15.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.15.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- 9.2.1. A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- 9.2.2. A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

- 10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 10.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- 10.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.
- 10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 10.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 10.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Sistema Eletrônico de Informações do Estado de Alagoas – SEI! Alagoas (<https://portal.sei.al.gov.br/>).

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.2.4. Deixar de apresentar amostra; ou

12.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. Não celebrar o contrato, ou a ata de registro de preço, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, no prazo estabelecido pela Administração, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5. Fraudar a licitação;

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, **recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
  - 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1 a 12.1.3, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.
  - 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4 a 12.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito Administração Pública do Estado de Alagoas, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4 a 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1 a 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior,

que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública do Estado de Alagoas.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica pelo e-mail: [klinsmanamgesp@gmail.com](mailto:klinsmanamgesp@gmail.com), ou por petição dirigida ou protocolada na Avenida Walter Ananias, n.º 35A – Jaraguá, CEP: 57025-510 – Maceió/AL.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

14.10. Em caso de divergência entre as especificações, unidades de medida, condições ou demais exigências dos itens licitados constantes do Portal Comprasnet e aquelas previstas no Termo de Referência, prevalecerão, para todos os fins, as disposições contidas no Termo de Referência.

14.11. O “Quadro de Avisos” disponibilizado no Portal Comprasnet possui caráter instrutório e vinculante, integrando o presente Edital para todos os fins e efeitos, devendo ser integralmente observado pelos licitantes. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

14.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

14.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.12.1. ANEXO A – Modelo de Proposta Final;

14.12.2. ANEXO B – Minuta de Ata de Registro de Preços;

14.12.3. ANEXO C – Minuta de Termo de Contrato;

14.12.4. ANEXO D – Termo de Referência;

14.12.5. Apêndice do Anexo D – Estudo Técnico Preliminar.

Maceió (AL), 16 de junho de 2026.

---

Ana Carolina de Moura Coelho  
**Assessora de Apoio de Contratação**

Ruan Klinsman Colácio da Silva  
**Pregoeiro Responsável**

**ANEXO A - MODELO DE PROPOSTA FINAL**

Razão Social da Licitante:.....  
CNPJ:.....  
Endereço:.....  
CEP:.....  
Telefone:..... E-Mail:.....

As planilhas de quantitativos e custos conterão as descrições dos produtos que compõem a solução proposta, incluindo as respectivas quantidades, unidades, preços unitários e totais gerais, expressos em reais (R\$).

ITEM	DESCRIÇÃO	Marca e modelo:	Unid.	Qty.	PREÇO expresso em R\$	
					UNITÁRIO	TOTAL
01	XXXXXXXXXX		Unidade	XX		
TOTAL GERAL						

**PRAZO DE ENTREGA E EXECUÇÃO:** O prazo de execução dos serviços será contado da data da ordem de fornecimento acompanhada da competente nota de empenho, de acordo com as necessidades da Administração.

**VALIDADE DA PROPOSTA:** O Prazo de Validade desta Proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data da abertura deste Certame.

**PRAZO DE PAGAMENTO:** A licitante **DECLARA** que acatará o pagamento da Administração conforme definido na minuta contratual, ANEXO III deste Edital.

**CONTA BANCÁRIA:** Banco XXXXX, Agência XXXX, Conta Corrente XXXXX.

**Declaro:**

1) que estão incluídas nesta proposta comercial, as despesas com todos os impostos, taxas, encargos sociais, encargos fiscais, desembaraço aduaneiro, encargos previdenciários e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação.

2) que estou de acordo com todas as normas e condições deste Edital e seus anexos



**ANEXO B – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021****PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX**

Processo Administrativo nº E:04105.0000001567/2024

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX**

A **Agência de Modernização da Gestão de Processos – AMGESP**, UASG: 925998 com sede na Avenida Walter Ananias, n.º 35A – Jaraguá, CEP: 57025-510 – Maceió/AL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.424.905/0001-38, neste ato representada pelo seu Diretor-Presidente, **Sr. Amilton Barbosa Silva**, nomeado pela decreto nº 86.124, de 01 de Janeiro de 2023, publicada no DOE/AL de 01 de Janeiro de 2023, portador da matrícula funcional nº 163-5, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS AMGESP - PREGÃO/ANO**, publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas em XX de XXX de 2026, e no Diário Oficial do Estado de Alagoas em XX de XXX de 2026, referente ao Processo Administrativo nº E:04105.0000001567/2024, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo às condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE AR-CONDICIONADO**, especificado(s) no(s) item(ns) nº XXX do Termo de Referência anexo do Edital de Licitação nº **PREGÃO/ANO**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades, o fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: CNPJ:, Inscrição Estadual:, sediada na : , CEP: , Telefone: , E-mail: , representado pelo Sr. (a): , Inscrito (a) no CPF: , sob o RG nº:.							
Item	CATMAT/ CATSER	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Marca / Modelo	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)

(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
<b>VALOR TOTAL: R\$ XXXXXX (XXXXXX).</b>							

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. DOS ÓRGÃOS GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

ITEM	UNIDADE DE COMPRA	ÓRGÃO	REQUISIÇÃO MÍNIMA PARA UTILIZAÇÃO DE ATA	REQUISIÇÃO MÁXIMA PARA UTILIZAÇÃO DE ATA	TOTAL
XXX	XX	XXX	10%	50%	XXX
XXX	XX	XXX	10%	50%	XXX

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da Ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante

aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da Ata de Registro de Preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da Ata de Registro de Preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### **Dos limites para as adesões**

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à Ata de Registro de Preços.

4.8. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades da Administração Pública distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da Ata de Registro de Preços:

- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital ou no Aviso de Contratação Direta e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital ou no Aviso de Contratação Direta; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços Registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.



7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados na Ata de Registro de Preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos para as adesões.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão ou entidade participante a aplicação da penalidade.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital ou ao aviso de contratação direta.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 (uma) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelo órgão ou entidade gerenciadora e fornecedor(es) e encaminhada, por cópia, aos Órgãos Participantes.

Maceió/AL, em XX de XXXX de 2026.

---

**AMILTON BARBOSA SILVA**

Diretor Presidente/AMGESP

ÓRGÃO GERENCIADOR

---

**FORNECEDOR**

EMPRESA

FORNECEDOR

---

TESTEMUNHA

CPF Nº

---

TESTEMUNHA

CPF Nº

## ANEXO

## Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor: (...razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante...)						
Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor (R\$) ou Percentual de Desconto (%)	Requisição Mínima	Requisição Máxima
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor: (...razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante...)						
Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor (R\$) ou Percentual de Desconto (%)	Requisição Mínima	Requisição Máxima
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)



**ANEXO C – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO****TERMO DE CONTRATO****SERVIÇOS****LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021**

**TERMO DE CONTRATO (...) Nº (...)/(20...), QUE ENTRE SI CELEBRAM O(A)(...ESTADO DE ALAGOAS, POR INTERMÉDIO DA(O)(...ÓRGÃO...),/AUTARQUIA/FUNDAÇÃO...) E A EMPRESA (...), PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE AR CONDICIONADO.**

**CONTRATANTE:** O(A)(...Estado de Alagoas, por intermédio da(o) (...órgão...),/Autarquia/Fundação...), inscrita(o) no CNPJ sob o nº (...) e com sede na (...endereço...), representado(a) pelo (...cargo do ordenador de despesas...), Sr. (...nome...), nomeado pelo(a)(...Decreto/Portaria...) nº (...), de (...) de (...) de 20(...), publicado(a) no DOE/AL de (...) de (...) de 20(...), portador da matrícula funcional nº (...);

**CONTRATADO:** A empresa (...nome...), inscrita no CNPJ sob o nº (...), com sede na (...endereço...) e com o seguinte endereço eletrônico (...@...), representada pelo seu (...cargo do representante legal...), Sr. (...nome...), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por (...procuração/contrato social/estatuto social...), inscrito no CPF sob o nº (...);

Os CONTRATANTES, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e aos preceitos de direito público, aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, inclusive Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, celebram o presente contrato, decorrente do processo administrativo nº E:04105.0000001567/2024 e do (...Pregão/Concorrência...) nº (...), mediante as cláusulas e condições a seguir:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação dos serviços de **MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE AR-CONDICIONADO**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$) ou	Valor Total
------	---------------	--------	-------------------	------------	-------------------------	-------------

					Percentual de Desconto (%)	
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do Contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contado da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este subitem é condicionada ao atesto, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.1.1.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.1.4. Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;

2.1.1.5. Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de Contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.5. O Contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Admitir-se-á a subcontratação do serviço de teste de qualidade do ar, em conformidade com a Resolução RE nº 176, de 24 de outubro de 2000, por não se tratar de atividade intrínseca às obrigações principais da contratada.

4.1.1. É admitida a subcontratação parcial dos lotes 02 e 03, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.1.2. É vedada a subcontratação integral do objeto, bem como das atividades de coordenação operacional, gerenciamento contratual, execução do PMOC, gestão das ordens de serviço, gestão do sistema informatizado, responsabilidade técnica e atendimento dos níveis mínimos de serviço (SLA), consideradas parcelas de maior relevância técnica e operacional da contratação.

4.1.2.1. É vedada a subcontratação integral do objeto, bem como das atividades de coordenação operacional, gerenciamento contratual, execução do PMOC, gestão das ordens de serviço, gestão do sistema informatizado, responsabilidade técnica e atendimento dos níveis mínimos de serviço (SLA), consideradas parcelas de maior relevância técnica e operacional da contratação.

4.1.2.2. Poderão ser subcontratadas atividades acessórias, auxiliares ou complementares relacionadas à execução operacional dos serviços, incluindo apoio à manutenção preventiva, manutenção corretiva, instalação, desinstalação, transporte de equipamentos e fornecimento de peças, desde que previamente autorizadas pela Administração e mantida integral responsabilidade da contratada principal pela execução contratual.

4.1.2.3. Execução dos serviços dos lotes 01, 02 e 03 que tratam da manutenção preventiva, manutenção corretiva, instalação, desinstalação e fornecimento de peças.

4.1.2.4. Quanto à subcontratação, são necessárias ainda as seguintes especificações técnicas

4.1.3. A(s) empresa(s) subcontratada(s) deverá(am) atender integralmente aos requisitos de habilitação técnica compatíveis com a parcela executada, bem como observar todas as exigências técnicas, operacionais, trabalhistas, ambientais, sanitárias e de segurança previstas no edital, Termo de Referência e contrato.

4.1.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.1.5. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.1.6. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.1.7. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (...) (...valor por extenso...), perfazendo o valor total de R\$ (...) (...valor por extenso...).

Item	Especificação	Quantidade	Valor (R\$) unitário
(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em (.../.../...).

7.2. Após o interregno de 1 (um) ano os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **índice IGPM**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. CLÁUSULA OITAVA– OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

### **8.1. São obrigações do Contratante:**

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato;
- 8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Contratante para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta)dias;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.1.10.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias; para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- 8.1.11. notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando for o caso;
- 8.1.12. comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



## 9. CLÁUSULA NONA– OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deverá cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.1.17.1. A contratação de aprendizes deverá atender, prioritariamente, aos adolescentes com idade entre quatorze e dezoito anos, nos termos do art. 53 do Decreto Federal nº 9.579, de 22 de novembro de 2018.

9.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto à eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade (...), em valor correspondente a 3% (três por cento) do valor (...inicial/anual...) do contrato.

### **OU**

11.1. A contratação conta com garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96 combinado com art. 101, ambos da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade (...), em valor correspondente a 3% (três por cento) do valor (...inicial/anual...) do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o Contratado será depositário:

11.1.1. (...indicar bem 1...): R\$ (...) (...valor por extenso...);

11.1.2. (...indicar bem 2...): R\$ (...) (...valor por extenso...);

11.1.3. TOTAL: R\$ (...) (...valor por extenso...).

**OU**

11.1. O Contratado apresentará, no prazo máximo de (...) dias, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 3% (três por cento) do valor (...inicial/anual...) do contrato.

**OU**

11.1. O Contratado apresentará, no prazo máximo de (...) dias, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 3% (três por cento) do valor (...inicial/anual...) do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o Contratado será depositário:

11.1.1. (... indicar bem 1 ...): R\$ (...) (...valor por extenso...);

11.1.2. (... indicar bem 2 ...): R\$ (...) (...valor por extenso...);

11.1.4. TOTAL: R\$ (...) (...valor por extenso...).

11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a execução do contrato e por 3 (três) meses após o término da vigência contratual, e permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.2.1. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.2.2. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.3 deste Contrato.

11.3. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.4.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado; e

11.4.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado, quando couber.

11.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

11.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica no(a) (...indicar banco oficial...), com correção monetária.

11.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

11.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

11.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de (...) dias, contados da data em que for notificada.

11.11. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.11.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

11.11.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.12. Extinguir-se-á a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

11.13. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.14. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

11.15. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

12.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



12.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa exigida durante a execução do contrato;

12.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao Contratado pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 12.1.2 a 12.1.4 do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 12.1.5 a 12.1.8 do subitem acima deste Contrato, bem como nos subitens 12.1.2 a 12.1.4 do subitem acima deste Contrato que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.4. **Multa**:

12.2.4.1. Moratória de 0,1% (um décimo de por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 dias;

12.2.4.2. Moratória de 0,1% (um décimo de por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 3% (três por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

12.2.4.2.1. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2.4.3. Compensatória, para as infrações previstas nos itens 12.1.1 a 12.1.4, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato;

12.2.4.4. Compensatória, para as infrações previstas nos itens 12.1.5 a 12.1.8, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

12.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.6.4. Os danos que dela provierem para o Contratante; e

12.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159da Lei nº 14.133, de 2021).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no CEIS e no CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

13.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência daquele dia.

13.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

13.2.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.3.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.3. indenizações e multas.

13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

15.1.1. Gestão/Unidade: (...);

15.1.2. Fonte de Recurso: (...);

15.1.3. Programa de Trabalho: (...);

15.1.4. Elemento de Despesa: (...);

15.1.5. Plano Interno: (...).

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento no PNCP.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

18.1. Fica eleito o foro da comarca de Maceió, Alagoas, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, este termo de contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos Contratantes.

Maceió (AL), em (...) de (...) de (...).

---

CONTRATANTE

---

CONTRATADO

---

TESTEMUNHA

CPF N°

---

TESTEMUNHA

CPF N°



**ANEXO D – Termo de Referência;  
Apêndice do Anexo D – Estudo Técnico Preliminar.**

Termo de Referência 279/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
279/2024	925998-AGENCIA DE MODERNIZACAO DA GEST. DE PROCESSOS	CICERO BARROS DANTAS NETTO	15/06/2026 16:09 (v 15.37)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		E:04105.0000001567 /2024

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE AR CONDICIONADO - INTENÇÃO RP- Nº 226-2024, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	CATSER	Descrição	Unidade de Medida	Quantitativo
LOTE 01-LOCAÇÃO				
01	20818	Locação aparelho ar-condicionado Descritivo complementar: <b>Cortina Ar</b> Comprimento: <b>120 CM</b> Potência mínima: <b>200 W</b> Características Adicionais: Com Controle Remoto	Unidade	17
02	20818	Locação aparelho ar-condicionado Descritivo complementar: <b>Cortina Ar</b> Comprimento: <b>200 CM</b>	Unidade	19

		Potência mínima: <b>320 W</b> Características Adicionais: Com Controle Remoto		
03	20818	Locação aparelho ar-condicionado Descritivo complementar: Tipo: <b>janela</b> Capacidade Refrigeração: <b>9.000 BTU</b> Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio	Unidade	<b>3</b>
04	20818	Locação aparelho ar-condicionado Descritivo complementar: Tipo: <b>janela</b> Capacidade Refrigeração: <b>12.000 BTU</b> Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio	Unidade	<b>671</b>
05	20818	Locação aparelho ar-condicionado Descritivo complementar: Tipo: <b>janela</b> Capacidade Refrigeração: <b>18.000 BTU</b> Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio	Unidade	<b>25</b>
06	20818	Locação aparelho ar-condicionado Descritivo complementar: Tipo: <b>Split inverter</b> Capacidade Refrigeração: <b>7.000 BTU</b> Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio	Unidade	<b>79</b>
07	20818	Locação aparelho ar-condicionado Descritivo complementar: Tipo: <b>Split inverter</b> Capacidade Refrigeração: <b>9.000 BTU</b> Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio	Unidade	<b>665</b>
08	20818	Locação aparelho ar-condicionado Descritivo complementar: Tipo: <b>Split inverter</b> Capacidade Refrigeração: <b>12.000 BTU</b> Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio	Unidade	<b>1.352</b>

09	20818	<p>Locação aparelho ar-condicionado</p> <p>Descritivo complementar:</p> <p>Tipo: <b>Split inverter</b></p> <p>Capacidade Refrigeração: <b>18.000</b> BTU</p> <p>Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio</p>	Unidade	<b>736</b>
10	20818	<p>Locação aparelho ar-condicionado</p> <p>Descritivo complementar:</p> <p>Tipo: <b>Split inverter</b></p> <p>Capacidade Refrigeração: <b>22.000</b> BTU</p> <p>Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio</p>	Unidade	<b>204</b>
11	20818	<p>Locação aparelho ar-condicionado</p> <p>Descritivo complementar:</p> <p>Tipo: <b>Split inverter</b></p> <p>Capacidade Refrigeração: <b>24.000</b> BTU</p> <p>Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio</p>	Unidade	<b>217</b>
12	20818	<p>Locação aparelho ar-condicionado</p> <p>Descritivo complementar:</p> <p>Tipo: <b>Split inverter</b></p> <p>Capacidade Refrigeração: <b>30.000</b> BTU</p> <p>Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio</p>	Unidade	<b>217</b>
13	20818	<p>Locação aparelho ar-condicionado</p> <p>Descritivo complementar:</p> <p>Tipo: <b>Split inverter</b></p> <p>Capacidade Refrigeração: <b>36.000</b> BTU</p> <p>Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio</p>	Unidade	<b>40</b>
14	20818	<p>Locação aparelho ar-condicionado</p> <p>Descritivo complementar:</p> <p>Tipo: <b>Split inverter</b></p> <p>Capacidade Refrigeração: <b>48.000</b> BTU</p> <p>Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio</p>	Unidade	<b>23</b>
15	20818	<p>Locação aparelho ar-condicionado</p> <p>Descritivo complementar:</p> <p>Tipo: <b>Split inverter</b></p> <p>Capacidade Refrigeração: <b>60.000</b> BTU</p>	Unidade	<b>71</b>

		Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio		
16	20818	<p>Locação aparelho ar-condicionado</p> <p>Descritivo complementar:</p> <p>Tipo: <b>MULTI SPLIT INVERTER</b></p> <p>Três a quatro evaporadoras para uma condensadora.</p> <p>Controle Remoto distinto por unidade evaporadora</p> <p>Capacidade Refrigeração: <b>60.000</b> BTU</p>	Unidade	<b>16</b>
17	20818	<p>Locação aparelho ar-condicionado</p> <p>Descritivo complementar:</p> <p>Centrais de ar condicionado tipo splitão e /ou cassete: 37 Tr</p>	Unidade	<b>14</b>
18	20818	<p>Locação aparelho arcondicionado</p> <p>Descritivo complementar:</p> <p>Centrais de ar condicionado tipo splitão e/ou cassete: 45 Tr</p>	Unidade	<b>4</b>
<b>LOTE 02 – MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS</b>				
19	2771	<p>Ar Condicionado - Manutenção de Sistemas / Limpeza</p> <p><b>Descrição complementar:</b></p> <p>Tipo: <b>janela</b></p> <p>Manutenção preventiva;</p> <p>Manutenção corretiva;</p> <p>Instalação;</p> <p>Montagem;</p> <p>Desmontagem;</p> <p>Remoção;</p> <p>De ar-condicionado com capacidade de refrigeração de <b>7.000 a 60.000</b> BTUs</p>	Unidade	<b>36.805</b>
20	2771	<p>Ar Condicionado - Manutenção de Sistemas / Limpeza</p> <p><b>Descrição complementar:</b></p> <p>Tipo: <b>Split (Hi Wall e/ou inverter)</b></p> <p>Manutenção preventiva;</p> <p>Manutenção corretiva;</p> <p>Instalação;</p> <p>Montagem;</p>	Unidade	<b>323.748</b>



		Desmontagem; Remoção; De ar-condicionado com capacidade de refrigeração de 7.000 a 60.000 BTUs		
21	2771	Ar Condicionado - Manutenção de Sistemas / Limpeza <b>Descrição complementar:</b> Tipo: <b>piso-teto (Hi Wall e/ou inverter)</b> Manutenção preventiva; Manutenção corretiva; Instalação; Montagem; Desmontagem; Remoção; Capacidade Refrigeração: 18.000 btu a 60.000 btu	Unidade	5.525
22	16004 (Genérico)	Comercialização / Recondicionamento de Peça e Componente <b>Descrição complementar:</b> Fornecimento de peças	Verba (R\$)	4.296.111,44
<b>LOTE 03 – MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS</b>				
23	2771	Ar Condicionado - Manutenção de Sistemas / Limpeza  Descrição complementar:  Tipo: Central (splitão e/ou cassete e/ou Sistema Set-Free Ecoflex (VRF)  Manutenção preventiva;  Manutenção corretiva;  Instalação (unidades evaporadoras e condensadoras);  Montagem (unidades evaporadoras e condensadoras);  Desmontagem (unidades evaporadoras e condensadoras);  Remoção (unidades evaporadoras e condensadoras).	Unidade	5.916

24	16004 (Genérico)	Comercialização / Recondicionamento de Peça e Componente <b>Descrição complementar:</b> Fornecimento de peças	Verba (R\$)	445.080,08
----	---------------------	---	-------------	------------

1.2. Considerando as soluções adotadas no âmbito do presente processo, a tabela a seguir apresenta a previsão do quantitativo de serviços por equipamento, referentes aos Lotes 02 e 03. Ressalte-se que os quantitativos indicados possuem caráter estimativo, podendo sofrer alterações em razão das necessidades supervenientes dos órgãos participantes, de acordo com suas respectivas demandas.

SERVIÇO	QUANTIDADE ANUAL	PERIODICIDADE
Instalação	01	Mediante a necessidade do Órgão
Desinstalação	01	Mediante a necessidade do Órgão
Manutenção preventiva	12	1 (uma) manutenção por mês
Manutenção corretiva	3	Mediante a necessidade do Órgão

1.3. Segue, abaixo, a relação da quantidade de equipamentos sobre os quais deverão ser executados os serviços descritos na tabela acima:

LOTE 02 – MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS				
ITEM	CATMAT	DESCRIPTIVO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE EQUIPAMENTOS
19	2771	Ar Condicionado - Manutenção de Sistemas / Limpeza <b>Descrição complementar:</b> Tipo: <b>janela</b> Manutenção preventiva; Manutenção corretiva; Instalação; Montagem; Desmontagem; Remoção; De ar-condicionado com capacidade de refrigeração de <b>7.000 a 60.000</b> BTUs	Quantidade total de manutenções	2.165

20	2771	Ar Condicionado - Manutenção de Sistemas / Limpeza <b>Descrição complementar:</b> Tipo: <b>Split (Hi Wall e/ou inverter)</b> Manutenção preventiva; Manutenção corretiva; Instalação; Montagem; Desmontagem; Remoção; De ar-condicionado com capacidade de refrigeração de 7.000 a 60.000 BTUs	Quantidade total de manutenções	19.044
21	2771	Ar Condicionado - Manutenção de Sistemas / Limpeza <b>Descrição complementar:</b> Tipo: <b>piso-teto (Hi Wall e/ou inverter)</b> Manutenção preventiva; Manutenção corretiva; Instalação; Montagem; Desmontagem; Remoção; Capacidade Refrigeração: 18.000 btu a 60.000 btu	Quantidade total de manutenções	325
<b>LOTE 03 – MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS</b>				
ITEM	CATMAT	DESCRIPTIVO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE EQUIPAMENTOS
23	2771	Ar Condicionado - Manutenção de Sistemas / Limpeza  Descrição complementar:  Tipo: Central (splitão e/ou cassete e /ou Sistema Set-Free Ecoflex (VRF)  Manutenção preventiva;  Manutenção corretiva;		348

		<p>Instalação (unidades evaporadoras e condensadoras);</p> <p>Montagem (unidades evaporadoras e condensadoras);</p> <p>Desmontagem (unidades evaporadoras e condensadoras);</p> <p>Remoção (unidades evaporadoras e condensadoras).</p>	Quantidade total de manutenções	
--	--	---	---------------------------------	--

1.4. Estimativas de consumo individualizadas por equipamentos de cada órgão gerenciador e órgão(s) e entidade (s) participante(s):

ITEM	UNIDADE DE COMPRA	ADEAL	AL.PREV	AMGESP	CBMAL	CEDEC	SEDUC	REQUISICÃO MÍNIMA PARA UTILIZAÇÃO DA ATA	REQUISICÃO MÁXIMA PARA UTILIZAÇÃO DA ATA
LOTE 01- LOCAÇÃO									
01	Unidade	02	-	-	10	-		10%	50%
02	Unidade	-	-	-	04	-		10%	50%
03	Unidade	-	-	-	-	-		10%	50%
04	Unidade	-	-	-	-	-		10%	50%
05	Unidade	10	-	-	-	-		10%	50%
06	Unidade	-	-	-	-	-	50	10%	50%
07	Unidade	-	-	-	-	-	200	10%	50%
08	Unidade	-	24	18	42	-	100	10%	50%
09	Unidade	10	08	15	40	-	200	10%	50%
10	Unidade	10	-	05	04	-	50	10%	50%

11	Unidade	-	26	7	04	-	100	10%	50%
12	Unidade	02	14	06	16	-	50	10%	50%
13	Unidade	-	-	03	03	-		10%	50%
14	Unidade	-	-	-	03	-		10%	50%
15	Unidade	-	03	-	-	-		10%	50%
16	Unidade	-	-	-	-	-		10%	50%
17	Unidade	-	-	-	-	-		10%	50%
18	Unidade	-	-	-	-	-		10%	50%

LOTE 02 – MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS

19	Unidade	50	-	-	-	-		10%	50%
20	Unidade	40	75	-	299	10	2890	10%	50%
21	Unidade	20	-	-	07	-	-	10%	50%
22	Verba (R\$)	30.000,00	100.000,00	0,00	34.564,40	7.000,00	1.000.00,00	10%	50%

LOTE 03 – MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS

23	Unidade	-	-	-	-	-	-	10%	50%
24	Verba (R\$)	-	-	-	-	-	-	10%	50%

ITEM	UNIDADE DE COMPRA							REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA
------	-------------------	--	--	--	--	--	--	-------------------	-------------------



		CGE	EMATER	GAB.CIVIL	ITEC	ITERAL	PARA UTILIZAÇÃO DA ATA	PARA UTILIZAÇÃO DA ATA
LOTE 01- LOCAÇÃO								
01	Unidade	-	-	-	-	02	10%	50%
02	Unidade	-	01	-	-	-	10%	50%
03	Unidade	-	-	-	-	02	10%	50%
04	Unidade	-	-	-	-	-	10%	50%
05	Unidade	-	-	-	-	-	10%	50%
06	Unidade	-	-	-	-	02	10%	50%
07	Unidade	-	-	12	-	04	10%	50%
08	Unidade	06	-	07	-	04	10%	50%
09	Unidade	10	03	17	03	06	10%	50%
10	Unidade	06	-	02	-	-	10%	50%
11	Unidade	06	-	02	05	02	10%	50%
12	Unidade	-	-	10	-	02	10%	50%
13	Unidade	-	-	03	02	-	10%	50%
14	Unidade	-	-	06	-	-	10%	50%
15	Unidade	-	-	07	10	-	10%	50%
16	Unidade	-	-	02	-	-	10%	50%
17	Unidade	-	-	04	-	-	10%	50%
18	Unidade	-	-	04	-	-	10%	50%
LOTE 02 – MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS								
19	Unidade	-	-	-	-	05	10%	50%

20	Unidade	50	336	40	120	33	10%	50%
21	Unidade	-	-	15	168	-	10%	50%
22	Verba (R\$)	60.000,00	33.660,00	101.220,04	20.000,00	20.000,00	10%	50%

LOTE 03 – MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS								
23	Unidade	-	-	16	-	-	10%	50%
24	Verba (R\$)	-	-	236.180,08	-	-	10%	50%
ITEM	UNIDADE DE COMPRA	IZP	PCAL	PGE	PMAL	PROCON	REQUISICÃO MÍNIMA PARA UTILIZAÇÃO DA ATA	REQUISICÃO MÁXIMA PARA UTILIZAÇÃO DA ATA
LOTE 01- LOCAÇÃO								
01	Unidade	-	-	03	-	-	10%	50%
02	Unidade	-	10	03	-	-	10%	50%
03	Unidade	-	-	-	-	-	10%	50%
04	Unidade	-	668	02	-	-	10%	50%
05	Unidade	-	-	15	-	-	10%	50%
06	Unidade	-	-	-	-	-	10%	50%
07	Unidade	05	-	05	15	-	10%	50%
08	Unidade	-	270	25	35	05	10%	50%
09	Unidade	08	12	20	10	03	10%	50%
10	Unidade	-	-	3	10	02	10%	50%

11	Unidade	-	-	10	10	-	10%	50%
12	Unidade	-	07	06	10	-	10%	50%
13	Unidade	-	-	-	10	-	10%	50%
14	Unidade	-	03	-	04	-	10%	50%
15	Unidade	-	04	04	01	-	10%	50%
16	Unidade	-	-	-	-	-	10%	50%
17	Unidade	-	-	-	-	-	10%	50%
18	Unidade	-	-	-	-	-	10%	50%
LOTE 02 – MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS								
19	Unidade	05	2.004	17	-	-	10%	50%
20	Unidade	25	918	58	1.260	25	10%	50%
21	Unidade	-	-	-	-	-	10%	50%
22	Verba (R\$)	40.000,00	534.000,00	70.000,00	52.500,00	30.000,00	10%	50%
LOTE 03 – MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS								
23	Unidade	-	-	-	-	-	10%	50%
24	Verba (R\$)	-	-	-	-	-	10%	50%

ITEM	UNIDADE DE COMPRA	SEAGRI	SECRIA	SECTI	SEDICS	SEFAZ	REQUISICÃO MÍNIMA PARA UTILIZAÇÃO DA ATA	REQUISICÃO MÁXIMA PARA UTILIZAÇÃO DA ATA
LOTE 01- LOCAÇÃO								
01	Unidade	-	-	-	-	-	10%	50%
02	Unidade	-	-	-	-	-	10%	50%

03	Unidade	-	-	-	-	-	10%	50%
04	Unidade	-	-	-	-	-	10%	50%
05	Unidade	-	-	-	-	-	10%	50%
06	Unidade	-	-	-	-	-	10%	50%
07	Unidade	-	-	-	-	-	10%	50%
08	Unidade	-	25	-	-	-	10%	50%
09	Unidade	-	-	-	-	-	10%	50%
10	Unidade	-	-	-	-	-	10%	50%
11	Unidade	-	-	-	-	-	10%	50%
12	Unidade	-	-	-	-	-	10%	50%
13	Unidade	-	-	-	-	-	10%	50%
14	Unidade	-	-	-	-	-	10%	50%
15	Unidade	-	-	-	-	-	10%	50%
16	Unidade	-	-	-	-	-	10%	50%
17	Unidade	-	-	-	-	-	10%	50%
18	Unidade	-	-	-	-	-	10%	50%
LOTE 02 – MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS								
19	Unidade	-	-	23	-	-	10%	50%
20	Unidade	51	35	-	601	121	10%	50%
21	Unidade	-	-	-	01	-	10%	50%
22	Verba (R\$)	8.517,00	30.000,00	10.000,00	1.430.000,00	30.000,00	10%	50%
LOTE 03 – MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS								
23	Unidade	-	-	-	-	298	10%	50%

	24	Verba (R\$)	-	-	-	-	123.000,00	10%	50%	
ITEM	UNIDADE DE COMPRA	SETEQ	SETRAND	SSP	SECULT	VICE GOV.	REQUISIÇÃO MÍNIMA PARA UTILIZAÇÃO DA ATA	REQUISIÇÃO MÁXIMA PARA UTILIZAÇÃO DA ATA		
LOTE 01- LOCAÇÃO										
01	Unidade	-	-	-	-	-	10%	50%		
02	Unidade	-	-	-	-	-	10%	50%		
03	Unidade	-	-	-	-	-	10%	50%		
04	Unidade	-	-	-	-	-	10%	50%		
05	Unidade	-	-	-	-	-	10%	50%		
06	Unidade	-	-	-	-	-	10%	50%		
07	Unidade	-	-	213	10	-	10%	50%		
08	Unidade	-	-	482	20	-	10%	50%		
09	Unidade	-	-	189	10	-	10%	50%		
10	Unidade	-	-	-	-	-	10%	50%		
11	Unidade	-	-	-	05	-	10%	50%		
12	Unidade	-	-	73	08	-	10%	50%		
13	Unidade	-	-	-	06	-	10%	50%		
14	Unidade	-	-	-	02	-	10%	50%		
15	Unidade	-	-	15	16	-	10%	50%		
16	Unidade	-	-	06	-	-	10%	50%		
17	Unidade	-	-	-	10	-	10%	50%		



18	Unidade	-	-	-	-	-	10%	50%
LOTE 02 – MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS								
19	Unidade	-	-	-	-	-	10%	50%
20	Unidade	18	25	978	52	22	10%	50%
21	Unidade	-	-	-	20	02	10%	50%
22	Verba (R\$)	20.000,00	10.000,00	100.000,00	5.000,00	15.000,00	10%	50%
LOTE 03 – MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS								
23	Unidade	-	02	-	10	-	10%	50%
24	Verba (R\$)	-	5.000,00	-	5.000,00	-	10%	50%

ITEM	UNIDADE DE COMPRA	SELAJ	SEPLAG	SEPREV	SERFI	SESAU	SERIS	REQUISIÇÃO MÍNIMA PARA UTILIZAÇÃO DA ATA	REQUISIÇÃO MÁXIMA PARA UTILIZAÇÃO DA ATA	TOTAL
LOTE 01- LOCAÇÃO										
01	Unidade	-	-	-	-	-	-	10%	50%	17
02	Unidade	-	-	01	-	-	-	10%	50%	19
03	Unidade	-	-	01	-	-	-	10%	50%	3
04	Unidade	-	-	01	-	-	-	10%	50%	671
05	Unidade	-	-	-	-	-	-	10%	50%	25
06	Unidade	-	-	06	-	-	21	10%	50%	79
07	Unidade	06	26	69	-	72	28	10%	50%	665
08	Unidade	09	12	135	02	102	29	10%	50%	1.352

09	Unidade	04	26	39	05	73	25	10%	50%	736
10	Unidade	-	-	02	-	101	09	10%	50%	204
11	Unidade	-	24	16	-	-	04	10%	50%	217
12	Unidade	-	-	06	-	-	07	10%	50%	217
13	Unidade	-	-	02	-	-	11	10%	50%	40
14	Unidade	-	-	-	-	01	04	10%	50%	23
15	Unidade	-	-	-	-	11	-	10%	50%	71
16	Unidade	02	06	-	-	-	-	10%	50%	16
17	Unidade	-	-	-	-	-	-	10%	50%	14
18	Unidade	-	-	-	-	-	-	10%	50%	4
LOTE 02 – MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS										
19	Unidade	-	-	-	-	-	-	10%	50%	2.165
20	Unidade	91	1.056	275	07	2.088	7.445	10%	50%	19.044
21	Unidade	-	72	-	-	-	03	10%	50%	325
22	Verba (R\$)	24.150,00	225.600,00	96.950,00	5.000,00	152.950,00	71.100,00	10%	50%	4.296.111,44
LOTE 03 – MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS										
23	Unidade	04	-	-	-	18	-	10%	50%	348
24	Verba (R\$)	10.350,00	-	-	-	65.550,00	-	10%	50%	445.080,08

1.5. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contado da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, prorrogável por até 10 anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6.1. O serviço é enquadrado como contínuo tendo em vista que a sua realização diz respeito a manutenção da atividade administrativa, decorrente das necessidades permanentes ou prolongadas, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando Sua habitualidade: pois garantem o funcionamento das atividades fim do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional, e Sua essencialidade: buscando garantir a segurança eficiente das pessoas e do bem público, em condições adequadas nas suas dependências, necessita da contratação dos serviços contínuos de manutenção de ar condicionado, para execução dentro dos padrões exigidos.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. Fundamentação da contratação**

### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A manutenção adequada, contínua e tecnicamente supervisionada dos sistemas de climatização constitui necessidade essencial à Administração Pública, considerando sua relação direta com a preservação das condições adequadas de conforto térmico, qualidade do ar interior, saúde ocupacional dos servidores e usuários, continuidade das atividades administrativas e operacionais, preservação patrimonial dos equipamentos, eficiência energética, mitigação de riscos sanitários e regular prestação dos serviços públicos. A adequada operação dos sistemas de climatização mostra-se indispensável para assegurar ambientes salubres, seguros e compatíveis com as exigências técnicas, sanitárias e ocupacionais aplicáveis aos ambientes de uso coletivo.

2.1.1. A ausência de manutenção preventiva e corretiva adequada nos sistemas de climatização pode ocasionar proliferação de fungos, bactérias, ácaros e demais agentes contaminantes, falhas operacionais recorrentes, aumento do consumo energético, redução da vida útil dos equipamentos, paralisação das atividades administrativas, comprometimento da qualidade ambiental interna e elevação dos custos decorrentes de manutenções emergenciais, substituições prematuras e reposição patrimonial. Além disso, a inadequada conservação dos sistemas poderá comprometer diretamente a eficiência operacional das unidades administrativas e as condições mínimas necessárias ao adequado funcionamento dos serviços públicos prestados pela Administração.

2.2. A manutenção adequada e contínua dos sistemas de climatização em ambientes públicos é uma necessidade essencial para garantir condições ambientais salubres, seguras e eficientes para servidores, colaboradores e usuários dos serviços públicos. Ademais, a contratação também visa assegurar o funcionamento ininterrupto das atividades administrativas e operacionais do órgão, evitando prejuízos institucionais e danos ao patrimônio público decorrentes de falhas ou paralisações dos equipamentos de ar-condicionado.

2.3. Os serviços de manutenção preventiva, manutenção corretiva, instalação, desinstalação, execução de PMOC e locação de sistemas de climatização deverão observar integralmente as normas técnicas, sanitárias, ambientais, trabalhistas e de engenharia aplicáveis ao objeto, especialmente:

2.3.1. A Lei Federal nº 13.589/2018, que dispõe sobre a obrigatoriedade de implementação do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC em sistemas de climatização de ambientes de uso coletivo, públicos e privados, com capacidade térmica superior a 60.000 BTU/h (5 TR), visando assegurar padrões adequados de qualidade do ar interior, prevenção de riscos à saúde e adequada conservação dos sistemas de climatização.

2.3.2. A Norma Regulamentadora - NR-1, atualizada pela Portaria SEPRT nº 6.730/2020, que estabelece diretrizes relativas ao Gerenciamento de Riscos Ocupacionais – GRO, aplicáveis aos ambientes climatizados e às atividades desenvolvidas durante a execução contratual, especialmente quanto à prevenção de riscos físicos, ergonômicos, elétricos e operacionais.

2.3.3.A Resolução ANVISA nº 09/2003, que dispõe sobre padrões referenciais de qualidade do ar interior em ambientes climatizados de uso público e coletivo, reforçando a necessidade de monitoramento e controle dos sistemas de climatização para preservar a saúde dos ocupantes;

2.3.4. A Instrução Normativa SEGES/ME nº 05/2017, que estabelece critérios para a contratação de serviços no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, reforçando os princípios da economicidade, eficiência e continuidade dos serviços públicos, os quais se aplicam à presente contratação;

2.3.5. O princípio da continuidade do serviço público, previsto no art. 37 da Constituição Federal e amplamente reconhecido pela doutrina e jurisprudência administrativa, impondo à Administração o dever de garantir a manutenção regular das condições operacionais indispensáveis ao funcionamento das unidades públicas atendidas. A necessidade de preservação do patrimônio público, evitando o desgaste prematuro, falhas técnicas e comprometimento dos equipamentos de climatização, o que poderia gerar despesas ainda maiores com substituições e reparos emergenciais.

2.4. Além dos aspectos legais e técnicos, a presente contratação justifica-se, ainda, pela necessidade de assegurar a continuidade operacional dos sistemas de climatização, garantindo condições adequadas de conforto térmico e qualidade do ar interior nos ambientes públicos atendidos. Busca-se, também, promover ambientes laborais salubres, seguros e adequados ao desempenho das atividades administrativas e ao atendimento ao público, reduzindo riscos sanitários, operacionais e patrimoniais decorrentes da inadequada manutenção dos equipamentos. A contratação visa preservar a vida útil dos sistemas de climatização, assegurar maior eficiência energética, reduzir custos relacionados a manutenções emergenciais e substituições prematuras, bem como garantir o adequado cumprimento das rotinas de manutenção preventiva e do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC. Ademais, objetiva-se promover maior eficiência administrativa e operacional, assegurando a regular continuidade dos serviços públicos prestados pelos órgãos participantes.

### **3. Descrição da solução**

#### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A solução proposta contempla a prestação de serviços continuados de locação, manutenção preventiva e corretiva, instalação, desinstalação, assistência técnica e execução do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC dos sistemas de climatização utilizados pelos órgãos participantes, considerando todo o ciclo de vida operacional dos equipamentos. A contratação abrange equipamentos dos tipos janela, split, inverter, piso-teto, cassete, splitão, centrais de climatização e sistemas VRF/VRV, incluindo o fornecimento de mão de obra especializada, ferramentas, equipamentos, insumos, suporte técnico, logística operacional, peças e demais materiais necessários à adequada execução dos serviços.

3.2. A resolução foi estruturada considerando a necessidade de garantir a continuidade operacional dos sistemas de climatização, a qualidade do ar interior, a eficiência energética, a preservação patrimonial dos equipamentos e a mitigação de riscos operacionais e sanitários, observando-se as normas técnicas, sanitárias, ambientais e de engenharia aplicáveis ao objeto.

3.3. O modelo adotado busca assegurar maior eficiência administrativa e operacional, mediante execução contínua dos serviços, atendimento descentralizado das unidades contempladas, controle das rotinas preventivas, rastreabilidade das intervenções realizadas, monitoramento das ordens de serviço e gestão do histórico operacional dos equipamentos, promovendo maior previsibilidade das manutenções, redução de falhas recorrentes, aumento da vida útil dos sistemas e redução dos custos decorrentes de paralisações e manutenções emergenciais.

3.4. A descrição detalhada da solução, bem como seus quantitativos, especificações técnicas, premissas operacionais e critérios de execução, encontra-se consolidada nos Estudos Técnicos Preliminares – ETP, anexos a este Termo de Referência.

## **4. Requisitos da contratação**

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Sustentabilidade:

4.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1.2. Dar preferência - em relação aos materiais utilizados na execução dos serviços - à utilização de produtos constituídos, no todo ou em parte, por materiais reciclados, atóxicos, biodegradáveis, conforme ABNT NBR – 15.448-1 e 15.448-215. Os materiais devem ser acondicionados, preferencialmente, em embalagens recicladas ou recicláveis, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar;

4.1.2. Subcontratação:

4.1.2.1. Admitir-se-á a subcontratação do serviço de teste de qualidade do ar, em conformidade com a Resolução-RE nº 176, de 24 de outubro de 2000, por não se tratar de atividade intrínseca às obrigações principais da contratada.

4.1.2.2. É admitida a subcontratação parcial dos lotes 02 e 03, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.1.2.2.1. É vedada a subcontratação integral do objeto, bem como das atividades de coordenação operacional, gerenciamento contratual, execução do PMOC, gestão das ordens de serviço, gestão do sistema informatizado, responsabilidade técnica e atendimento dos níveis mínimos de serviço (SLA), consideradas parcelas de maior relevância técnica e operacional da contratação.

4.1.2.3. Poderão ser subcontratadas atividades acessórias, auxiliares ou complementares relacionadas à execução operacional dos serviços, incluindo apoio à manutenção preventiva, manutenção corretiva, instalação, desinstalação, transporte de equipamentos e fornecimento de peças, desde que previamente autorizadas pela Administração e mantida integral responsabilidade da contratada principal pela execução contratual.

4.1.2.3.1. Execução dos serviços dos lotes 01, 02 e 03 que tratam da manutenção preventiva, manutenção corretiva, instalação, desinstalação e fornecimento de peças;

4.1.2.3.2. Quanto à subcontratação, são necessárias ainda as seguintes especificações técnicas:

4.1.2.3.2.1. A(s) empresa(s) subcontratada(s) deverá(am) atender integralmente aos requisitos de habilitação técnica compatíveis com a parcela executada, bem como observar todas as exigências técnicas, operacionais, trabalhistas, ambientais, sanitárias e de segurança previstas no edital, Termo de Referência e contrato.

4.1.2.3.2.2. A subcontratação dependerá de autorização prévia da Administração, mediante apresentação da documentação técnica, jurídica e operacional da empresa subcontratada, a qual será submetida à análise do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quanto ao atendimento das exigências editalícias e contratuais.

#### 4.1.3. Garantia da contratação:

4.1.3.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.1.3.1.1. A garantia do contrato será 3% (três por cento) do valor inicial do contrato;

4.1.3.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.1.3.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.1.3.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

#### 4.1.4 Vistoria:

4.1.4.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 14:00 horas.

4.1.4.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.1.4.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.1.4.4. Será exigido a declaração de vistoria informando que realizou vistoria(s) no(s) local(is) de prestação de serviços ou DECLARAÇÃO informando que assume os riscos da não realização dessa faculdade. A mencionada vistoria deverá ser agendada diretamente com o setor requisitante. Caso a(s) licitante(s) opte(m) pela dispensa da vistoria, deverão apresentar a declaração formal pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação (dispensando a vistoria). Não será admitida qualquer alegação de desconhecimento total ou parcial dos serviços após a licitação;

4.1.4.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.1.4.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.1.4.7. A empresa deverá fornecer a seus empregados os equipamentos de proteção básicos para o desempenho da função quando exigível, enquadrando-se no que couber, com as normas de segurança regulamentadas pelo Ministério do Trabalho (NR-18 e NR-06).

4.1.4.8. Para execução dos serviços, caberá à CONTRATADA o ônus de dimensionar, fornecer, manter e conservar pelo período que for necessário, ferramental, instrumental e equipamentos adequados e compatíveis com o tipo de serviço a ser prestado, a fim de assegurar a prestação satisfatória do contrato.

4.1.4.9. A CONTRATADA deverá cumprir as diretrizes contidas nas Normas Regulamentadoras NR-18 e NR-35, do Ministério do Trabalho e Emprego, aplicáveis às características de cada serviço, e adotar medidas de proteção, prioritariamente de ordem coletiva e supletivamente de ordem individual, em relação às condições de trabalho e segurança dos trabalhadores, devendo todos receber treinamentos admissional e periódicos, não repassando estes custos para

4.1.4.10. Aplica-se às exigências das normas regulamentadoras de segurança e medicina do trabalho, principalmente no que tange a equipamentos de proteção individual (EPI's), de responsabilidade da CONTRATADA, devendo a mesma disponibilizá-los para os seus empregados, conforme o tipo de serviço a ser executado, tais como:

- Capa de PVC (\*);
- Cinturão paraquedista; Talabarte duplo
- Capacete (\*);
- Luvas de proteção (\*);
- Óculos de proteção (\*);
- Protetor auricular tipo plug de inserção;
- Bota de segurança preta com cabedal em couro;
- Cinta Abdominal Lombar Ergonômica;
- Máscara Respiradora Semi facial PFF2 Valvulada descartável;
- Corda Padrão NR-18 de Poliamida Trançada para trabalhos acima de 2 m.

4.1.4.10.1. Ressalte-se que os EPI's são de uso exclusivo, os acima assinalados com (\*), são de uso estritamente pessoal e por isso não poderão ser compartilhados.

4.1.4.10.2. A CONTRATADA fornecerá gratuitamente a todos os seus trabalhadores os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, orientando sobre o uso e a sua conservação dos mesmos, observados as disposições legais vigentes. Os equipamentos deverão ser substituídos sempre que estiverem danificados, não repassando estes custos para a CONTRATANTE. Nesse sentido, a CONTRATADA;

4.1.4.10.3. Caso o trabalhador acuse risco grave e iminente à vida, recusando-se por isso a executar tarefa onde não esteja garantida a sua segurança, a CONTRATADA deverá apurar devidamente a denúncia, antes de obrigá-lo a executar tal tarefa ou puni-lo pela recusa, de forma que somente trabalhe em condições de segurança, nos moldes da legislação pertinente à tarefa ou trabalho em execução;

4.1.4.10.4. A CONTRATADA deverá manter seu pessoal sempre uniformizado e identificando-os mediante crachás com fotografia recente e portando roupas apropriadas com identificação da Empresa.

4.1.5. Deverá a CONTRATADA promover durante o período de prestação dos serviços análise da qualidade do ar de forma semestral, junto de empresa capacitada e acreditada pelo Inmetro, em atendimento à Resolução-RE nº 176, de 24 de outubro de 2000 da ANVISA.

4.1.6. Normativos aplicados ao objeto:

4.1.6.1. Normativos aplicados aos lotes 1, 2 e 3:

- ABNT NBR 16247 - Eficiência energética de equipamentos de ar condicionado.
- ABNT NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão;
- ABNT NBR 16.401 – Instalações de ar-condicionado – Sistemas centrais e unitários
- ABNT NBR 13.971 – Sistemas de refrigeração, condicionamento de ar, ventilação e aquecimento

4.1.6.2. Manutenção Programada:



- ABNT NBR 15.848 – Sistemas de ar-condicionado e ventilação – Procedimentos e requisitos relativos às atividades de construção, reformas, operação e manutenção das instalações que afetam a Qualidade do Ar Interior (QAI);
- ABNT NBR 16.186 – Refrigeração comercial, detecção de vazamento, contenção de fluido refrigerante, manutenção e reparos;
- ABNT NBR 13.598 – Vasos de pressão para refrigeração;
- ABNT NBR 10.151 – Acústica – Avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade.

4.1.6.3. Os materiais a serem empregados e os serviços a serem executados pela CONTRATADA deverão obedecer rigorosamente às prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem de produtos;

#### 4.1.7. Do Programa de Integridade

4.1.7.1. O Programa de Integridade a ser implantado pela CONTRATADA consistirá no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria, controle e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

4.1.7.2. O Programa de Integridade deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as características e riscos atuais das atividades de cada pessoa jurídica, a qual, por sua vez, deve garantir o constante aprimoramento e adaptação do referido programa, visando garantir sua efetividade.

4.1.7.3. O Programa de Integridade será avaliado, quanto à sua existência e aplicação, de acordo com os seguintes parâmetros:

I - Padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade;

II - Treinamentos periódicos sobre o Programa de Integridade;

III - Análise periódica de riscos para realização e adaptações necessárias;

IV - Registros contábeis que reflitam de forma completa e precisa as transações;

V - Controles internos que assegurem a confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiras;

VI - Procedimentos específicos para prevenir fraudes e ilícitos em licitações e contratos;

VII - Independência e autoridade da instância responsável pela aplicação do Programa;

VIII - Canais de denúncia de irregularidades, abertos e amplamente divulgados, com proteção a denunciantes de boa-fé;

IX - Medidas disciplinares em caso de violação do Programa;

X - Procedimentos para interrupção de irregularidades e remediação dos danos;

XI - Ações comprovadas de promoção da cultura ética e de integridade.

4.1.7.4. A comprovação da existência do programa deve abranger documentos oficiais, relatórios, manuais, ou outros documentos pertinentes, preferencialmente em meio digital.

4.1.7.5. O Programa de Integridade meramente formal e que se mostre ineficaz para mitigar riscos não será considerado para fim de cumprimento desta obrigação.

#### 4.1.8. Do sistema de software:

4.1.8.1. A empresa deverá manter em pleno atividade um sistema de gerenciamento mantendo ativa as seguintes funcionalidades:

4.1.8.1.1. Fluxo Operacional de Ponta a Ponta (End-to-End): Demonstração da jornada completa do serviço, desde a abertura do chamado via módulo de usuário solicitante, classificação automática, geração de Ordem de Serviço (OS) vinculada ao ativo, até a execução mobile e encerramento com evidências digitais (fotos e assinaturas) sem uso de ferramentas externas.

4.1.8.1.2. Gestão de Conformidade e Automação de PMOC: Capacidade de criação e execução do Plano de Manutenção (conforme Portaria nº 3.523/1998 e RE nº 9/2003 ANVISA) com geração automática de cronogramas preventivos, checklists técnicos configuráveis e campos obrigatórios para medições de temperatura, pressão e corrente.

4.1.8.1.3. Mobilidade e registro do local (Geolocalização): Uso obrigatório de aplicativo móvel que suporte leitura de QR Code para identificação do ativo e registro da geolocalização das execuções e presença do técnico no local.

4.1.8.1.4. Controle Patrimonial e Inventário de Ativos: Módulo nativo para cadastro detalhado de bens (marca, modelo, capacidade, criticidade) com mapa de localização, controle de vida útil e rastreabilidade total de movimentações.

4.1.8.1.5. Gestão Financeira e Apropriação de Custos: Demonstração de custos por OS (materiais, peças e mão de obra) com histórico de despesas por equipamento e vinculação direta aos centros de custo ou unidades prediais.

4.1.8.1.6. Rastreabilidade e Auditoria do Sistema: Disponibilização de log completo e inviolável de todas as ações realizadas na plataforma (quem, quando e o quê), garantindo a integridade dos dados para fins de fiscalização e auditoria.

4.1.8.1.7. Dashboards Gerenciais e Business Intelligence (BI): Painéis em tempo real com indicadores de desempenho (MTBF, MTTR, taxa de preventiva vs. corretiva) e índices de reincidência de falhas para suporte à tomada de decisão.

4.1.8.1.8. Relatórios Técnicos e Exportação Automatizada: Capacidade de gerar e exportar automaticamente em PDF e planilha de relatório de ordem de serviço, não conformidades, registro de atividades, ordens programadas e histórico de corretivas.

4.1.8.1.9. Avaliação da Qualidade e Satisfação do Usuário: Ferramenta integrada para registro de nota de satisfação pelo usuário final e aceite digital pelo fiscal do contrato após a execução de cada serviço.

4.1.8.1.10. Performance, Escalabilidade e Integração: Comprovação de estabilidade para operação com volumetria mínima de 25.000 ativos e prontidão tecnológica para integração (API) com sistemas de ERP ou gestão patrimonial.

4.1.8.1.11. Segurança da Informação e LGPD: Demonstração de controle de acesso rigoroso por perfil, rotinas de backup automático e proteção de dados em total conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados.

4.1.8.1.12. Controle de Qualidade do Ar e Boas Práticas: Registro detalhado de limpeza de filtros, monitoramento de parâmetros ambientais e histórico fotográfico de "antes e depois" em procedimentos de instalação ou manutenção.

4.1.8.1.13. Gestão de SLAs e Escalonamento: Configuração de prazos de atendimento (2h, 6h, 12h e 24h) com sistema de alertas automáticos e indicadores de tempo médio de resposta e reparo (MTTR).

4.1.8.1.14. Disponibilidade mínima de 10 (dez) veículos automotores, próprios, locados, arrendados ou formalmente disponibilizados à licitante, em condições adequadas de uso, destinados ao deslocamento das equipes

técnicas, transporte de ferramentas, equipamentos, instrumentos, materiais e peças necessários à adequada execução contratual.

## 5. Modelo de execução do objeto

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### 5.1. Condições de execução:

5.1.1. O prazo de execução dos serviços será contado do efetivo recebimento da Ordem de Execução até a expiração do prazo de vigência contratual, na forma que se segue:

5.1.1.1. A CONTRATADA deverá realizar os procedimentos mensalmente para os lotes de locação e manutenções, são eles:

- Verificar ruídos e vibrações anormais
- Limpeza da evaporadora
- Limpeza do filtro de ar
- Medir o diferencial de pressão
- Verificar e eliminar frestas dos filtros
- Limpar/lavar (quando recuperável) ou substituir (quando descartável) o elemento filtrante
- Verificar grades de ventilação/exaustão
- Verificar a chave seletora
- Verificar atuação do termostato
- Verificar válvula reversara
- Medir e registrar tensão elétrica na alimentação, compressor e motores
- Medir e registrar corrente elétrica ventilador/compressor
- Medir e registrar temperatura ar insuflamento, retorno e ambiente
- Efetuar reaperto dos terminais, parafusos e molas
- Verificar estado de fiação, terminais e contatos elétricos
- Limpar bandeja
- Verificar a condensação e dreno e sua operação
- Verificar a vedação dos painéis de fechamento do gabinete
- Verificar a tensão das correias, para evitar o escorregamento nas polias
- Lavar as serpentinas e bandejas com remoção de biofilme (lodo) sem uso de produtos desengraxantes e corrosivos;
- Limpar o gabinete do condicionador e ventiladores (carcaça e rotor)
- Verificar o funcionamento da resistência de aquecimento do cárter
- Verificar filtro e secador
- Verificar carga de gás refrigerante e vazamentos
- Verificar nível de óleo do compressor
- Verificar a operação da válvula de expansão
- Verificar e calibrar os dispositivos de segurança (pressostatos de alta/baixa e óleo)
- Verificar e calibrar os dispositivos de segurança, relés térmicos e fusíveis
- Verificar a calibragem e regulagem do termostato de controle de temperatura do ambiente.
- Limpeza dos dutos
- Confecção de ramais principais e dutos
- Verificar e substituir se necessário lonas flexíveis dos dutos
- Instalação elétrica
- Verificação e substituição de componentes eletroeletrônicos

- Revitalização da rede de dutos dos anexos (Prédios)
- Verificação e substituição de rede elétrica e componentes para o uso pleno dos equipamentos (fios, disjuntores, quadro de luz e tomadas)

5.1.2. Os serviços serão prestados no(s) seguinte(s) endereço(s):

5.1.2.1. Os endereços estarão presentes no anexo I ;

5.1.3. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.1.3.1. Anualmente:

- Limpeza da condensadora;
- Verificar protetor térmico do compressor;
- Verificar estado de conservação do isolamento termoacústico do gabinete;
- Elaboração e fornecimento do Plano de Manutenção, Operação e Controle PMOC do sistema de climatização.

5.1.3.2. Trimestralmente:

- Eliminar danos, sujeiras e corrosão no gabinete, na moldura da serpentina e na bandeja;
- Verificar e eliminar sujeiras, danos e corrosão.

5.1.3.3. Semestralmente:

- Verificar a operação dos controles de vazão;
- Verificar resistência de isolamento dos motores e compressores.

5.1.3.4. Além dos serviços acima descritos para as manutenções, ainda que não listados porém necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos, deverão ser realizados.

5.1.3.5. Para os lotes 02 e 03, nos casos que seja verificado a necessidade de manutenções corretivas a contratada deverá apresentar os orçamentos em até 48 horas após diagnóstico técnico, para a substituição das peças que apresentam necessidade de substituição ou reparo para o devido funcionamento do ar- condicionado.

5.1.3.6. Para os lotes 02 e 03, nos casos que seja necessário a retirada do ar-condicionado, a empresa irá fornecer um equipamento de potência igual ao retirado, bem como o valor da locação seguirá o valor adjudicado no lote 01 para as respectivas potências, limitando em até 10 diárias.

5.1.3.7. Para os lotes 01, 02 e 03, nos casos de chamado a(s) empresa(s) deveram atender o(s) mesmo(s) no prazo de acordo com o tipo de chamado seguindo o item 5.1.3.13. e seus subitens.

5.1.3.8. Para os lotes 02 e 03, tratando-se dos reparos que haja a necessidade de substituição de peças, a empresa deverá manter histórico dos serviços realizados e peças substituídas dos equipamentos individualmente.

5.1.3.9. Para os lotes 02 e 03, nos casos que o equipamento apresente defeitos que os reparos somados cheguem até 60% do valor do bem o órgão e/ou entidade detentora do contrato deverá ser informada e a contratada deverá apresentar o historio do equipamento e peças substituídas para que o entidade tome as devidas providencias cabíveis procedendo até mesmo com a substituição por equipamento novo.

5.1.3.10. Para os lotes 02 e 03, a contratada deverá realizar o histórico dos equipamentos e todos os procedimentos realizados, peças substituídas valor do equipamento, valor do montante das peças trocadas, sendo fornecido acesso ao contratante tais informações atualizadas em tempo real.

5.1.3.11. Para os lotes 01, 02 e 03, nos casos que haja a necessidade de reparos no sistema elétrico a contratada deverá realizar 03 orçamentos e apresentá-los ao gestor do contrato, para avaliação e verificação, a empresa poderá cobrar a título de mão de obra o valor da manutenção preventiva do respectivo equipamento que apresentou a necessidade de intervenção.

5.1.3.12. Para o lote 01, os equipamentos instalados deverão ser substituídos em sua integralidade a cada de 2 (dois) anos, por equipamentos novos com tecnologia igual ou superior mantendo e potência igual aos respectivos itens presentes no lote 01.

5.1.3.13. Tipos de chamado para realização de serviços para os lotes 01, 02 e 03.

5.1.3.13.1. Tipo I - CRITICIDADE ALTA: a empresa deverá chegar ao local em até 2 (duas) horas corridas, após a solicitação;

Enquadram-se nesta classificação os chamados relacionados a ambientes cuja interrupção do sistema de climatização possa ocasionar riscos à saúde, à segurança, à continuidade de serviços essenciais ou à preservação de equipamentos sensíveis, incluindo, mas não se limitando a:

- Unidades de Terapia Intensiva (UTI);
- Centros de Processamento de Dados (CPD);
- Salas de servidores e infraestrutura de tecnologia da informação;
- Laboratórios;
- Ambientes hospitalares e assistenciais;
- Salas de armazenamento de vacinas, medicamentos, hemocomponentes ou materiais termossensíveis;
- Centros cirúrgicos, salas de exames e áreas críticas de saúde;
- Ambientes classificados pela Administração como críticos para a continuidade do serviço público.

5.1.3.13.2. Tipo II- ALTA PRIORIDADE: a empresa deverá chegar ao local em até 6 (seis) horas corridas, após a solicitação;

Enquadram-se nesta classificação os chamados relacionados a ambientes que possuam atendimento direto ao público ou desempenhem funções estratégicas para a Administração Pública, incluindo:

- Setores de atendimento ao cidadão;
- Gabinetes de autoridades;
- Salas administrativas essenciais;
- Centrais de monitoramento e controle;
- Salas de reuniões institucionais;
- Ambientes de grande circulação de usuários;
- Outros ambientes considerados prioritários pela fiscalização contratual.

5.1.3.13.3. Tipo III - PRIORIDADE INTERMEDIÁRIA: a empresa deverá chegar ao local em até 12 (doze) horas corridas, após a solicitação;

Enquadram-se nesta classificação os chamados relacionados a ambientes administrativos, operacionais ou de apoio que não se enquadrem como críticos ou de alta prioridade, mas cuja paralisação possa causar impactos moderados às atividades da unidade, incluindo:

- Salas administrativas em geral;
- Setores internos de trabalho;
- Almoxarifados;
- Arquivos;
- Áreas de apoio operacional;
- Demais dependências não classificadas nos Tipos I e II.

5.1.3.13.4. Tipo IV- ROTINA PROGRAMADA: a empresa deverá chegar ao local em até 24 (vinte e quatro) horas corridas, após a solicitação;

Enquadram-se nesta classificação os serviços programados ou de baixa criticidade operacional, incluindo:

- Manutenções preventivas;
- Inspeções técnicas;
- Vistorias;
- Elaboração e atualização de PMOC;
- Instalações e desinstalações previamente agendadas;
- Serviços de adequação, remanejamento ou substituição programada de equipamentos;
- Demandas sem impacto imediato à continuidade das atividades da unidade.

5.1.3.14. A classificação inicial do chamado será realizada pelo órgão ou entidade demandante, cabendo à fiscalização contratual ratificar ou reclassificar o nível de criticidade quando tecnicamente necessário, mediante justificativa formal.

5.2. Materiais a serem disponibilizados:

5.2.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.2.1.1. Sua obrigação abrangerá também o acondicionamento, transporte e demais procedimentos relacionados com a colocação e/ou disponibilização no local.

5.3. Especificação da garantia do serviço:

5.3.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

5.4. Procedimentos de transição e finalização do contrato:

5.4.1. Será observado o prazo máximo de até 90 (noventa) dias, contados a partir da assinatura do contrato, destinado à fase de transição, conhecimento técnico e adequação operacional dos serviços de manutenção, período no qual a contratada deverá adotar todas as medidas necessárias para a plena compreensão das rotinas, sistemas, equipamentos e demais particularidades inerentes à execução dos serviços, garantindo a continuidade e a qualidade das atividades sem prejuízo à contratante.

## **6. Modelo de gestão do contrato**

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante ou Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

#### 6.7. Fiscalização:

6.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

#### 6.8. Fiscalização Técnica:

6.8.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.8.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.8.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.8.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.8.7. A fiscalização técnica acompanhará a execução dos serviços por meio do sistema informatizado disponibilizado pela CONTRATADA, devendo todas as Ordens de Serviço, manutenções preventivas, corretivas, instalações, desinstalações, substituições de peças, registros fotográficos, relatórios técnicos, apontamentos de SLA, geolocalização e evidências de execução serem obrigatoriamente registradas na plataforma.

6.8.8. A CONTRATADA deverá apresentar relatório técnico mensal consolidado, contendo, no mínimo:

- quantitativo de ordens de serviço abertas, concluídas e pendentes;
- equipamentos atendidos;
- serviços preventivos executados;
- serviços corretivos executados;
- peças substituídas;
- tempo médio de atendimento;
- tempo médio de reparo;
- percentual de cumprimento dos SLA's;
- histórico de reincidência de falhas;
- indicadores de disponibilidade dos equipamentos;
- relação dos equipamentos classificados como críticos;
- recomendações técnicas de substituição ou adequação.

6.8.9. A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar auditorias técnicas, inspeções por amostragem, diligências presenciais e conferência documental dos serviços executados, sem prejuízo das demais ações de fiscalização contratual.



6.8.10. Caberá ao fiscal técnico verificar o cumprimento dos cronogramas de manutenção preventiva e do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, bem como a compatibilidade entre os serviços registrados no sistema e aqueles efetivamente executados nas unidades atendidas.

#### 6.9. Fiscalização Administrativa:

6.9.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.9.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9.3. O fiscal administrativo deverá acompanhar a manutenção da estrutura mínima exigida para execução contratual, verificando periodicamente a disponibilidade da equipe técnica, profissionais habilitados, veículos, equipamentos e demais recursos operacionais exigidos no Termo de Referência.

6.9.4. O fiscal administrativo poderá solicitar documentos comprobatórios relativos à disponibilidade da frota operacional utilizada na execução do contrato, incluindo documentos de propriedade, locação, cessão, comodato ou outros instrumentos juridicamente válidos.

#### 6.10. Gestor do Contrato:

6.10.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.10.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.10.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.10.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.10.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.10.8. O gestor do contrato acompanhará os indicadores de desempenho estabelecidos no Instrumento de Medição de Resultados – IMR, promovendo a análise dos níveis de serviço, desempenho operacional, reincidência de falhas, cumprimento dos cronogramas preventivos e demais indicadores definidos contratualmente.

6.10.9. Sempre que identificado desempenho insatisfatório, descumprimento de SLA, aumento da reincidência de falhas ou qualquer situação que possa comprometer a execução contratual, o gestor poderá exigir da CONTRATADA a apresentação de Plano de Ação Corretivo, contendo diagnóstico das causas, medidas corretivas, responsáveis e cronograma de implementação.

#### 6.11. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – IMR

6.11.1. A execução contratual será acompanhada e avaliada por meio de Instrumento de Medição de Resultados – IMR (modelo localizado no Anexo III deste Termo de Referência), destinado a aferir objetivamente o desempenho da CONTRATADA quanto à qualidade, eficiência, tempestividade e regularidade dos serviços prestados, nos termos do art. 144 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.11.2. O IMR constitui mecanismo de gestão contratual voltado à mensuração dos níveis mínimos de serviço exigidos pela Administração, podendo impactar a medição mensal dos serviços, a aplicação de glosas, advertências, determinações de correção, sanções administrativas e demais medidas previstas contratualmente.

6.11.3. A avaliação dos serviços será realizada mensalmente pela fiscalização do contrato, com base nos registros constantes do sistema informatizado de gestão disponibilizado pela CONTRATADA, relatórios técnicos, ordens de serviço, documentos comprobatórios, inspeções de campo e demais evidências produzidas durante a execução contratual.

6.11.4. O desempenho da CONTRATADA será aferido mediante indicadores de desempenho operacional e técnico, observando-se, no mínimo, os seguintes critérios:

- I. Cumprimento dos prazos de atendimento estabelecidos para os chamados classificados nos níveis Tipo I, Tipo II, Tipo III e Tipo IV;
- II. Cumprimento dos Acordos de Nível de Serviço (SLA) definidos no Termo de Referência;
- III. Percentual de execução das manutenções preventivas programadas no período;
- IV. Cumprimento dos prazos de elaboração, atualização e entrega dos Planos de Manutenção, Operação e Controle – PMOC;
- V. Disponibilidade operacional do sistema informatizado de gestão de manutenção disponibilizado pela CONTRATADA;
- VI. Qualidade e integridade das informações registradas no sistema de gestão;
- VII. Índice de satisfação dos usuários e fiscais dos contratos, aferido mediante pesquisa eletrônica ou outro mecanismo definido pela Administração;
- VIII. Índice de reincidência de falhas em equipamentos que tenham sido submetidos a manutenção corretiva;
- IX. Tempo médio de reparo dos equipamentos e restabelecimento das condições operacionais;
- X. Manutenção da estrutura mínima exigida para execução contratual, incluindo profissionais habilitados, técnicos especializados, veículos, ferramentas e equipamentos operacionais;
- XI. Regularidade da frota operacional disponibilizada para atendimento das demandas contratuais;
- XII. Qualidade dos serviços executados, considerando conformidade técnica, segurança operacional e atendimento às normas aplicáveis;
- XIII. Atendimento das obrigações relacionadas à rastreabilidade dos serviços, registros fotográficos, geolocalização, emissão de relatórios e histórico dos equipamentos;
- XIV. Cumprimento das determinações emitidas pela fiscalização e pelo gestor contratual.

6.11.5. Os indicadores, pesos, critérios de pontuação, faixas de desempenho, metodologia de cálculo, níveis de aceitabilidade, procedimentos de aferição e eventuais glosas estarão detalhados em Anexo específico do Instrumento de Medição de Resultados – IMR, integrante do Termo de Referência.

6.11.6. O resultado da avaliação mensal será formalizado pela fiscalização contratual e comunicado à CONTRATADA, assegurados os princípios do contraditório e da ampla defesa quando houver apontamentos de descumprimento contratual.

6.11.7. A obtenção de desempenho inferior aos níveis mínimos estabelecidos no IMR poderá ensejar aplicação de glosas, determinação de plano de ação corretiva, registro de ocorrência contratual, aplicação de sanções administrativas ou demais medidas previstas na legislação e no instrumento contratual.

6.11.8. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução contratual, condições técnicas, operacionais e administrativas compatíveis com os níveis de desempenho exigidos, adotando imediatamente as medidas necessárias à correção de eventuais desvios identificados pela fiscalização.

6.11.9. A Administração poderá revisar os indicadores e parâmetros do IMR durante a vigência contratual, desde que mantido o equilíbrio contratual e observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e interesse público.

## **7. Critérios de medição e pagamento**

### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

#### **7.1. Avaliação da execução:**

7.1.1. A avaliação da execução do objeto será realizada mediante aplicação do Instrumento de Medição de Resultados – IMR, constante do Anexo III deste Termo de Referência, o qual estabelecerá critérios objetivos de aferição da qualidade, eficiência, disponibilidade, desempenho operacional e cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela CONTRATADA.

7.1.1.1. O IMR terá como finalidade verificar o atendimento dos níveis mínimos de serviço exigidos pela Administração, servindo como instrumento de apoio à fiscalização contratual, à avaliação do desempenho da contratada e à definição dos valores efetivamente devidos em cada período de medição.

7.1.1.2. A avaliação mensal considerará, dentre outros indicadores, o cumprimento dos níveis de serviço (SLA), a execução das manutenções preventivas programadas, a elaboração e atualização dos Planos de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, a disponibilidade do sistema de gerenciamento, a satisfação dos usuários, a reincidência de falhas, o tempo médio de reparo, a manutenção da equipe técnica mínima e a disponibilidade da frota operacional mínima exigida contratualmente.

7.1.1.3. O resultado obtido no IMR poderá ensejar aplicação de glosas sobre o valor mensal da medição, observados os percentuais definidos no Anexo III, sem prejuízo das demais sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, no contrato e neste Termo de Referência.

7.1.1.4. A aplicação das glosas decorrentes do IMR não exime a contratada da obrigação de corrigir as falhas identificadas, tampouco afasta a possibilidade de aplicação de advertência, multa, suspensão ou demais penalidades cabíveis.

7.1.1.5. Quando o resultado mensal do IMR for inferior a 80 (oitenta) pontos, a CONTRATADA deverá apresentar Plano de Ação Corretiva no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contendo as medidas necessárias para saneamento das não conformidades identificadas pela fiscalização.

7.1.1.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

### 7.1.3. Da comprovação da estrutura mínima contratual

7.1.3.1. A contratada deverá apresentar mensalmente, juntamente com a documentação de medição:

- Relação atualizada da equipe técnica vinculada ao contrato;
- Comprovante de registro dos profissionais junto aos respectivos conselhos profissionais;
- Comprovante da disponibilidade da frota mínima exigida;
- Relatório de utilização dos veículos empregados na execução contratual;
- Relatório extraído do sistema de gestão contendo as ordens de serviço executadas no período.

7.1.3.2. A não comprovação da manutenção da equipe mínima ou da frota mínima constituirá descumprimento contratual passível de glosa, aplicação de penalidades e registro de não conformidade no IMR.

### 7.2. Recebimento do objeto:

7.2.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.2.1.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.2.1.2. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.2.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.2.2.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.2.2.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.2.2.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.2.2.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.2.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.2.3.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.2.3.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.2.3.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.2.3.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.3.5. Para fins de recebimento provisório e processamento da medição mensal, a fiscalização deverá apurar o resultado do IMR referente ao período avaliado, promovendo os ajustes financeiros eventualmente cabíveis antes da emissão do Termo de Recebimento Provisório.

7.2.3.6. O relatório de medição deverá conter obrigatoriamente:

- Quantitativo de serviços executados;
- Chamados atendidos;
- Percentual de manutenções preventivas executadas;
- Indicadores de SLA;
- Relatório do sistema de gestão;
- Histórico de falhas;
- Comprovação da manutenção da equipe mínima;
- Comprovação da disponibilidade da frota mínima;
- Nota final do IMR;
- Eventual glosa aplicada.

7.2.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.2.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (Trinta) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.2.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

7.2.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.2.5.3. Emitir Termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.2.5.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal/Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.2.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.2.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.2.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.2.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### 7.3. Liquidação:

7.3.1. Recebida a Nota Fiscal/Fatura, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.3.2. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.3.3.1. o prazo de validade;

7.3.3.2. a data da emissão;

7.3.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.3.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.3.3.5. o valor a pagar; e

7.3.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.3.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante;

7.3.5. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no procedimento de contratação, bem como ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP para identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.3.7. Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.3.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.3.9. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado o contraditório e a ampla defesa.

7.3.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### 7.4. Prazo de pagamento:

7.4.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

7.4.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IGPM.

#### 7.5. Forma de pagamento:

7.5.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.5.1.1. O Contratado assumirá os custos decorrentes da transferência de valores caso indique conta bancária que não seja da Caixa Econômica Federal – CEF.

7.5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.5.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.5.4. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.5.5. O valor da fatura mensal corresponderá ao montante dos serviços efetivamente executados e recebidos pela fiscalização, observadas as deduções decorrentes da aplicação do Instrumento de Medição de Resultados – IMR, conforme critérios estabelecidos no Anexo II deste Termo de Referência.

7.5.6. A emissão da Nota Fiscal deverá observar o valor final apurado pela fiscalização após a aplicação do IMR e das eventuais glosas decorrentes do desempenho contratual.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR



## 8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por grupo de itens e para o lote 02 item 22 e lote 03 item 24 será maior desconto.

### 8.1.2. Amostra

8.1.2.1. O fornecedor classificado como melhor colocado deverá apresentar amostra do sistema de software de forma presencial, demonstrando de forma prática as funcionalidades do sistema, conforme os cenários e requisitos descritos no Anexo II, visando verificar a aderência da solução às necessidades da Administração.

8.1.2.2. As amostras deverão ser apresentadas dentro do prazo de 05 (cinco) dias contados da solicitação formal da Administração, no local e horário indicados na cláusula 3.1. do Anexo II deste TR, para fins de análise e verificação da conformidade do objeto ofertado com as especificações técnicas exigida.

8.1.2.3. A prova de conceito (POC) será realizada em horário comercial, das 9h às 12h e das 14h às 17h, dentro de um período mínimo de 2 (dois) dias úteis após a entrega das amostras, estando condicionada a comunicação da data no chat da sessão.

8.1.2.3.1. A execução da Prova de Conceito poderá ser prorrogada, a critério da AMGESP, se necessária para a demonstração do serviço.

8.1.2.4. Caberá à licitante providenciar, às suas expensas, todos os demais recursos necessários à adequada apresentação da solução, não podendo ser alegada, posteriormente, eventual incompatibilidade ou insuficiência de recursos como justificativa para o não atendimento dos requisitos da Prova de Conceito.

8.1.2.5. Os interessados em acompanhar a realização da Prova de Conceito deverão manifestar previamente seu interesse mediante envio de e-mail para o endereço eletrônico [\[email do pregoeiro\]](#), para fins de controle de acesso e organização.

8.1.2.6. A avaliação da Prova de Conceito (PoC) será realizada com base na demonstração prática das funcionalidades do sistema, conforme os cenários e requisitos descritos neste item, visando verificar a aderência da solução às necessidades da Administração.

8.1.2.7. A avaliação será pautada pelo método binário de ATENDE ou NÃO ATENDE, de modo que a licitante deverá demonstrar o cumprimento integral de cada subitem da cláusula 7 do Anexo II do TR.

8.1.2.7.1. Será desclassificada a proposta do licitante que tiver sua Prova de Conceito reprovada ou que, durante sua realização, não respeitar qualquer prazo estabelecido no Termo de Referência.

8.1.2.7.2. O não atendimento a qualquer um dos critérios técnicos obrigatórios, ou a impossibilidade de sua demonstração prática durante a sessão, ensejará a desclassificação da proposta, nos termos do art. 59, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, por apresentar desconformidade com as especificações técnicas e os requisitos de desempenho definidos no Edital.

## 8.2. Regime de Execução:

8.2.1. O regime de execução do contrato será regime de execução de tarefa e por preço unitário.

## 8.3. Critérios de aceitabilidade de preços:

8.3.1. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.3.1.1 O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;

#### 8.4. Declarações

8.4.1. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

8.4.1.1. Será exigido a DECLARAÇÃO DE VISTORIA informando que realizou vistoria(s) no(s) local(is) de prestação de serviços ou DECLARAÇÃO informando que assume os riscos da não realização dessa faculdade. A mencionada vistoria deverá ser agendada diretamente com o setor requisitante. Caso a(s) licitante(s) opte(m) pela dispensa da vistoria, deverão apresentar a declaração formal pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação (dispensando a vistoria). Não será admitida qualquer alegação de desconhecimento total ou parcial dos serviços após a licitação;

8.4.1.2. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.4.1.3. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

8.4.2. Será exigido a DECLARAÇÃO FORMAL de disponibilidade de máquinas, ferramentas, equipamentos, veículos operacionais, sistema informatizado de gestão de ordens de serviço e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação.

#### 8.5. Exigências de habilitação:

##### 8.5.1. Garantia da Proposta

8.5.1.1. Nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, será exigida garantia da proposta como requisito de participação no certame, correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado do respectivo lote para o qual o licitante apresentar proposta.

8.5.1.2. A garantia da proposta poderá ser apresentada em qualquer das modalidades previstas no §1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, quais sejam:

- . Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- I. Seguro-garantia;
- II. Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a funcionar pelo banco central do Brasil.

8.5.1.3. A garantia deverá possuir validade mínima correspondente ao prazo de validade da proposta estabelecido neste edital, acrescido de 30 (trinta) dias.

8.5.1.4. O comprovante da garantia da proposta deverá ser apresentado juntamente da proposta inicial, quando convocada pelo Pregoeiro.

8.5.1.5. A garantia da proposta será devolvida aos licitantes não vencedores no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura da Ata de Registro de Preços, conforme art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.5.1.6. O mesmo tratamento será dado a licitante vencedora.

8.5.1.7. A garantia da proposta poderá ser executada pela Administração quando o licitante recusar-se em assinar o contrato ou não apresentar os documentos necessários para a contratação.

8.5.1.8. A execução da garantia da proposta não afasta a aplicação das demais penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no edital, na Ata de Registro de Preços e no Contrato.

8.5.1.9. Em caso de participação em consórcio, a garantia da proposta poderá ser apresentada em nome da empresa líder ou em nome de todas as empresas consorciadas, desde que cubra integralmente o valor exigido para o respectivo lote.

## **8.6. Habilitação jurídica:**

8.6.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio correspondente;

8.6.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.6.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.6.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.6.8. Em se tratando de consórcio de empresas, deverá apresentar ainda as seguintes comprovações:

I - Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

## **8.7. Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

8.7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

8.7.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.7.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.7.4. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

8.7.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.7.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.7.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.7.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

8.7.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **8.8. Qualificação econômico-financeira:**

8.8.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de sociedade simples;

8.8.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.8.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.8.3.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.8.3.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.8.3.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.8.3.4. Caso o fornecedor seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei Federal nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.8.3.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.8.3.6. A empresa, que apresentar resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverá comprovar patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação.

8.8.3.6.1. Deverá ser apresentada a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

8.8.3.6.2. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.8.3.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

## **8.9. Qualificação Técnica:**

8.9.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8.9.1.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.9.2. Registro ou inscrição da empresa no(a) Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, em plena validade e com jurisdição sobre o domicílio da sede da licitante.

8.9.2.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

8.9.3. A empresa interessada deverá comprovar vínculo com profissional engenheiro mecânico no seu quadro funcional permanente ou Declaração de Compromisso de Contratação Futura referente ao profissional - Engenheiro Mecânico, registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, em plena validade e detentor de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART na forma da lei e jurisprudência corrente.

8.9.3.1. Para o Engenheiro Mecânico: A ART deverá tratar da atuação em serviços de manutenção preventiva e corretiva de ar-condicionado;

8.9.4. A empresa interessada deverá comprovar vínculo com profissional Engenheiro Eletricista e Engenheiro de Segurança do Trabalho no seu quadro funcional permanente ou Declaração de Compromisso de Contratação Futura referente aos Engenheiros Eletricista e Engenheiro de Segurança do Trabalho, registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.

8.9.5. A substituição dos responsáveis técnicos durante o contrato será admitida, desde que se indique para substituí-los profissionais que apresentem qualificações exigida no edital de licitação;

8.9.6. Considerando a natureza contínua, a abrangência territorial da contratação, o quantitativo estimado de equipamentos, a diversidade tecnológica dos sistemas de climatização contemplados no objeto, bem como a necessidade de atendimento simultâneo de demandas preventivas, corretivas, instalações, desinstalações e rotinas vinculadas ao PMOC, a licitante deverá comprovar capacidade técnico-operacional mínima compatível com a complexidade da execução contratual.

8.9.7. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional prevista no subitem anterior, a licitante deverá demonstrar que dispõe, em seu quadro permanente, mediante vínculo empregatício, contrato de prestação de serviços, contrato social, declaração de disponibilidade futura ou declaração de compromisso de contratação futura, da seguinte estrutura mínima:

8.9.7.1. No mínimo, 01 (um) Técnico Industrial em Refrigeração e Climatização, devidamente registrado junto ao Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT, com atribuições compatíveis ao objeto da contratação, destinados ao suporte técnico-operacional, fiscalização interna dos serviços executados, acompanhamento das equipes de campo, apoio logístico, verificação de conformidade técnica, atendimento regionalizado e suporte às rotinas de PMOC.

8.9.7.2. No mínimo, 10 (dez) profissionais devidamente qualificados ou certificados em cursos de refrigeração e climatização, destinados à execução direta das atividades de manutenção preventiva, corretiva, instalação, desinstalação, testes operacionais, limpeza técnica, diagnóstico de falhas, substituição de componentes, intervenções eletromecânicas e demais serviços correlatos ao objeto licitado.

8.9.7.3. As referidas exigências possuem natureza estritamente técnico-operacional, guardando proporcionalidade com a dimensão do objeto, não possuindo caráter restritivo ou direcionador, mas sim finalidade de assegurar a adequada execução contratual, a continuidade dos serviços públicos, a qualidade do ar interior, a segurança operacional e a mitigação de riscos de inexecução contratual.

8.9.7.4. A comprovação da disponibilidade da estrutura operacional mínima poderá ocorrer mediante apresentação de:

- Ctps;
- Ficha de registro de empregado;
- Contrato de prestação de serviços;
- Contrato social;
- Declaração de disponibilidade futura;
- Declaração de compromisso de contratação futura;
- Ou documentos equivalentes juridicamente válidos.

8.9.8. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.9.8.1. A comprovação da aptidão operacional deverá demonstrar experiência compatível com a execução simultânea, continuada e regionalizada dos serviços objeto da contratação, abrangendo manutenção preventiva, manutenção corretiva, instalação, desinstalação, gestão operacional, atendimento técnico e execução de rotinas vinculadas ao PMOC.

8.9.8.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados, com o mínimo de:

8.9.8.2.1. Para o lote 01

8.9.8.2.1.1. Características: fornecimento de serviços de locação de ar-condicionado com manutenção preventiva e corretiva de ar-condicionado pelo período mínimo de 12 (doze) meses, acompanhados de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;

8.9.8.2.1.2. Quantidades: no mínimo de 10% (dez por cento) da quantidade de equipamentos do objeto licitado;

8.9.8.2.2. Para o lote 02

8.9.8.2.2.1. Características: fornecimento de serviços e atuação em manutenção preventiva e corretiva de ar-condicionado tipo janela e split pelo período mínimo de 12 (doze) meses, acompanhados de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;

8.9.8.2.2.2. Quantidades: no mínimo de 10% (dez por cento) da quantidade de manutenções do objeto licitado;

8.9.8.2.1.3. Para o lote 03

8.9.8.2.3.1. Características: fornecimento de serviço de manutenção preventiva e corretiva de ar-condicionado sistema Chiller, VRF e Centrais (splitão e/ou cassete e/ou Sistema Set-Free Ecoflex VRF) pelo período mínimo de 12 (doze) meses, acompanhados de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;

8.9.8.2.3.2. Quantidades: no mínimo de 10% (dez por cento) da quantidade de manutenções e potência do objeto licitado;

8.9.8.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.9.8.3.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

8.9.8.3.2. Se tratando do consórcio de empresas, os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da empresa indicada como a líder do consórcio e das demais empresas reunidas no consórcio, bem como, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado.

8.9.8.4. Apresentar licença ambiental e/ou isenção em nome da licitante, expedida pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado ou do Município sede da licitante, conforme Resolução CONAMA nº 237/97, de 19.12.97.

8.9.9. Prova de atendimento aos seguintes requisitos:

8.9.9.1. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.9.9.2. A administração poderá, a seu critério, e a qualquer tempo, fazer diligências para comprovar a veracidade dos atestados apresentados, inclusive solicitando novos documentos que comprovem a real execução dos serviços, nos termos da legislação e normas que regem o PMOC;

8.9.9.3. Todos os atestados apresentados referentes a manutenções, deverão estar devidamente registrados no CREA, sendo obrigatório a apresentação da CAT – Certidão de Acervo Técnico relacionada aos mesmos.

#### **8.10. Declaração de Cota de Aprendizagem:**

8.10.1. Declaração de Cumprimento de Cota de Aprendizagem – DCCA, conforme o art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

8.10.1.1. Ficam liberadas de apresentar DCCA e documentos complementares as microempresas e empresas de pequeno porte.

#### **8.11. Declaração de Reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social:**

8.11.1. Deverá ser apresentada declaração de cumprimento da reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos moldes do art. 93, da Lei n.º 8.213/91.



## **9. Estimativas do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** 219.923.478,20

### **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O preço estimado total da contratação estimado e de R\$ 219.923.478,20 (Duzentos e dezenove milhões novecentos e vinte e três mil quatrocentos e setenta e oito reais e vinte centavos).

9.1.1. O valor de referência para aplicação do maior desconto para os itens 22 do lote 02 R\$ 3.296.111,44 (três milhões, duzentos e noventa e seis mil cento e onze reais e quarenta e quatro centavos) e 24 do lote 03 corresponde a R\$ 445.080,08 (quatrocentos e quarenta e cinco mil oitenta reais e oito centavos).

9.2. A estimativa do valor da contratação levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

9.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.3.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

9.3.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.3.3. Em caso de reajuste sobre os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.3.4. Em caso de repactuação, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **10. Adequação orçamentária**

### **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. Na licitação por Registro de preço, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato.

## **11. Da responsabilidade pelo TR**

### **11. DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

11.1. Atesto, sob a minha responsabilidade, que o conteúdo do Termo de Referência se limita ao mínimo imprescindível à satisfação do interesse público, presente na generalidade dos produtos e modelos existentes no mercado, não consignando marca ou característica, especificação ou exigência exclusiva, excessiva, impertinente, irrelevante ou desnecessária que possa direcionar o certame ou limitar ou frustrar a competição ou a realização do objeto contratual.

## **ANEXO I**

### **LOCAIS PARA ENTREGA**

#### **ÓRGÃO QUE SOLICITARAM DEMANDAS**

SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO E QUALIFICAÇÃO - SETEQ	RUA SILVÉRIO JORGE, 368, JARAGUÁ, MACEIÓ, ALAGOAS
AGÊNCIA DE DEFESA E INSPEÇÃO AGROPECUÁRIA DE ALAGOAS - ADEAL	ALMOXARIFADO ADEAL, LOCALIZADO NA AV. COMENDADOR LEÃO, 720, - BAIRRO POÇO, MACEIÓ/AL, CEP 57025-000
ALAGOAS PREVIDÊNCIA	1. RUA DO SOL, Nº 560, CENTRO-MACEIÓ-AL - ALAGOAS PREVIDÊNCIA 2. AV. DA PAZ, 1864, TÉRREO, ED. TERRA BRASILIS - BAIRRO CENTRO, MACEIÓ/AL, CEP 57020- 440 - ALAGOAS PREVIDÊNCIA
AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS - AMGESP	AV. WALTER ANANIAS, Nº. 35 A, - BAIRRO JARAGUÁ, MACEIÓ/AL, CEP 57025-510
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE ALAGOAS – CBMAL	OS SERVIÇOS SERÃO PRESTADOS EM TODAS AS UNIDADES, ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DO CBM/AL, EM TODO O ESTADO DE ALAGOAS.
COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - CEDEC	RUA DR. CIRIDIÃO DURVAL, 85 - FAROL, MACEIÓ - AL, 57051-230
Controladoria Geral do Estado – CGE/AL	PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, Nº 571, EDIFÍCIO MARIA MORENO - BAIRRO CENTRO, MACEIÓ/AL, CEP 57020-090
Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável - EMATER	RUA SÁ E ALBUQUERQUE, 502, - BAIRRO JARAGUÁ, MACEIÓ/AL
GABINETE CIVIL	RUA CINCINATO PINTO, S/N, CENTRO, MACEIÓ/AL – PALÁCIO DA REPÚBLICA DOS PALMARES
Instituto de Tecnologia em Informática e Informação do Estado de Alagoas – ITEC/AL	RUA DR. CINCINATO PINTO, 503 - CENTRO, MACEIÓ – AL, 57020-050
Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas – ITERAL.	1. AVENIDA DA PAZ, 1200, CENTRO. CEP: 57025-050, MACEIÓ/AL. 2. NÚCLEO DE ARAPIRACA – RUA DUQUE DE CAXIAS, 147, BAIRRO CENTRO, ARAPIRACA. 3. NÚCLEO DE SANTANA DO IPANEMA – AVENIDA MARTINS VIEIRA, 286, BAIRRO MONUMENTO, SANTANA DO IPANEMA. 4. NÚCLEO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS – RUA MIGUEL MONTEIRO, EDIFÍCIO MARIA NAZARÉ, SALAS 3 E 4, BAIRRO CENTRO, PALMEIRA DOS ÍNDIOS. 5. NÚCLEO DE DELMIRO GOUVEIA – RUA EUCLIDES DA CUNHA, 24, BAIRRO CENTRO, DELMIRO GOUVEIA. 6. ESCRITÓRIO REGIONAL DE UNIÃO DOS PALMARES – RUA MANOEL CASADO DE MELO, S/N, BAIRRO CENTRO, UNIÃO DOS PALMARES.

INSTITUTO ZUMBI DOS PALMARES	AV. FERNANDES LIMA, Nº. 1047, FAROL.
	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. RUA ANTÔNIO ZEFERINO DOS SANTOS- S/N – JACINTINHO CEP 57042-030 – MACEIÓ ALAGOAS</li> <li>2. 1º DISTRITO POLICIAL, END: RUA DO COMÉRCIO, 620, CENTRO, MACEIÓ</li> <li>3. 2º DISTRITO POLICIAL, END: RUA EPAMINONDAS GRACINDO Nº 92, PAJUÇARA - MACEIÓ</li> <li>4. 3º DISTRITO POLICIAL, END: PÇA. ALFREDO MAIA, S/N, PONTA GROSSA, MACEIÓ</li> <li>5. 4º DISTRITO POLICIAL, END: RUA OTÁVIO CABRAL Nº 100, GRUTA DE LOURDES - MACEIÓ</li> <li>6. 5º DISTRITO POLICIAL, END: AV. CARLOS GOMES DE BARROS, QD 23, SALVADOR LYRA, MACEIÓ</li> <li>7. 6º DISTRITO POLICIAL, END: AVENIDA PILAR, S/N, CRUZ DAS ALMAS, MACEIÓ</li> <li>8. 7º DISTRITO POLICIAL, END: RUA SÃO JOSÉ, PITANGUINHA, MACEIÓ</li> <li>9. 8º DISTRITO POLICIAL, END: AVENIDA NORMA PIMENTEL, S/N, BENEDITO BENTES I - MACEIÓ</li> <li>10. 9º DISTRITO POLICIAL, END: AVENIDA PRESIDENTE ROOSEVELT, S/N, JACINTINHO, MACEIÓ</li> <li>11. 10º DISTRITO POLICIAL, END: CONJUNTO EUSTÁQUIO GOMES DE MELO, CIDADE UNIVERSITÁRIA, MACEIÓ</li> <li>12. 11º DISTRITO POLICIAL, END: RUA DURVAL GUIMARÃES NETO, QD. B3, 109, CONJUNTO OSMAN LOUREIRO, CLIMA BOM, MACEIÓ</li> <li>13. 12º DISTRITO POLICIAL – CISP - RIO LARGO I, END: TRAVESSA INTENDENTE JÚLIO CALHEIROS, S/N, RIO LARGO</li> <li>14. 13º DISTRITO POLICIAL – CISP - PARIPUEIRA, END: TRAV. CARLOS BORNER S/Nº, CENTRO, PARIPUEIRA</li> <li>15. 14º DISTRITO POLICIAL – (SATUBA), END: JOSÉ IZABEL, 83, CENTRO, SATUBA</li> <li>16. 15º DISTRITO POLICIAL – SANTA LUZIA DO NORTE, END: RUA IMACULADA CONCEIÇÃO, 43, CENTRO, SANTA LUZIA DO NORTE</li> <li>17. 16º DISTRITO POLICIAL – COQUEIRO SECO, END: RUA DR. ROBSON DE ALMEIDA COUTINHO, Nº 63, COQUEIRO SECO</li> <li>18. 17º DISTRITO POLICIAL – CISP - MARECHAL DEODORO, END: RUA DEZOITO DO FORTE, BARRO VERMELHO, MARECHAL DEODORO</li> <li>19. 18º DISTRITO POLICIAL – BARRA DE SÃO MIGUEL, END: RUA JOSÉ VIEIRA DE ANDRADE, S/N, CENTRO, BARRA DE SÃO MIGUEL</li> <li>20. 19º DISTRITO POLICIAL – BARRA DE SANTO ANTÔNIO, END: TRAVESSA RITA SILVA, Nº 29, CENTRO, BARRA DE SANTO ANTÔNIO</li> <li>21. 20º DISTRITO POLICIAL – CISP - MESSIAS, END: RUA FLORIANO PEIXOTO Nº 31, CENTRO - MESSIAS</li> <li>22. 21º DISTRITO POLICIAL, END: AV. NORMA PIMENTEL, S/N, BENEDITO BENTES I - MACEIÓ</li> <li>23. 22º DISTRITO POLICIAL, END: AV. PROFESSOR OSÉAS ROSAS, TRAPICHE - MACEIÓ</li> <li>24. 23º DISTRITO POLICIAL – CISP - PILAR, END: RUA SENHOR DO BONFIM, CHÃ DO PILAR, PILAR</li> <li>25. 24º DISTRITO POLICIAL – RIO LARGO II, END: RUA DA DELEGACIA, S/N, CONJUNTO BRASIL NOVO, FORENE, RIO LARGO</li> <li>26. 25º DISTRITO POLICIAL, END: RUA SÃO JOSÉ, Nº 20, FERNÃO VELHO - MACEIÓ</li> <li>27. 1ª DRP / 26º DISTRITO POLICIAL - CISP - DELMIRO GOUVEIA, END: RODOVIA 145 S /Nº, BAIRRO UNIVERSITÁRIO, DELMIRO GOUVEIA</li> <li>28. 27º DISTRITO POLICIAL – CISP - ÁGUA BRANCA, END: AL - 145, RUA LOURENÇO BEZERRA DE MELO, ÁGUA BRANCA</li> </ol>

29. 28º DISTRITO POLICIAL – CISP - MATA GRANDE, END: PRAÇA NOSSA SRA. DA CONCEIÇÃO Nº 01, CENTRO, MATA GRANDE
30. 29º DISTRITO POLICIAL – CISP - INHAPI, END: AVENIDA POMPILHO BRANDÃO ALCÂNTARA, AL-140, CENTRO, INHAPI
31. 30º DISTRITO POLICIAL – CANAPI, END: AV. JOAQUIM TETE, Nº 247, CENTRO, CANAPI
32. 31º DISTRITO POLICIAL – CISP - OLHO D'ÁGUA DO CASADO, END: RUA GUIOMAR BRITO, Nº 715, CENTRO, OLHO D'ÁGUA DO CASADO
33. 32º DISTRITO POLICIAL – CISP - PIRANHAS, END: AVENIDA SÃO FRANCISCO, PIRANHAS
34. 33º DISTRITO POLICIAL – PARICONHA, END: RUA AFONSO VIANA, S/N, CENTRO, PARICONHA (FUNC. CISP DE DELMIRO GOUVEIA)
35. 2ª DRP/ 34º DISTRITO POLICIAL - CISP – SANTANA DO IPANEMA, END: MARGENS BR316, SANTANA DO IPANEMA
36. 35º DISTRITO POLICIAL – OLHO D'ÁGUA DAS FLORES, END: RUA 15 DE NOVEMBRO, Nº 1250, CENTRO, OLHO D'ÁGUA DAS FLORES
37. 36º DISTRITO POLICIAL – OLIVENÇA, END: RUA ALTO DA PINHEIRA 27, CENTRO, OLIVENÇA (FUNC. GPM)
38. 37º DISTRITO POLICIAL – DOIS RIACHOS, END: AV. FREI DAMIÃO, S/N, CENTRO, DOIS RIACHOS
39. 38º DISTRITO POLICIAL – CISP - SÃO JOSÉ DA TAPERA END: AV. MANOEL MARCIANO Nº 601, AL-220, CENTRO, SÃO JOSÉ DA TAPERA
40. 39º DISTRITO POLICIAL – CARNEIROS, END: AV. ADÃO VIEIRA 94, SÃO JOSÉ DA TAPERA
41. 40º DISTRITO POLICIAL – CISP - OURO BRANCO, END: RUA SEBASTIÃO VIEIRA DA ROCHA, OURO BRANCO
42. 41º DISTRITO POLICIAL – POÇO DAS TRINCHEIRAS, END: ATENDIMENTO NA DP DE SANTANA DO IPANEMA
43. 42º DISTRITO POLICIAL – MARAVILHA, END: ATENDIMENTO NA DP DE OURO BRANCO
44. 43º DISTRITO POLICIAL - CISP - SENADOR RUI PALMEIRA END: RODOVIA WILSON MOURA, AL-135 - SENADOR RUI PALMEIRA
45. 3ª DRP / 44º DISTRITO POLICIAL – CISP - BATALHA END: AFRÂNIO LAGES Nº 01, CENTRO - BATALHA
46. 45º DISTRITO POLICIAL – MONTEIRÓPOLIS END: ATENDIMENTO NA DP DE BATALHA
47. 46º DISTRITO POLICIAL – JACARÉ DOS HOMENS, END: RUA FERNANDO ARAÚJO SOUTO, Nº 415, CENTRO, JACARÉ DOS HOMENS
48. 47º DISTRITO POLICIAL – PALESTINA, END: RUA PEDRO FELIX DE MELO, S/N, CENTRO, PALESTINA (FUNCIONA CISP PÃO DE AÇÚCAR)
49. 48º DISTRITO POLICIAL – CISP - PÃO DE AÇÚCAR, END: RUA GILBERTO SOARES PINTO S/Nº, CENTRO, PÃO DE AÇÚCAR
50. 49º DISTRITO POLICIAL – BELO MONTE, END: FUNCIONA EM BATALHA (CISP)
51. 50º DISTRITO POLICIAL – JARAMATAIA, END: RUA DO COMÉRCIO, S/N, CENTRO, JARAMATAIA - FUNCIONA CISP MAJOR ISIDORO
52. 51º DISTRITO POLICIAL – CISP - MAJOR ISIDORO, END: RUA AMÉLIA ALVES Nº 01, CENTRO - MAJOR ISIDORO
53. 4ª DRP – ARAPIRACA END: AV. MIGUEL CORREIA DE AMORIM, Nº 936, BAIXÃO, ARAPIRACA
54. CENTRAL DE POLÍCIA – ARAPIRACA END: AV. MIGUEL CORREIA DE AMORIM, Nº 936, BAIXÃO, ARAPIRACA
55. 52º DISTRITO POLICIAL – ARAPIRACA END: AV. MIGUEL CORREIA DE AMORIM, Nº 936, BAIXÃO, ARAPIRACA

POLICIA CIVIL DE A

56. 53º DISTRITO POLICIAL – ARAPIRACA END: AV. MIGUEL CORREIA DE AMORIM, Nº 936, BAIXÃO, ARAPIRACA
57. 54º DISTRITO POLICIAL – ARAPIRACA END: AV. MIGUEL CORREIA DE AMORIM, Nº 936, BAIXÃO, ARAPIRACA
58. 55º DISTRITO POLICIAL – ARAPIRACA END: AV. MIGUEL CORREIA DE AMORIM, Nº 936, BAIXÃO, ARAPIRACA
59. CASA DE CUSTÓDIA – ARAPIRACA END: AV. GOVERNADOR LAMENHA FILHO, S/N, JARDIM TROPICAL, ARAPIRACA
60. 56º DISTRITO POLICIAL – CISP - GIRAU DO PONCIANO END: RUA PROJETADA H, MORADA DO SOL, RODOVIA AL 115, KM 27, GIRAU DO PONCIANO
61. 57º DISTRITO POLICIAL – CISP - LAGOA DA CANOA END: AL-115, KM16, SÍTIO LAGOA DO MATO - LAGOA DA CANOA
62. 58º DISTRITO POLICIAL – OLHO D'ÁGUA GRANDE END: RUA 14 DE SETEMBRO, S /N, CENTRO, OLHO D'ÁGUA GRANDE
63. 59º DISTRITO POLICIAL – CISP - FEIRA GRANDE END: MARGENS DA AL-485, SÍTIO SERRA, CENTRO, FEIRA GRANDE
64. 60º DISTRITO POLICIAL – LIMOEIRO DE ANADIA END: RUA MAJOR JOSÉ BARBOSA, S/N, CENTRO, LIMOEIRO DE ANADIA
65. 61º DISTRITO POLICIAL – CAMPO GRANDE END: RUA DELMIRO GOUVEIA, S/N, CENTRO, CAMPO GRANDE
66. 62º DISTRITO POLICIAL – CISP - CRAÍBAS END: RUA DO MATADOURO S/Nº, SÃO JOÃO - CRAÍBAS
67. 63º DISTRITO POLICIAL – CISP - TRAIPIU END: RODOVIA AL-487, CENTRO - TRAIPIU
68. 5ª DRP / 64º DISTRITO POLICIAL – CISP - PALMEIRAS DOS ÍNDIOS END: BR-316, JUCA SAMPAIO - PALMEIRAS DOS ÍNDIOS
69. 65º DISTRITO POLICIAL – CISP - CACIMBINHAS END: RUA MANOEL BENJOINO CÉSAR, BR-316, KM 113, CENTRO - CACIMBINHAS
70. 66º DISTRITO POLICIAL – MINADOR DO NEGRÃO END: RUA BELARMINO VIEIRA BARROS, 322, CENTRO, MINADOR DO NEGRÃO
71. 67º DISTRITO POLICIAL – CISP - IGACI END: RODOVIA EDUARDO SILVA, AL 115 – IGACI
72. 68º DISTRITO POLICIAL – TANQUE D'ARCA END: AV. JOÃO ANTÔNIO DA SILVA, 16, CENTRO, TANQUE D'ARCA
73. 69º DISTRITO POLICIAL – QUEBRANGULO END: PÇA. PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, Nº 42, CENTRO, QUEBRANGULO
74. 70º DISTRITO POLICIAL – BELÉM END: RUA DO COMÉRCIO, S/Nº, CENTRO, BELÉM
75. 71º DISTRITO POLICIAL – COITÉ DO NÓIA END: RUA JOSÉ BELARMINO, 30, CENTRO, COITÉ DO NÓIA
76. 72º DISTRITO POLICIAL – CISP - TAQUARANA END: MARGENS DA AL-110 - TAQUARANA
77. 73º DISTRITO POLICIAL – CISP - ESTRELA DE ALAGOAS END: MARGENS DA BR-316, CENTRO - ESTRELA DE ALAGOAS
78. 6ª DRP / 74º DISTRITO POLICIAL – SÃO MIGUEL DOS CAMPOS, END: JOSÉ CALAZANS, Nº 689, CENTRO, SÃO MIGUEL DOS CAMPOS
79. 75º DISTRITO POLICIAL – CISP - CAMPO ALEGRE END: RUA MARIA VICÊNCIA Nº 01, AL-220, CENTRO - CAMPO ALEGRE
80. 76º DISTRITO POLICIAL – CISP - BOCA DA MATA END: RUA GENAURO VIEIRA DE ALMEIDA S/Nº, CAJUEIRO - BOCA DA MATA
81. 77º DISTRITO POLICIAL – CISP - ANADIA END: RUA NETO BONFIM S/Nº, CENTRO - ANADIA
82. 78º DISTRITO POLICIAL – ROTEIRO END: RUA MANOEL RUFINO, S/N, CENTRO, ROTEIRO
83. 79º DISTRITO POLICIAL – CISP - TEOTÔNIO VILELA END: RUA JOSÉ MONTEIRO DA SILVA Nº 632, CENTRO, TEOTÔNIO VILELA

84. 80º DISTRITO POLICIAL – CISP - JUNQUEIRO END: BR 101 - JUNQUEIRO
85. 81º DISTRITO POLICIAL – CISP - JEQUIÁ DA PRAIA END: RODOVIA AL-101 SUL, CENTRO - JEQUIÁ DA PRAIA
86. 7ª DRP – 82º DISTRITO POLICIAL - CISP - PENEDO END: RUA PROJETADA Nº 36, RAIMUNDO PENEDO
87. 83º DISTRITO POLICIAL – SÃO BRÁS END: RUA SÃO JOSÉ, Nº 1, CENTRO, SÃO BRÁS
88. 84º DISTRITO POLICIAL – CISP - IGREJA NOVA FONE: RUA DA PROVIDÊNCIA S/Nº CENTRO - IGREJA NOVA
89. 85º DISTRITO POLICIAL – CISP - PORTO REAL DO COLÉGIO END: AV. GOVERNADOR MOACIR ANDRADE Nº 777, CENTRO - PORTO REAL DO COLÉGIO
90. 86º DISTRITO POLICIAL – CISP - SÃO SEBASTIÃO END: RODOVIA DR. GERALDO CAVALCANTE CAJUEIRO, AL-110 - SÃO SEBASTIÃO
91. 87º DISTRITO POLICIAL – FELIZ DESERTO END: RUA DOMINGOS ANDRÉ, S/N, FELIZ DESERTO
92. 88º DISTRITO POLICIAL – CISP - PIAÇABUÇU END: RODOVIA ENGENHEIRO DALMO MOREIRA SANTANA, AL-225 - PIAÇABUÇU
93. 89º DISTRITO POLICIAL – CISP - CORURIBE END: RUA DO SOL, LOTEAMENTO COMENDADOR TERCIO WANDERLEY - CORURIBE
94. 8ª DRP / 90º DISTRITO POLICIAL - CISP - MATRIZ DE CAMARAGIBE END: AL-105 - MATRIZ DE CAMARAGIBE
95. 91º DISTRITO POLICIAL – PORTO CALVO END: RUA BOA VISTA, 148, CENTRO, PORTO CALVO
96. 92º DISTRITO POLICIAL – MARAGOGI END: RUA FRANCISCO HOLANDA CAVALCANTE, S/N, CENTRO, MARAGOGI
97. 93º DISTRITO POLICIAL – CISP - SÃO LUIZ DO QUITUNDE END: RUA DR. FERNANDO SARMENTO S/Nº, CENTRO - SÃO LUIZ QUITUNDE
98. 94º DISTRITO POLICIAL – PASSO DE CAMARAGIBE END: RUA DR. PEDRO DA CUNHA, 11, CENTRO, PASSO DE CAMARAGIBE
99. 95º DISTRITO POLICIAL – CISP - PORTO DE PEDRAS END: RODOVIA AL-101 NORTE - PORTO DE PEDRAS
100. 96º DISTRITO POLICIAL – JAPARATINGA END: AVENIDA BEIRA MAR, S/N, JAPARATINGA
101. 97º DISTRITO POLICIAL – CISP - SÃO MIGUEL DOS MILAGRES END: RODOVIA AL-101 NORTE, CENTRO - SÃO MIGUEL DOS MILAGRES
102. 9ª DRP / 98º DISTRITO POLICIAL - CISP - VIÇOSA END: AVENIDA FIRMINO MAIA, CENTRO - VIÇOSA
103. 99º DISTRITO POLICIAL – CHÃ PRETA END: RUA TEREZINHA BRANDÃO, CENTRO, CHÃ PRETA
104. 100º DISTRITO POLICIAL – PINDOBA END: RUA SÃO JOSÉ, S/N, CENTRO, PINDOBA
105. 101º DISTRITO POLICIAL – CISP - MARIBONDO END: RUA SENADOR ARNON DE MELO Nº 997, CENTRO - MARIBONDO
106. 102º DISTRITO POLICIAL – CISP - CAJUEIRO END: ANTÔNIO CARLOS MORAES Nº 262, CENTRO - CAJUEIRO
107. 103º DISTRITO POLICIAL – CAPELA END: PRAÇA JOÃO DA ROCHA ACIOLY, S/N, CENTRO, CAPELA
108. 104º DISTRITO POLICIAL – CISP - ATALAIA END: BR-106, JOSÉ PAULINO - ATALAIA
109. 105º DISTRITO POLICIAL – MAR VERMELHO END: RUA CORONEL A. ALMEIDA, S/N, MAR VERMELHO
110. 106º DISTRITO POLICIAL – PAULO JACINTO END: RUA TAQUARA, S/N, PAULO JACINTO
111. 10ª DRP / 107º DP - CISP - NOVO LINO, END: BR-101 - NOVO LINO
112. 108º DISTRITO POLICIAL – CISP - COLÔNIA LEOPOLDINA, END: BR-416, KM09, CENTRO - COLÔNIA LEOPOLDINA

113. 109º DISTRITO POLICIAL – FLEXEIRAS, END: BR-416, KM09, CENTRO - COLÔNIA LEOPOLDINA
114. 110º DISTRITO POLICIAL – CISP - JOAQUIM GOMES END: AV. PREFEITO OSMÁRIO GOMES DA SILVA RÊGO, ANTÔNIO CELSO LINS, AL-205 - JOAQUIM GOMES
115. 111º DISTRITO POLICIAL – JUNDIÁ END: RUA ANTONIO BRITO, S/ N, CENTRO, JUNDIÁ
116. 112º DISTRITO POLICIAL – JACUÍPE END: RUA MIGUEL MORATO, S/N, CENTRO, JACUÍPE
117. 113º DISTRITO POLICIAL – CAMPESTRE END: AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 151, CENTRO, CAMPESTRE
118. 11ª DRP / DRN / 114º DISTRITO POLICIAL - CISP - UNIÃO DOS PALMARES END: MARGENS DA BR-104, ABOLIÇÃO - UNIÃO DOS PALMARES
119. 115º DISTRITO POLICIAL – CISP - SÃO JOSÉ DA LAJE END: PRAÇA OSMAN COSTA PINTO, CENTRO - SÃO JOSÉ DA LAJE
120. 116º DISTRITO POLICIAL – CISP - MURICI END: BR-104 - MURICI
121. 117º DISTRITO POLICIAL – BRANQUINHA END: RUA DR. PRADO OMENA, Nº 87, CENTRO, BRANQUINHA
122. 118º DISTRITO POLICIAL – IBATEGUARA END: RUA SÃO JOÃO, Nº 17, CENTRO, IBATEGUARA
123. 119º DISTRITO POLICIAL – SANTANA DO MUNDAÚ END: AV. DR. MUNIZ FALCÃO, 01, CENTRO, SANTANA DO MUNDAÚ
124. DELEGACIA DE ROUBOS E FURTOS DE VEÍCULOS E CARGAS END: AVENIDA VER. DARIO MARSÍGLIA, TABULEIRO, MACEIÓ
125. DELEGACIA ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO A MULHER 1 – DEAM1 END: AV. COMENDADOR GUSTAVO PAIVA S/Nº, MANGABEIRAS, MACEIÓ
126. DELEGACIA ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO A MULHER 2 – DEAM2 END: RUA ANTÔNIO SOUZA BRAGA, 270, CONJUNTO SALVADOR LYRA, MACEIÓ
127. DELEGACIA ESPECIALIZADA DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI – DEACLE END: AVENIDA PRESIDENTE ROOSEVELT, S/ N, JACINTINHO, MACEIÓ
128. DELEGACIA ESPECIAL DOS CRIMES CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE – DCCCA END: RUA ABDOM ASSIS INOJOSA ANDRADE, S/N, JATIÚCA, MACEIÓ
129. DELEGACIA DE TRÂNSITO END: AVENIDA GUSTAVO PAIVA, 3433, MANGABEIRAS (CODE), MACEIÓ
130. DELEGACIA DE ROUBOS DA CAPITAL END: AVENIDA GUSTAVO PAIVA, 3433, MANGABEIRAS (CODE), MACEIÓ
131. DELEGACIA DE REPRESSÃO AO NARCOTRÁFICO DA CAPITAL (DNARC) END: RUA JORGE MONTENEGRO DE BARROS, CHÃ DE BEBEDOURO, MACEIÓ
132. END: RUA JORGE MONTENEGRO DE BARROS, CHÃ DE BEBEDOURO, MACEIÓ  
END: RUA DR. OSVALDO CRUZ. S/N, CHÃ BEBEDOURO, MACEIÓ
133. DELEGACIA DE HOMICÍDIOS – (ARAPIRACA) END: AV. MIGUEL CORREIA DE AMORIM, Nº 1196, BAIXÃO, ARAPIRACA
134. DELEGACIA DE TRÂNSITO – (ARAPIRACA) END: ROD. AL 110, Nº 32, CANAFÍSTULA, ARAPIRACA
135. DELEGACIA ESPECIALIZADA DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI - ARAPIRACA END: RODOVIA AL 110, S/N, BAIRRO JARDIM TROPICAL, ARAPIRACA
136. DELEGACIA ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO A MULHER - ARAPIRACA END: RODOVIA AL 110, S/N, BAIRRO JARDIM TROPICAL, ARAPIRACA
137. DELEGACIA DE COMBATE A CORRUPÇÃO (DECCOR) END: AVENIDA ANTÔNIO GOMES DE BARROS, 120, JATIUCA, MACEIÓ
138. DELEGACIA DO TURISTA END: RUA EPAMINONDAS GRACINDO N. 92 PAJUÇARA, MACEIÓ
139. CENTRAL DE FLAGRANTES END: AV. DURVAL DE GOES MONTEIRO S/N, TABULEIRO DOS MARTINS, MACEIÓ

	<p>140. CENTRAL DE INQUÉRITOS POLICIAIS PENDENTES (CIPP) END: RUA DA ALEGRIA, Nº 398, CENTRO, MACEIÓ</p> <p>141. GRUPO ESPECIAL DE APOIO INVESTIGATIVO (GEAI) END: RUA SOLDADO JOSÉ GUILHERME, S/N, CONJUNTO SANTO EDUARDO, JATIÚCA, MACEIÓ</p> <p>142. DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA POLICIAL (DINPOL) END: AV. GENERAL LUIZ DE FRANÇA ALBUQUERQUE, S/Nº JACARECICA, MACEIÓ</p> <p>143. OPERAÇÃO POLICIAL INTEGRADA LITORÂNEA (OPLIT) END: AV. ÁLVARO OTACÍLIO, JATIÚCA, MACEIÓ</p>
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO	AV. ASSIS CHATEAUBRIAND, 2578 - PRADO, MACEIÓ - AL, 57010-070
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS - PMAL	<p>1. PROVISÓRIO QUARTEL GERAL DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS - QCG/PMAL - SEÇÃO DE ESTOQUE E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL - DLOG4</p> <p>2. SITO DISTRITO INDUSTRIAL GOVERNADOR LUIZ CAVALCANTE</p> <p>3. S/NQUADRA 08 - TABULEIRO DO MARTINS, MACEIÓ/AL</p>
INSTITUTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON/AL	MACEIÓ- AL, CENTRO, RUA DO LIVRAMENTO, 153
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	<p>1. R. CINCINATO PINTO, 348, - BAIRRO CENTRO, MACEIÓ/AL, CEP 57020-050</p> <p>2. CENTRO XINGO - RODOVIA NORTE SUL, S/N ZONA RURAL - PIRANHAS/AL, CEP 57460-000</p>
SECRETARIA DE ESTADO DA PRIMEIRA INFÂNCIA - SECRIA	RUA CINCINATO PINTO, S/N, NO BAIRRO DO CENTRO, MACEIÓ/A
Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação - Secti	RUA BARÃO DE JARAGUÁ - 590 - JARAGUÁ - MACEIÓ
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços - SEDICS	AV. DA PAZ, 1108 – JARAGUÁ – MACEIÓ/AL CEP: 57022-050
SECRETARIA DO ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ	<p>1. PRÉDIO-SEDE: RUA GENERAL HERMES, Nº 80, CENTRO, MACEIÓ/AL</p> <p>2. BLOCO ADMINISTRATIVO SILVIO VIANA: RODOVIA AL 101 NORTE, KM 5, JACARECICA, MACEIÓ/AL</p> <p>3. RODOVIA AL 101 NORTE - KM 19, DELMIRO GOUVEIA/AL</p> <p>4. RODOVIA BR 104 - KM 12, SÃO JOSÉ DA LAJE/AL</p> <p>5. RODOVIA BR 101 - KM 0, NOVO LINO/AL</p> <p>6. LARGO DOM FERNANDO GOMES - CENTRO, ARAPIRACA - AL, 57300-290, ARAPIRACA/AL</p> <p>7. RODOVIA BR 101 - KM 245, CENTRO, PORTO REAL DO COLÉGIO/AL, 5729000.</p>
SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	<p>1. AV. SIQUEIRA CAMPOS, S/N, ESTÁDIO REI PELÉ, 3º ANDAR, - BAIRRO CENTRO, MACEIÓ/AL, CEP 57020-904</p> <p>2. RUA TOBIAS BARRETO, 467 - BEBEDOURO, MACEIÓ - AL, CEP: 57017-690</p>
Secretaria de Estado de Planejamento, Gestão e Patrimônio - SEPLAG	RUA DR. CINCINATO PINTO, 503, CENTRO, CEP 57.020-050



Secretária de Prevenção a Violência – SEPREV	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. SECRETÁRIA DE PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA – SEDE: RUA JOAQUIM NABUCO Nº 117 BAIRRO: FAROL CIDADE: MACEIÓ/ALAGOAS</li> <li>2. SUMESE - AV. DURVAL DE GÓES MONTEIRO, S/N, TABULEIRO DOS MARTINS MACEIÓ/ALAGOAS</li> <li>3. CASA DE DIREITO MACEIÓ: LT PLANALTO DA MANGABEIRAS, S/N, JACINTINHO MACEIÓ/ALAGOAS</li> <li>4. ACOLHE MACEIÓ: RUA CAPITÃO SAMUEL LINS, Nº 124, FAROL MACEIÓ/ALAGOAS</li> <li>5. REINSERÇÃO: AV. TOMAS ESPÍNDOLA, Nº 101, FAROL MACEIÓ/ALAGOAS</li> <li>6. SEDE DO RONDA NO BAIRRO MACEIÓ: AV. PROF. SANTOS FERRAZ, Nº. 303, POÇO MACEIÓ/ALAGOAS</li> <li>7. RONDA NO BAIRRO BENEDITO BENTES: AV CACHOEIRA DO MEIRIM, S/N, BENEDITO BENTES MACEIÓ/ALAGOAS</li> <li>8. RONDA NO BAIRRO, CASA DE DIREITOS ARAPIRACA E ACOLHE ARAPIRACA: RUA JOÃO NUNES BARBOSA, Nº 20, ITAPOÃ, ARAPIRACA/ALAGOAS</li> <li>9. UIM - PILAR: SANTA RITA, 3033, CHÃ DO PILAR/ALAGOAS</li> <li>10. INTERNAÇÃO MASCULINA II (RIO LARGO): RUA SÃO JOSÉ, Nº1204, PREF. ANTÔNIO RIO LARGO/ALAGOAS</li> </ol>
Secretaria de Estado de Relações Federativas e Internacionais de Alagoas - SERFI/AL	PALÁCIO REPÚBLICA DOS PALMARES RUA CINCINATO PINTO, S/N - 2º ANDAR - CENTRO, MACEIÓ - AL, 57020-050
Secretária de Estado da Saúde do Estado de Alagoas - SESAU/AL	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. ALMOXARIFADO, RUA ANA MARIA COELHO DE MELO, Nº 94, FAROL – SESAU/AL</li> <li>2. UNIDADE MISTA SENADOR ARNON AFFONSO DE FARIAS MELLO ENDEREÇO: AV. ALAGOAS - S/N - XINGÓ, PIRANHAS</li> <li>3. HOSPITAL REGIONAL DA MATA ENDEREÇO: CONL. RES. NEWTON PEREIRA GONÇALES/ PV STA. FÉ, U. PALMARES</li> <li>4. UNIDADE MISTA DRA. QUITÉRIA BEZERRA DE MELO ENDEREÇO: RUA OITO DE DEZEMBRO - Nº 22 - ÁGUA BRANCA</li> <li>5. UNIDADE DE EMERGÊNCIA DANIEL HOULY ENDEREÇO: RODOVIA AL 220 - BRASILIANA, ARAPIRACA</li> <li>6. HOSPITAL DA MULHER ENDEREÇO: AV. COMENDADOR LEÃO - 1331, POÇO, MACEIÓ-AL</li> <li>7. HOSPITAL DO ALTO SERTÃO ENDEREÇO: RODOVIA AL 145 S/N - DELMIRO GOUVEIA</li> <li>8. HOSPITAL REGIONAL DO NORTE ENDEREÇO: CJ. PREF. JORGE ALVES CORDEIRO-MANGANZALA, PORTO CALVO</li> <li>9. HOSPITAL GERAL DO ESTADO - HGE ENDEREÇO: AV. SIQUEIRA CAMPO - S/N - TRAPICHE DA BARRA, MACEIÓ-AL</li> </ol>
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO URBANO - SETRAND/AL	AV. FERNANDES LIMA, 555, - BAIRRO FAROL, MACEIÓ/AL, CEP 57055- 000
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS – SSP/AL	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. RUA ZADIR ÍNDIO, 213, CENTRO, MACEIÓ/AL – CEP: 57.020-480</li> <li>2. RUA SILVÉRIO JORGE, 368, JARAGUÁ/CEP: 57022-110</li> <li>3. AVENIDA FERNANDES LIMA, S/N, FAROL / CEP: 57055-0000</li> <li>4. FAZENDA OLHO D'ÁGUA, S/N - ZONA RURAL, MARECHAL DEODORO / CEP: 57160-000</li> </ol>
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA	PÇA. MAL. FLORIANO PEIXOTO, S/N, - BAIRRO CENTRO, MACEIÓ/AL, CEP 57020-090

VICE - GOVERNADORIA	RUA BOA VISTA, 453, CENTRO, MACEIÓ - AL
	<p>01 - SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055</p> <p>02 - Conselho Estadual da Educação, Av. Comdr. Gustavo Paiva, nº 2789 - Mangabeiras - Maceió-AL</p> <p>03 - Conselho Estadual de Alimentação Escolar, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;</p> <p>04 - Conselho Estadual do FUNDEB, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;</p> <p>05 - Gabinete do Secretário, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;</p> <p>06 - Chefia de Gabinete, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;</p> <p>07 - Assessoria de Governança, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055</p> <p>08 - Assessoria de Comunicação; CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;</p> <p>09 - SECRETARIA EXECUTIVA DE GESTÃO INTERNA, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;</p> <p>10 - Superintendência de Controle Interno e Contratos, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;</p> <p>11 - Gerência Especial de Controle Interno, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;</p> <p>12 - Gerência Especial de Contratos, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;</p> <p>13 - Superintendência de Planejamento e Orçamento, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;</p> <p>14 - Gerência Especial de Orçamento, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;</p> <p>15 - Gerência Especial de Captação de Recursos, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;</p> <p>16 - Gerência Especial de Prestação de Contas, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;</p> <p>17 - Gerência Especial de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;</p> <p>18 - Superintendência de Engenharia,CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;</p> <p>19 - Gerência Especial de Expansão e Adequação, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;</p> <p>20 - Gerência Especial de Projetos de Engenharia, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;</p> <p>21 - Gerência Especial de Projetos de Arquitetura, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;</p> <p>22 - Gerência Especial de Orçamento de Obras para Licitação, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;</p> <p>23 - Gerência Especial de Fiscalização de Obras, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;</p>

24 - Gerência Especial de Manutenção Predial, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;

25 - Superintendência de Finanças e Contabilidade:, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;

26 - Gerência Especial de Execução Orçamentária, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;

27 - Gerência Especial de Execução Financeira, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;

28 - Gerência Especial de Contabilidade, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;

29 - Supervisão de Registros Contábeis e Conciliação Bancária, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;

30 - Coordenadoria de Execução Financeira, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;

31 - Supervisão de Contas a Pagar, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;

32 - Supervisão de Liquidação, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;

33 - Arquivo SUFIC, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;

34 - SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;

35 - Superintendência de Frota e Transporte Escolar, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;

36 - Gerência Especial de Gestão de Frota e Transporte Escolar, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;

37 - Gerência Especial de Interiorização do Transporte Escolar, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;

38 - Gerência Especial de Gestão do Transporte Escolar, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;

39 - Superintendência de Inovação e Tecnologia, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;

40 - Gerência Especial de Infraestrutura para Inovação e Tecnologia, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;

41 - Gerência Especial de Suporte ao Usuário, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;

42 - Gerência Especial de Desenvolvimento e Implementação de Soluções, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;

43 - Superintendência de Valorização de Pessoas, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;

44 - Gerência Especial de Folha de Pagamento, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;

45 - Gerência Especial de Qualidade de Vida, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;

46 - Gerência Especial de Direitos e Deveres, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;

47 - Coordenação de Vida Funcional, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;

48 - Supervisão de RH, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;
49 - Supervisão de Registro Funcional, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;
50 - Supervisão de Movimentação de Pessoas, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;
51 - Supervisão de Controle Financeiro de Servidores Efetivos, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;
52 - Supervisão e Controle de Estágio e Comissionado, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;
53 - Supervisão e Controle Financeiro de Servidores Contratados, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;
54 - Coordenação de Desenvolvimento e Qualidade de Vida, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;
55 - Supervisão de Integração, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;
56 - Supervisão de Avaliação de Desempenho, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;
57 - Supervisão de Saúde do Servidor, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;
58 - Superintendência Administrativa, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;
59 - Gerência Especial de Serviços Administrativos, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;
60 - Gerência Especial de Gestão do Centro de Formação, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;
61 - Gerência Especial de Almoxarifado, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;
62 - Gerência Especial de Compras, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;
63 - Gerência Especial de Procedimentos Licitatórios, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;
64 - Gerência Especial de Patrimônio, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;
65 - Gerência Especial de Limpeza, Conservação e Vigilância, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;
66 - Gerência Especial de Contratos, CEPA - Av. Fernandes Lima, s/nº - Farol - CEP 57055-055;
<b>ESCOLAS (MUNICÍPIO MARECHAL DEODORO)</b>
67 - ESCOLA ESTADUAL DEODORO DA FONSECA, Pça. Pedro Paulino – Centro, CEP: 57.160-000;
68 - ESCOLA ESTADUAL JOSE CORREIA DA SILVA TITARA, Rua do Antigo Cajueiro, s/n, Massagueira;
69 - ESCOLA ESTADUAL ROSA MARIA PAULINA DA FONSECA, Av. São José, S/N, Poeira, CEP: 57.160-000;
<b>ESCOLAS (MUNICÍPIO PARIPUEIRA)</b>
70 - ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA JULIETA RAMOS PEREIRA, Av. Antônio Reinaldo, S/N Centro, 57935-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO MACEIÓ)**

71 - ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO VASCO, Praça José Emídio de Carvalho, S/N, Riacho Doce. CEP: 57.039-250;

72 - ESCOLA ESTADUAL CAPITÃO ÁLVARO VICTOR, Pça. Tenente Aviador Moisés da Silva Filho, S/N, Vergel do Lago;

73 - ESCOLA ESTADUAL CAMPOS TEIXEIRA, Rua Campos Teixeira, S/N, Ponta da Terra. CEP: 57.030-580;

74 - ESCOLA ESTADUAL DR. FERNANDES LIMA, Rua Cel. Salustiano Sarmiento, Nº 270, Sítio São Jorge. CEP: 57.010-000;

75 - ESCOLA ESTADUAL ENGº: ÉDSON SALUSTIANO DOS SANTOS, Conjunto Mutirão, S/N, Jacintinho. CEP: 57.040-000;

76 - ESCOLA ESTADUAL JARSEN COSTA, Conjunto Claudionor Sampaio, Jacintinho. CEP: 57.040-590;

77 - ESCOLA ESTADUAL JORNALISTA RAUL LIMA, Rua da Igreja, S/N, Ipioca, CEP: 57.039-730;

78 - ESCOLA ESTADUAL JOSÉ OLIVEIRA E SILVA, Rua Jardim Boa Esperança, S/N, Vergel. CEP: 57.015-530;

79 - ESCOLA ESTADUAL LIONS MACEIÓ PAJUÇARA, Rua Diegues Júnior, S/N, Reginaldo, Poço, CEP: 57.025-650;

80 - ESCOLA ESTADUAL MAJOR EDUARDO EMILIANO DA FONSECA, Rua Dr. Luiz Barros, S/N, Vergel. CEP: 57.015-070;

81 - ESCOLA ESTADUAL MANOEL SIMPLÍCIO DO NASCIMENTO, Rua Divisória, S/N, Jacintinho. CEP: 57.040-780;

82 - ESCOLA ESTADUAL MARCELO REZENDE, Rua Laerte Leão, 25, Sítio São Jorge, Barro Duro, CEP: 57.044-080;

83 - ESCOLA ESTADUAL MARIA DAS GRAÇAS DE SÁ TEIXEIRA, Av. Governador Lamenha Filho, S/N, Feitosa, CEP: 57.043-000;

84 - ESCOLA ESTADUAL MARIA RITA LYRA DE ALMEIDA, Ginásio Poliesportivo Lauthenay Perdigão - Av. Siqueira Campos, nº 1900, Trapiche da Barra;

85 - ESCOLA ESTADUAL NOEL NUTELS, Rua Jarbas de Andrade Cabral, S/N, Cohab, Jacintinho. CEP: 57.041-500;

86 - ESCOLA ESTADUAL DR. RODRIGUEZ DE MELO, Rua Jardim Esperança, S/N, Ponta Grossa, Vergel. CEP: 57.015 – 000;

87 - ESCOLA ESTADUAL PROF ROSALVO LOBO, Av. Castelo Branco, Conj Castelo Branco, S/N – Jatiúca, CEP: 57010 000;

88 - ESCOLA ESTADUAL PROF THEOTÔNIO VILELA BRANDÃO, Gomes Barbosa, Conj Santo Eduardo, S/N – Jatiúca;

89 - ESCOLA ESTADUAL PROF VIRGINIO DE CAMPOS, Rua Firmino Vasconcelos, S/N – Ponta da Terra, CEP: 57010-000;

90 - ESCOLA ESTADUAL PROF. EDUARDO ALMEIDA DA SILVA, Rua São Pedro, S/N – Garça Torta, CEP: 57010 000;

91 - ESCOLA ESTADUAL PROF. EDUARDO DA MOTA TRIGUEIROS, Rua Cel Aduino Gomes Barbosa, 686 Conj. Santo Eduardo – Jatiúca;

92 - ESCOLA ESTADUAL PROF. MARIO BROAD, Av.Dr. Júlio Marques Luz, S/N – Jatiúca;

93 - ESCOLA ESTADUAL PROF. PEDRO TEIXEIRA DE VASCONCELOS, Rua Pau D´arco, S/N – Feitosa, CEP: 57043 330;

94 - ESCOLA ESTADUAL PROFª: ANA COELHO PALMEIRA, Conjunto Alfredo Gaspar de Mendonça, Jacarecica. CEP: 57.010-000;

95 - ESCOLA ESTADUAL PROFª: EROILDES SALDANHA, Av. Governador Lamenha Filho, S/N, Feitosa, CEP: 57.043-000;

96 - ESCOLA ESTADUAL PROFª: GUIOMAR DE ALMEIDA PEIXOTO, Rua Santo Antônio, S/N, Ponta Grossa, CEP: 57.015-000;

97 - ESCOLA ESTADUAL PROFª: MALBA LINS COSTA, Trav. Boa Esperança, S/N, Novo Mundo;

98 - ESCOLA ESTADUAL PROFª: MIRAN MARROQUIM DE QUINTELLA CAVALCANTE, Rua da Liberdade, S/N, Jacintinho, CEP: 57-042.090;

99 - ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR EDMILSON DE VASCONCELOS PONTES, Rua Cônego Machado, Farol. CEP: 57.051-160;

100 - ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR THEONIL GAMA, Rua Bonfim, S/N – Jacintinho, CEP: 57030 061;

101 - ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA AURELINA PALMEIRA DE MELO, Praça Padre Cicero, S/N, Vergel do Iago, CEP: 57.015-140;

102 - ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA ANAIAS DE LIMA ANDRADE, Rua Balbino Lopes, S/N, Vergel. CEP: 57.015-44;

103 - ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR ANÍSIO TEIXEIRA, Ginásio Poliesportivo Lauthenay Perdigão - Av. Siqueira Campos, nº 1900, Trapiche da Barra;

104 - ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR BENEDITO MORAES, Rua Dr. Zeferino Rodrigues, S/N, Pajuçara. CEP: 57-010-000;

105 - ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR CARLOS POVINA CAVALCANTE, Rua Santa Luzia, 36, Sítio Pescaria – Ipioca CEP: 57030000;

106 - ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR LUIZ CARLOS, Rua Cel. Adauto Gomes Barbosa, S/N, Trapiche, CEP: 57.010-375;

107 - ESCOLA ESTADUAL TARCÍSIO DE JESUS, Rua Sen. Rui Palmeira, Nº 107, Trapiche, CEP: 57011-280;

108 - ESCOLA ESTADUAL TAVARES BASTOS, Praça Centenário S/N, Farol, CEP: 57.051-140;

109 - ESCOLA ESTADUAL THOMÁZ ESPÍNDOLA, Rua Vereador José Caldas, Ponta Grossa, CEP: 57.015-590;

110 - ESCOLA ESTADUAL COLÉGIO TIRADENTES, Av. Roberto Pontes Lima, Nº 208-E, Trapiche. CEP: 57.010-385;

111 - CENTRO DE ATENDIMENTO AS PESSOAS COM SURDEZ JOELINA ALVES CERQUEIRA - CAS, Rua Ernesto Gomes Maranhão, Conj. Castelo Branco, S/N, Jatiúca. CEP 57.036-860;

112 - CENTRO DE EDUC. ESPECIAL DE ALAGOAS PROFª WANDETE GOMES DE CASTRO, Trav. Pedro Américo, S/N, Poço. CEP 57.025-890;

113 - CENTRO EDUCACIONAL DE JOVENS E ADULTOS PAULO FREIRE – CEJA, Rua do Sol, s/n - Centro, Maceió - AL, 57020-070;

114 - CENTRO ESTADUAL DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL CYRO ACCIOLY, Rua Dr. Pedro Monteiro, 108 A, Centro. CEP 57.030-580;

115 - ESCOLA ESTADUAL DR. EDSON DOS SANTOS BERNARDES, Av. Gov. Theobaldo Barbosa, Conjunto Joaquim Leão, Vergel, Guarda Municipal. CEP: 57.014-510;

116 - ESCOLA ESTADUAL JULIO AUTO, Conjunto Joaquim Leão, S/N, Vergel. CEP: 57.014-510;

117 - ESCOLA ESTADUAL CINCINATO PINTO, R. Manoel Maia Nobre, 281 - Farol, Maceió - AL, 57050-120;

118 - ESCOLA ESTADUAL DR. JOSÉ MARIA CORREIA DAS NEVES, Rua Agnelo Barbosa, S/N, Prado. CEP: 57-010-000;

119 - ESCOLA ESTADUAL DOM ADELMO MACHADO, Rua Dom Adelmo Machado, Ponta Grossa, Vergel do Lago;

120 - ESCOLA ESTADUAL ALBERTO TORRES, Rua Antônio Marinho de Melo, 16 - Gruta de Lourdes;

121 - ESCOLA ESTADUAL ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA, Conj. Eustaquio Gomes De Melo, Cidade Universitária;

122 - ESCOLA ESTADUAL AQUILINA BULHÕES BARROS, CJ Benicio Mendes De Barros - Cj B Bentes II, Tabuleiro dos martins;

123 - ESCOLA ESTADUAL DEP. GUILHERMINO DE OLIVEIRA, R. Drº Abelardo Pontes Lima, S/N, Gruta De Lourdes, Cep: 57052-695;

124 - ESCOLA ESTADUAL DEP NENOÍ PINTO, Rua Muniz Falcao, S/N, Clima Bom I, Cep: 57061-110;

125 - ESCOLA ESTADUAL DEP RUBENS CANUTO, Avenida Gurgury, Sn, Cj. Benedito Bentes 2, Benedito Bentes - Cep: 57084-050;

126 - ESCOLA ESTADUAL DOM OTÁVIO BARBOSA DE AGUIAR, Rua A 20. Quadra A20. Conjunto Benedito Bentes 1,S/N, Benedito Bentes - Cep: 57084-040;

127 - ESCOLA ESTADUAL DOM PEDRO II, Av. Fernandes Lima, S/N, Cepa - Farol - Cep: 57010-000;

128 - ESCOLA ESTADUAL DR. FRANCISCO MELO, Conj. Moacir Andrade, S/N,Qd 2, Benedito Bentes - Cep: 57085-020;

129 - ESCOLA ESTADUAL DR. JOSÉ MARIA DE MELO, Cj B Bentes, Rua Belo Horizonte - Cjh. B Bentes, S/N, Tabuleiro Dos Martins - Cep: 57084-040;

130 - ESCOLA ESTADUAL DR. MIGUEL GUEDES NOGUEIRA, Rua Dr. Osvaldo Cruz, S /N, Chã De Bebedouro - Cep:57018-000;

131 - ESCOLA ESTADUAL Drª EUNICE DE LEMOS CAMPOS, Av Arthur Valente Jucá, S /N, Benedito Bentes I. Cep: 57.084-615.;

132 - ESCOLA ESTADUAL EDUCAÇÃO BÁSICA EDUCADOR PAULO JORGE DOS SANTOS RODRIGUES, Rua Valter José Ferro Lima Filho, S/N - Conjunto Fernando Ribeiro Toledo Filho, Antares - Cep: 57083-131 Extensão: Complexo Penitenciário Alagoano,S/N,Br 104 Norte - Tabuleiro Dos Martins - Cep:57100-000;

133 - ESCOLA ESTADUAL GERALDO MELO DOS SANTOS, Cj Graciliano Ramos, Rua 61- Quadra 16, N 48, Cidade Universitária. Cep:57.073.340;

134 - ESCOLA ESTADUAL JOÃO PAULO II, R. Manoel Inácio, S/N - Chã Da Jaqueira, 57018 560;

135 - ESCOLA ESTADUAL JORNALISTA FREITAS NETO, Rua Dr. Osvaldo Cruz, 150, Chã De Bebedouro - Cep:57018-630;

136 - ESCOLA ESTADUAL JORNALISTA LAFAIETTE BELO, Parque Residencial Benedito Bentes, S/N, Tabuleiro Do Martins - Cep: 57084-040;

137 - ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR LIBERALINO BONFIM DE OLIVEIRA, Rua Ver. Hermínio Cardoso, 520 – Rio Novo. CEP 57.070-540;

138 - ESCOLA ESTADUAL MANOEL DE ARAÚJO DÓRIA, Cj. Henrique Equelman, Av Senador Teotônio Vilela, S/N, Tabuleiro Dos Martins - Cep: 57083-020;

139 - ESCOLA ESTADUAL MARCOS ANTÔNIO CAVALCANTI SILVA, Avenida Cachoeira Do Meirin, S/N, Conjunto Benedito Bentes I, Tabuleiro Dos Martins;

140 - ESCOLA ESTADUAL MARIA AMÁLIA, Av. Valdemar Rufino Dos Santos, S/N, Fernão Velho - Abc- Cep:57070- 470;

141 - ESCOLA ESTADUAL MARIA IVONE SANTOS DE OLIVEIRA, Rua José Augusto Lessa, S/N ,Conjunto Cidade Univ, Tabuleiro Dos Martins - Cep: 57072-010;

142 - ESCOLA ESTADUAL MARIA ROSÁLIA AMBROZZIO, Av. Fernandes Lima,S/N, Cepa, Farol - Cep: 57055-100;

143 - ESCOLA ESTADUAL MARIA SALETE GUSMÃO DE ARAÚJO, Rua Em Projeto, Conjunto Osmam Loureiro, S/N, Clima Bom, Tabuleiro Dos Martins. Cep: 57.071-330;

144 - ESCOLA ESTADUAL MOREIRA E SILVA, Av. Fernandes Lima,Sn, Cepa, Farol - Cep: 57010000;

145 - ESCOLA ESTADUAL NOSSA SENHORA DO BOM CONSELHO, Rua Projetada S/N Loteamento Santa Amélia - Tabuleiro;

146 - ESCOLA ESTADUAL ONÉLIA CAMPELO, Rua Santa Terezinha,S/N, Santos Dumont - Cep:57071-560;

147 - ESCOLA ESTADUAL OTACILIO HOLANDA DE ANDRADE, Rua São Luiz, 09, Petrópolis - Cep:57062-760;

148 - ESCOLA ESTADUAL OVÍDIO EDGAR DE ALBUQUERQUE, Rua José Lobo De Medeiros, S/N, Tabuleiro Do Martins;

149 - ESCOLA ESTADUAL PADRE CABRAL, Praça Eduardo Santos, S/N, Fernão Velho - Cep:57070-050;

150 - ESCOLA ESTADUAL PASTOR JOSÉ TAVARES SOUZA, Avenida Doutor Durval de Gois Monteiro Bairro:Canaa Município/UF:Maceio, AL CEP:57.080-000;

151 - ESCOLA ESTADUAL PRINCESA ISABEL, Av. Fernandes Lima,S/N, Cepa, Farol – Cep: 57.055-000;

152 - ESCOLA ESTADUAL PROF. JOSÉ REMI LIMA, Rua São José, S/N, Clima Bom II, Cep:57060-360;

153 - ESCOLA ESTADUAL PROF.SEBASTIÃO DA HORA, R. Martins Murta, S/N, Pitanguinha - Cep:57052-290;

154 - ESCOLA ESTADUAL PROFª BENEDITA DE CASTRO LIMA, R Santa Rita - Clima Bom Ii, S/N, Tabuleiro Do Martins - Cep: 57071-120;

155 - ESCOLA ESTADUAL PROFª JOSEFA CONCEIÇÃO DA COSTA, R. Pao De Acucar, S /N, Canaã - Cep: 57080-100;

156 - ESCOLA ESTADUAL PROFª MARGAREZ MARIA SANTOS LACET, Rua Santo Antonio,Sn, - Tabuleiro Dos Martins - Cep: 57080-000;

157 - ESCOLA ESTADUAL PROFª MARIA LÚCIA LINS DE FREITAS, Conjunto Graciliano Ramos S/N Rua 26 Tabuleiro Maceió AL 57073-340;

158 - ESCOLA ESTADUAL PROFª ROSALVA PEREIRA VIANA, Lot Por Do Sol, Quadra D, Santa Lúcia, S/N, Cep:57081-660;

159 - ESCOLA ESTADUAL PROFª: GILVANA ATAÍDE CAVALCANTE CABRAL, Rua Elinelma Oliveira dos Santos S/N Quadra 110, Santa Lucia, Maceió AL, 57082- 055;

160 - ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR AFRÂNIO LAGES, Av. Fernandes Lima,S/N, Cepa, Farol – Cep: 57.055-000;



161 - ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR JOSÉ DA SILVEIRA CAMERINO, Av. Fernandes Lima, S/N, Cepa, Farol – Cep: 57.055-000;

162 - ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA ADEILZA MARIA OLIVEIRA, Rua Do Campo, S/N, Chã Da Jaqueira - Cep: 57046-000;

163 - ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA IRENE GARRIDO, Rua G Conj. Jose Dubeaux Leao Qd.03, S/N, Tabuleiro Dos Martins - Cep: 57080-000;

164 - ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA LAURA DANTAS SANTOS DA SILVA, Av. Fernandes Lima,S/N, Cepa, Farol, CEP: 57055-000;

165 - ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA MARIA JOSÉ LOUREIRO, Av. Fernandes Lima, S/N, Farol, Cepa, Cep:57.055-000;

166 - ESCOLA ESTADUAL PROFº: JOSÉ VITORINO DA ROCHA, Av. Fernandes Lima, S /N, Farol, Cep:57055-000;

167 - ESCOLA ESTADUAL ROMEU DE AVELAR, Rua Romeu De Avelar,S/N, Tabuleiro Novo - Cep:57081-070;

168 - ESCOLA ESTADUAL MANUEL BALTAZAR PEREIRA DIÉGUES JÚNIOR, Cidade Universitária, Maceió - AL, 57072-040;

169 - ESCOLA ESTADUAL ROTARY, Avenida Durval De Góes Monteiro,S/N, Tabuleiro Do Martins - Cep: 57080-000;

170 - ESCOLA ESTADUAL SANTA TEREZA D'ÁVILA, R. Santo Amaro, 120, Santo Amaro, Cep: 57062-800;

171 - ESCOLA ESTADUAL TEOTÔNIO VILELA, Av. Fernandes Lima ,S/N, Farol, Cepa, Cep:57.055.000;

172 - ESCOLA ESTADUAL CEL. FRANCISCO ALVES DA MATA, Av Durval De Goes Monteiro, S/N, Tabuleiro Dos Martins;

173 - CENTRO ESTADUAL DE EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO DE MACEIO DICIONARISTA AURELIO BUARQUE DE HOLANDA, Rua projetada, S/N, Loteamento Santa Amélia. Tabuleiro;

#### **ESCOLAS (MUNICÍPIO ANADIA)**

174 - ESCOLA ESTADUAL RUI BARBOSA, Praça Dr. Campelo de Almeida, Centro, CEP: 57.660-000;

#### **ESCOLAS (MUNICÍPIO BARRA DE SÃO MIGUEL)**

175 - ESCOLA ESTADUAL MISAEL GONÇALVES FERREIRA, Rua Governador Divaldo Suruagy, Centro, CEP: 57.180-000;

#### **ESCOLAS (MUNICÍPIO BOCA DA MATA)**

176 - ESCOLA ESTADUAL JOSEFA CAVALCANTI SURUAGY, Av. Dom Pedro II, Centro, S/N, CEP: 57.680-000;

#### **ESCOLAS (MUNICÍPIO CAMPO ALEGRE)**

177 - ESCOLA ESTADUAL DORGIVAL GONÇALVES, Rua Rodolfo De Moraes, Sn Distrito Luziapolis. Bela Vista. Cep 57250-000 Campo Alegre - Al;

178 - ESCOLA ESTADUAL DOM CONSTANTINO LUERS, Travessa Abraão Moura, N 195, Centro, CEP: 57.250-000;

#### **ESCOLAS (MUNICÍPIO CORURIBE)**

179 - ESCOLA ESTADUAL DJALMA BARROS SIQUEIRA, Rua Pernambuco Novo, S/N, Vassouras, CEP: 57.230-000 - Coruripe Extensão: Jequiá da Praia - AL - CEP 57.257-000;

180 - ESCOLA ESTADUAL DEPUTADO JOÃO BELTRÃO, Avenida Anfrísio de Castro Lessa Santos 488 Comendador Tercio Wanderley Coruripe AL 57230-000;

181 - ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR LIMA CASTRO, R. Washington Luiz, S/N, Colonia Pindorama, CEP: 57.230- 000;

#### **ESCOLAS (MUNICÍPIO JUNQUEIRO)**

182 - ESCOLA ESTADUAL PADRE AURÉLIO GOÉS, Rua Padre Antônio Procópio, N 154, Centro, CEP: 57.270-000;

183 - ESCOLA ESTADUAL MARIA LIEGE DE ALBUQUERQUE TAVARES, Povoado Retiro;

#### **ESCOLAS (MUNICÍPIO SÃO MIGUEL DOS CAMPOS)**

184 - ESCOLA ESTADUAL ANA LINS, Rua Senador Maximo SN Centro São Miguel dos Campos AL 57240-064;

185 - ESCOLA ESTADUAL TARCÍSIO SOARES PALMEIRA, Rua Tarcisio S Palmeira 104 Centro São Miguel dos Campos AL 57245-333;

186 - ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA EDLEUZA OLIVEIRA DA SILVA, Rua 10A Rua Projetada Loteamento Helio Jatoba III 03 De Fatima São Miguel dos Campos AL 57246-090;

#### **ESCOLAS (MUNICÍPIO TEOTÔNIO VILELA)**

187 - ESCOLA ESTADUAL EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL JOSÉ APRÍGIO BRANDÃO VILELA, Av. do Front, Conj.Frei Damião, nº 53, Dep.Benedito de Lira, 57265-000;

188 - ESCOLA ESTADUAL EDUCAÇÃO BÁSICA PEDRO JOAQUIM DE JESUS, Rua Ze Paizinho SN Sao Jorge Teotônio Vilela AL 57265-000;

#### **ESCOLAS (MUNICÍPIO BELÉM)**

189 - ESCOLA ESTADUAL MARQUES DA SILVA, Rua do Comércio, 55 – Centro - CEP: 57630-000;

#### **ESCOLAS (MUNICÍPIO CACIMBINHAS)**

190 - ESCOLA ESTADUAL MUNIZ FALCÃO, Av. Cel. Clarindo Amorin – Centro – CEP: 57570-000;

#### **ESCOLAS (MUNICÍPIO ESTRELA DE ALAGOAS)**

191 - ESCOLA ESTADUAL LUIZ DUARTE, Rua Dom Epaminondas, 100, Centro, CEP: 57625-000;

#### **ESCOLAS (MUNICÍPIO IGACI)**

192 - ESCOLA ESTADUAL COITÉ DAS PINHAS, Praça São José, Povoado Coité das Pinhas, S/N, CEP: 57620- 000;

193 - ESCOLA ESTADUAL MARIA AMÉLIA SAMPAIO LUZ, Av. Serapião Sampaio , 206 Centro – CEP: 57620- 000;

194 - ESCOLA ESTADUAL OTACÍLIA JATOBÁ TORRES, Sítio Colônia Agrícola - CEP: 57620-000;

#### **ESCOLAS (MUNICÍPIO MAJOR ISIDORO)**

195 - ESCOLA ESTADUAL CONSTANÇA DE GÓES MONTEIRO, Rua Sargento Benevides Monte – Centro - CEP: 57580-000;

196 - ESCOLA ESTADUAL DERALDO CAMPOS, Rua José Rosendo da Silva – Pov. Capelinha, Zona Rural;

197 - ESCOLA ESTADUAL PROFª LENITA FONTES CINTRA, Rua do Comércio, S/N - Povoado São Marcos, Centro - CEP: 57580-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO MARIBONDO)**

198 - ESCOLA ESTADUAL ODETE BONFIM, Rua Estudante Érico Mentaste, S/N – Centro – CEP: 57670-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO MINADOR DO NEGRÃO)**

199 - ESCOLA ESTADUAL BELARMINO VIEIRA BARROS, Av. Belarmino Vieira Barros, 48 – Centro – CEP: 57615-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO PALMEIRA DOS ÍNDIOS)**

200 - CENTRO DE EDUCAC DE JOVENS E ADULTOS REMY MAIA, Rua Francisco Maia – São Francisco – CEP: 57602-230;

201 - ESCOLA ESTADUAL ALMEIDA CAVALCANTI, Rua Duque de Caxias,135 Centro - CEP: 57600-040;

202 - ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIA MACEDO, Av. Cel. Antônio Pantaleão, 60 – Tenório Cavalcante, CEP: 57607-280;

203 - ESCOLA ESTADUAL DA MAÇONARIA, Rua Leopoldo Duarte – Centro – CEP: 57602-280;

204 - ESCOLA ESTADUAL DJANIRA SANTOS SILVA, Povoado Santo Antônio – CEP: 57600-040;

205 - ESCOLA ESTADUAL EGIDIO BARBOSA DA SILVA, Povoado Lagoa do Caldeirão, s /n, Zona Rural;

206 - ESCOLA ESTADUAL ESTADO DE NOVA JERSEY, Av. Conselheiro Sebastião Lima, S/N – Paraíso - CEP: 57602-080;

207 - ESCOLA ESTADUAL GRACILIANO RAMOS, Av. 15 de Novembro – São Cristóvão – CEP: 57601-090;

208 - ESCOLA ESTADUAL HUMBERTO MENDES, Av. Muniz Falcão, n. 701, São Cristóvão – CEP: 57602-490;

209 - ESCOLA ESTADUAL JOSE VICTORINO DA ROCHA, Pça. Antônio Leite, 220 – Canafístula – CEP: 57613-000;

210 - ESCOLA ESTADUAL MANOEL PASSOS LIMA, Rua Genésio Moreira – São Francisco – CEP: 57602-000;

211 - ESCOLA ESTADUAL MONSENHOR MACEDO, Av. 15 de Novembro – Vila Maria – CEP: 57602-000;

202 - ESCOLA ESTADUAL MONSENHOR RIBEIRO VIEIRA, Pça. Manoel Pereira da Silva, 04, Palmeira de Fora – CEP: 57608-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO QUEBRANGULO)**

203 - ESCOLA ESTADUAL PROFA ELZA SOARES CAVALCANTE, Rua Prefeito João Honório de Carvalho, s/n, Centro;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO TANQUE D´ARCA)**

204 - ESCOLA ESTADUAL ROSA DE CASTRO FONSECA, Av. João Antônio da Silva ,14- Centro - CEP: 57635-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO ATALAIA)**

205 - ESCOLA ESTADUAL FLORIANO PEIXOTO, Rua Marechal Deodoro, 70 - Centro - CEP: 57690-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO CAJUEIRO)**

206 - ESCOLA ESTADUAL INAURA CASADO COSTA, Av. 22 de Maio – Centro - CEP: 57770-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO CAPELA)**

207 - ESCOLA ESTADUAL PROFª EDITE MACHADO, Rua Manoel Hipólito, 117 – Centro – CEP: 57780-000;

208 - ESCOLA ESTADUAL TORQUATO CABRAL, Pça. Eustáquio Gomes de Melo, 504, Centro – CEP 57780-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO CHÃ PRETA)**

209 - ESCOLA ESTADUAL IZIDRO TEIXEIRA, Rua Padre Dimas, S/N, CEP: 57760-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO MAR VERMELHO)**

210 - ESCOLA ESTADUAL PROF. SILVÉRIO LINS, Pça. Cristo Redentor, s/n, Prédio, Centro, CEP: 57730-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO PAULO JACINTO)**

211 - ESCOLA ESTADUAL DEPUTADO JOSÉ MEDEIROS, Rua Dr Manoel Vasconcelos S /N Paulo Jacinto Paulo Jacinto AL 57740-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO PINDOBA)**

212 - ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA MARIA CÂNDIDA DA SILVA, Rua da Areia, s /n, Centro, CEP: 57720-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO VIÇOSA)**

213 - ESCOLA ESTADUAL 13 DE OUTUBRO, Rua Frederico Maia, 82 – Prédio - Centro – CEP: 57700-000;

214 - ESCOLA ESTADUAL JOAQUIM DIÉGUES, Rua Mota Lima – Centro, CEP: 57700-000;

215 - ESCOLA ESTADUAL MONSENHOR MACHADO, Rua João Pessoa, s/n, COHAB - Centro – CEP: 57700-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO ARAPIRACA)**

216 - ESCOLA ESTADUAL ADRIANO JORGE, Av. Rio Branco, 250, Centro – CEP: 57300-190;

217 - ESCOLA ESTADUAL AURINO MACIEL, Rua Dom Felicio Vasconcelos, 380 – Capiatã – CEP: 57300-580;

218 - COLÉGIO DA POLICIA MILITAR TIRADENTES UNIDADE AGRESTE, Rua Edgler Ferreira de Albuquerque, 111, Bom Sucesso;

219 - ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA ARTUR RAMOS, Rua Costa Cavalcante – Cavaco - CEP: 57306-420;

220 - ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA COSTA RÊGO, Rua Gov. Luiz Cavalcante, Prédio da UNEAL - Alto do Cruzeiro, 57312-270;

221 - ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA MANOEL LÚCIO DA SILVA, Rua Manoel Lúcio da Silva, 36, CEP: 57304-481;

222 - ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROF. PEDRO DE FRANÇA REIS, Rua Antonio Marroquim, s/n, Baixão – CEP: 57305-430;

223 - ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFª IZAURA ANTÔNIA DE LISBOA, Rua Antonio Marroquim, s/n, Baixão – CEP: 57305-430;

224 - ESCOLA ESTADUAL DR. JOSÉ TAVARES, Rua Francisco Otilio dos Santos 80 Baixa Grande Arapiraca AL 57307-060;

225 - ESCOLA ESTADUAL JOSÉ QUINTELLA CAVALCANTI, Av. Ventura de Farias, S/N, Eldorado – CEP: 57306-010;

226 - ESCOLA ESTADUAL LIONS CLUBE, Rua José Terto, S/N – Jardim Tropical – CEP: 57316-185;

227 - ESCOLA ESTADUAL MANOEL ANDRÉ, Av. José Lúcio da Silva – Jardim esperança - CEP: 57307-430;

228 - ESCOLA ESTADUAL PE. JEFFERSON DE CARVALHO, Av. Antônio Barbosa – Guaribas, CEP: 57303-400;

229 - ESCOLA ESTADUAL PROF. JOSÉ MOACIR TEÓFILO, Rua Antônio Feliciano, 560 – Canafistula, CEP: 57302-200;

230 - ESCOLA ESTADUAL ROTARY, Rua Teodorico Costa, 329, Centro – CEP: 57300-220;

231 - ESCOLA ESTADUAL SENADOR RUI PALMEIRA, Rua Manoel Nunes Neto, s/n – Capiatã – CEP: 57310-130;

#### **ESCOLAS (MUNICÍPIO COITÉ DO NÓIA)**

232 - ESCOLA ESTADUAL ALVARO PAES Pça Álvaro Paes, 100 – CEP: 57325- 000;

#### **ESCOLAS (MUNICÍPIO CRAÍBAS)**

233 - ESCOLA ESTADUAL N SRA DA CONCEICAO, Rua 7 de setembro, 842 - Centro, CEP: 57320-000;

#### **ESCOLAS (MUNICÍPIO FEIRA GRANDE)**

234 - ESCOLA ESTADUAL MANOEL LEANDRO DE LIRA, Av. Freitas Cavalcante, 76, Centro – CEP: 57340-000;

#### **ESCOLAS (MUNICÍPIO GIRAU DO PONCIANO)**

235 - ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA JOSÉ ENOQUE DE BARROS, Distrito de Canafistula do Cipriano, Zona Rural - CEP: 57360-000;

236 - ESCOLA ESTADUAL DEPUTADO GILVAN BARROS, Alameda 115 SN Progresso Girau do Ponciano AL 57360-000;

237 - ESCOLA ESTADUAL OLÍMPIA TENÓRIO LIMA, Praça Presidnte Kennedy, 86 - Centro - CEP 57360-000 Extensão: E.Douglas Aprato, Rua Ver.Veridiano Fernandes,S:N-Centro-Campo Grande;

#### **ESCOLAS (MUNICÍPIO LAGOA DA CANOA)**

238 - ESCOLA ESTADUAL N SRA DA CONCEICAO, Rua Luiz Evangelista, Vila Santa Isabel, CEP 57330-000;

#### **ESCOLAS (MUNICÍPIO LIMOEIRO DE ANADIA)**

239 - ESCOLA ESTADUAL FRANCISCO DOMINGUES, Rua Siqueira Campos, 08 Centro – CEP: 57260-000;

#### **ESCOLAS (MUNICÍPIO SÃO SEBASTIÃO)**

240 - ESCOLA ESTADUAL PROF JOSE FELIX DE CARVALHO ALVES, Rua Pedro Vieira de Barros, S/N, Centro – CEP: 57275- 000;

#### **ESCOLAS (MUNICÍPIO TAQUARANA)**

241 - ESCOLA ESTADUAL SANTOS FERRAZ, Rua Antônio Madeiro, 141 – Centro - CEP: 57640-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO TRAIPU)**

242 - ESCOLA ESTADUAL PROFª Mª AVELINA DO CARMO, Rua Isaac Pereira Netto, 94 - Centro – CEP: 57370-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO CARNEIROS)**

243 - ESCOLA ESTADUAL DR EMILIO DE MAIA, Rua Floriano Peixoto – Centro – CEP: 57532 000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO DOIS RIACHOS)**

244 - ESCOLA ESTADUAL CONEGO JOSE BULHOES, Av. Miguel de Novais, Centro;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO MARAVILHA)**

245 - ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR ATANAGILDO BRANDAO, Rua Sagrada Família, 53 , Centro - CEP: 57520- 000- Maravilha Extensão:Rua Sagrada Familia,110-Centro-Maravilha-CEP 57.520-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO OLHO D'ÁGUA DAS FLORES)**

246 - ESCOLA ESTADUAL ANGELO DE ABREU, Av. 02 de dezembro, 615 – Centro - CEP: 57442-000;

247 - ESCOLA ESTADUAL PADRE ANTONIO DUARTE, Av. 02 de dezembro, 727 – Centro - CEP: 57442-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO OLIVENÇA)**

248 - ESCOLA ESTADUAL DESEMBARGADOR AUGUSTO COSTA, Rua Pe. Cícero, 162 – Centro – CEP: 57550- 000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO OURO BRANCO)**

249 - ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA JOANITA DE MELO, Rua Manoel Rodrigues de Melo, 248 – Centro - CEP: 57525-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO POÇO DAS TRINCHEIRAS)**

250 - ESCOLA ESTADUAL PROFª ANA MARIA TEODOSIO, Povoado Quandu – Zona Rural - CEP: 57510-000/

251 - ESCOLA ESTADUAL PROFª JOSEFA DE SOUZA LIMA, Rua São José, 90 – Centro - CEP: 57510-000 Extensão: Povoado Tapuio, S/N Zona Rural, Poço das Trincheiras-AL;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO SANTANA DO IPANEMA)**

252 - ESCOLA ESTADUAL DE AREIA BRANCA, Povoado Areia Branca, s/n, Zona Rural – CEP: 57500-000;

253 - ESCOLA ESTADUAL ORMINDO BARROS, Rua Siqueira Campos, 87 – Camoxinga – CEP: 57500-000;

254 - ESCOLA ESTADUAL PADRE FRANCISCO CORREIA, Av.Arsênio Moreira, 278 – Monumento - CEP: 57500-000;

255 - ESCOLA ESTADUAL PROF ALOISIO ERNANDE BRANDAO, Rua Da Barauna s/n - Camoxinga - CEP: 57500-000;

256 - ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA LAURA MARIA CHAGAS DE ASSIS, Rua Gilmar Pereira de Queiroz - CEP: 57500-000;

257 - ESCOLA ESTADUAL PROFº MILENO FERREIRA DA SILVA, Rua Gilmar Pereira Queiroz, 600 – Camoxinga – CEP: 57500-000;

258 - ESCOLA ESTADUAL ROTARY, Rua Compositor José Cândido, s/n - Domingos Acácio - CEP: 57500-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO SENADOR RUI PALMEIRA)**

259 - ESCOLA ESTADUAL DE RIACHO GRANDE, Rua Santa Terezinha – CEP: 57515-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO BRANQUINHA)**

260 - ESCOLA ESTADUAL JUVENAL LOPES F DE OMENA, Rua Eurico Miranda da Costa, s/n, Centro – CEP: 57830-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO COLÔNIA LEOPOLDINA)**

261 - ESCOLA ESTADUAL ARISTHEU DE ANDRADE, Rua 16 de Julho, 22 - Centro - CEP: 57975-000 - Colônia Leopoldina;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO IBATEGUARA)**

262 - ESCOLA ESTADUAL MONSENHOR LUIS CARLOS DE OLIVEIRA BARBOSA, Rua Dr. Oscar Gordilho, 369, Centro, CEP: 57890-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO MURICI)**

263 - ESCOLA ESTADUAL PROFa BENEDITA MARIA RUFINO DE CHAGAS COELHO, Conjunto Habitacional Olavo Calheiros, Qd Q, s/n, CEP: 57.820- 000;

264 - ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR LOUREIRO, Rua Floriano Peixoto, S/N – Centro, CEP: 57820-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO SANTANA DO MUNDAÚ)**

265 - ESCOLA ESTADUAL MANOEL DE MATOS, Rua Dr. Muniz Falcão, S/N;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO SÃO JOSÉ DA LAJE)**

266 - ESCOLA ESTADUAL CARLOS LYRA, Rua Poeta João Pinheiro – Centro, CEP: 57860-000;

267 - ESCOLA ESTADUAL PADRE TEOFANES AUGUSTO DE ARAUJO BARROS, Rua Antonio Mateus Correia, S/N, Juriti - CEP: 57860-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO UNIÃO DOS PALMARES)**

268 - ESCOLA ESTADUAL DR CARLOS GOMES DE BARROS, Av. João Lyra Filho – S/N - Roberto Correia de Araújo - CEP: 57800-000;

269 - ESCOLA ESTADUAL DR JORGE DE LIMA, Rua Tavares Bastos, 233 – Centro - CEP: 57800-000;

270 - ESCOLA ESTADUAL DR PAULO DE CASTRO SARMENTO, Rua Senador Rui Palmeira – Cohab - CEP: 57800-000;

271 - ESCOLA ESTADUAL MONSENHOR CLOVIS DUARTE DE BARROS, Rua Jardim Brasília, 80 – Centro - CEP: 57800-000;

272 - ESCOLA ESTADUAL ROCHA CAVALCANTI, Rua Correia de Oliveira, 200, Centro - CEP: 57800-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO BATALHA)**

273 - ESCOLA ESTADUAL ADALBERTO MARROQUIM, Av. Paulo Dantas, 285, Centro, CEP: 57.420-000;

274 - ESCOLA ESTADUAL MARIA DE LOURDES SANTOS DA SILVA, Rua Projetada, 40, Loteamento Algaroba, CEP: 57.420-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO BELO MONTE)**

275 - ESCOLA ESTADUAL SAMPAIO DORIA, Rua Boa Vista, 183, Centro, Belo Monte. CEP: 57.435-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO JACARÉ DOS HOMENS)**

276 - ESCOLA ESTADUAL CONEGO JASSON SOUTO, Rua Fernando Araújo Souto, Centro, CEP: 57.430-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO JARAMATAIA)**

277 - ESCOLA ESTADUAL DE JARAMATAIA, Av. Pref. Olavo Barbosa, 257, Centro, CEP: 57425-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO MONTEIRÓPOLIS)**

278 - ESCOLA ESTADUAL DE MONTEIROPOLIS, Av. Presidente Kubitschek, 47, Centro, CEP: 57.440-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO PALESTINA)**

279 - ESCOLA ESTADUAL MANOEL PEREIRA FILHO, Rua Pedro Félix de Melo, 784, Centro, CEP: 57.410-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO PÃO DE AÇÚCAR)**

280 - ESCOLA ESTADUAL BRAULIO CAVALCANTE, Travessa Alameda da Esperança, S /N, Centro, CEP: 57400-000;

281 - ESCOLA ESTADUAL JOSE SOARES PINTO,Av. Maestro Manoelito Bezerra lima, 885. CEP: 57.400-000;

282 - ESCOLA ESTADUAL ROSALIA SAMPAIO BEZERRA, Av. José de Freitas Machado, 300, Centro, CEP: 57.40-000 Extensão: Rua Boa Vista,27-Vila Alecrim-Pão de Açucar-CEP57.400-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO SÃO JOSÉ DA TAPERA)**

283 - ESCOLA ESTADUAL JOSE SOARES FILHO, Av. Dep. Elísio da Silva Maia, 761, Centro, CEP: 57.445-000;

284 - ESCOLA ESTADUAL LUCILO JOSE RIBEIRO, Av. Dep. Elísio da Silva Maia, 736, CEP: 57.445-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO FELIZ DESERTO)**

285 - ESCOLA ESTADUAL SENADOR ARNON DE MELLO, Praça Domingos Mendes, N 195, Centro, CEP: 57.220-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO IGREJA NOVA)**

286 - ESCOLA ESTADUAL ALFREDO REGO, Praça. Profº: Agnelo Moreira, N 45, Centro, CEP: 57.280- 000;

287 - ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR PEDRO REYS, Av. 16 de Maio, N 331, Centro, CEP: 57.280-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO OLHO D'ÁGUA GRANDE)**

288 - ESCOLA ESTADUAL ANALIA TENORIO, Rua Dr. Euclides Boia, N 01, Centro, CEP: 57.390-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO PENEDO)**

289 - ESCOLA ESTADUAL COMENDADOR JOSE DA SILVA PEIXOTO, Rua Castro Alves, S/N, Sta. Luzia, CEP: 57.200-000;

290 - ESCOLA ESTADUAL DR ALCIDES ANDRADE, Rodovia Engenheiro Joaquim Gonçalves, Dom Constantino;

291 - ESCOLA ESTADUAL GABINO BESOURO, Av. Nilo Peçanha, N 182, Centro, CEP: 57.200-000;



292 - ESCOLA ESTADUAL HERMILIO DE FREITAS MELRO, Praça Clementino do Monte, S/N, Centro, 57.200-000;

293 - ESCOLA ESTADUAL PROF JOAO VALERIANO DE OLIVEIRA, Av. João Ramalho, Sta. Luzia, CEP: 57.200-000;

294 - ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR ERNANI MERO, Praça Largo de Fátima, Sta. Luzia, CEP: 57.200-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO PIAÇABUÇU)**

295 - ESCOLA ESTADUAL CORREIA TITARA, Av. Conselheiro Ulisses Guedes, S/N, Centro, CEP: 57.2010-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO PORTO REAL DO COLÉGIO)**

296 - ESCOLA ESTADUAL D SANTA BULHOES, Praça Rosita de Goes Monteiro, N 866, Centro, CEP: 57.290-000;

297 - ESCOLA ESTADUAL FIRMO DE CASTRO ,Av. Ademário Vieira Dantas, N 522, Centro, CEP: 57.290-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO SÃO BRÁS)**

298 - ESCOLA ESTADUAL SAMPAIO MARQUES, Praça Rui Barbosa, N 02, Centro, CEP: 57.380-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO BARRA DE SANTO ANTÔNIO)**

299 - ESCOLA EST PROFº SEBASTIAO FELISBERTO DE CARVALHO ,Av. Cecilia Cândida da Silva. 246 – Ilha da Crôa, CEP: 57925-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO CAMPESTRE)**

300 - ESCOLA ESTADUAL JOSE RIBEIRO CAMINHA, Rua José Ferreira de Lima, s/n, Centro – CEP: 57968-000.

**ESCOLAS (MUNICÍPIO JACUÍPE)**

301 - ESCOLA ESTADUAL MAJOR LUIZ CAVALCANTE, Rua Miguel Morato, s/n, Centro – CEP: 57960- 000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO JAPARATINGA)**

302 - ESCOLA ESTADUAL D ELISEU MARIA GOMES OLIVEIRA, Rua Maria das Mercês – Centro – CEP: 57950-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO JUNDIÁ)**

303 - ESCOLA ESTADUAL DELMO FERREIRA DA SILVA, Rua N. Sra. da Conceição,132, Centro, CEP: 57965-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO MARAGOGI)**

304 - ESCOLA ESTADUAL BATISTA ACIOLI, Praça Dr. Batista Acioly, 09, Centro – CEP: 57955-000 Extensão: Assentamento Costa Dourada, Maragogi-CEP57.955-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO MATRIZ DE CAMARAGIBE)**

305 - ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA MARIA ANTONIA DE OLIVEIRA SANTOS, Av. Antônio Manoel dos Santos, Centro, CEP: 57910-000;

306 - ESCOLA ESTADUAL SATURNINO DE SOUZA, Av. Gov. Luiz Cavalcante,400 – Centro, CEP: 57910-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO PASSO DE CAMARAGIBE)**

307 - ESCOLA ESTADUAL AMBROSIO LIRA, Rua Fernandes Lima, 127 – Centro – CEP: 57930- 000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO PORTO CALVO)**

308 - ESCOLA ESTADUAL NOSSA SENHORA DA APRESENTACAO, Rua do Varadouro, S/N – Centro – CEP: 57900-000;

309 - ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR GUEDES DE MIRANDA, Rua Dr.Miguel de Ômena, S/N – Centro – CEP: 57900-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO PORTO DE PEDRAS)**

310 - ESCOLA ESTADUAL CIRIDIAO DURVAL, Rua João Pessoa, 207– Centro, CEP: 57945-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO SÃO LUÍS DO QUITUNDE)**

311 - ESCOLA ESTADUAL MESSIAS DE GUSMAO, Avenida Fernando Sarmento Lins, 113, Centro, CEP: 57920-000;

312 - ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA MARIA MARGARIDA SILVA PUGLIESI, Rua Coelho Cavalcante, s/n, CEP: 57920-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO SÃO MIGUEL DOS MILAGRES)**

313 - ESCOLA ESTADUAL FRANCISCO FALCAO, Praça Nossa Sra.Mãe do Povo, CEP: 57940-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO ÁGUA BRANCA)**

314 - ESCOLA ESTADUAL DOMINGOS MOEDA, Rua Cel. Ulisses Luna, 04 – Centro, CEP: 57490-000;

315 - ESCOLA ESTADUAL MONSENHOR SEBASTIAO ALVES BEZERRA, Rua João Paulo II, N 6, Centro, CEP: 57490-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO CANAPI)**

316 - ESCOLA ESTADUAL LUIZ BASTOS, Av. Joaquim Tetê, 571, Centro – CEP: 57530-000 2 EXTENSÕES: Povoado Furquilha-Canapi-AL e Povoado Capiá da Igrejinha, Canapi-CEP 57.530-970;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO DELMIRO GOUVEIA)**

317 - ESCOLA ESTADUAL DELMIRO GOUVEIA, Av. Pres. Castelo Branco, 238, CEP: 57480-000;

318 - ESCOLA ESTADUAL FRANCISCA ROSA DA COSTA, Rua Sargento Reginaldo Bandeira, 342, Palmeirão, CEP: 57480-000;

319 - ESCOLA ESTADUAL LUIZ AUGUSTO DE A MENEZES, Rua Nascimento Bandeira, 215, Centro – CEP: 57480-000;

320 - ESCOLA ESTADUAL WATSON CLEMENTINO DE GUSMAO SILVA, Rua Henrique Dias, Bairro Novo, CEP: 57480-000;

321 - E.E. PEDRO NEPOMUCENO DOS SANTOS, Distrito de Barragem Leste;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO INHAPI)**

322 - ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO NEZINHO PEREIRA, Praça da Matriz, 12 – Centro, CEP: 57545-000;

323 - ESCOLA ESTADUAL RUBENS NUNES DE OLIVEIRA, Av. Estudante Rubens Nunes de Oliveira, 36, Centro, CEP: 57445-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO MATA GRANDE)**

324 - ESCOLA ESTADUAL DEMOCRITO GRACINDO, Rua Eustáquio Malta, s/n, CEP: 57540-000;

325 - ESCOLA ESTADUAL GENTIL DE ALBUQUERQUE MALTA, Rua Sinval de Albuquerque Malta,134, Bonsucesso, CEP: 57540-000;

326 - ESCOLA ESTADUAL SANTA CRUZ DO DESERTO, Rua do Comércio, s/n, Zona Rural, Povoado de Santa Cruz do Deserto;

#### **ESCOLAS (MUNICÍPIO OLHO D'ÁGUA DO CASADO)**

327 - ESCOLA ESTADUAL JOAO FRANCISCO SOARES, Rua João Francisco Soares, 230, Centro, CEP: 57470-000;

#### **ESCOLAS (MUNICÍPIO PARICONHA)**

328 - ESCOLA ESTADUAL DE EDUCACAO BASICA DE PARICONHA, Rua Manoel Francisco de Souza, 47, Centro, CEP: 57475-000;

#### **ESCOLAS (MUNICÍPIO PIRANHAS)**

329 - ESCOLA ESTADUAL DE XINGO I - EEX-I, Av. Rio São Francisco, S/N, Xingó - CEP: 57460-000;

330 - ESCOLA ESTADUAL DE XINGO II- EEX-II, Av. Delmiro Gouveia – Nossa Senhora da Saúde – CEP: 57460-000;

331 - ESCOLA ESTADUAL PROF JOSE SENA DIAS, Rua Dom Pedro II, 68 – Povoado Piau, Centro, CEP: 57460-000;

#### **ESCOLAS (MUNICÍPIO COQUEIRO SECO)**

332 - ESCOLA ESTADUAL CONEGO AMANDO GUSMAO, R. Vereador José Renildo dos Santos,156, Centro - CEP: 57140-000;

#### **ESCOLAS (MUNICÍPIO JOAQUIM GOMES)**

333 - ESCOLA ESTADUAL MARIO GOMES DE BARROS, Rua Professora Cicera Santos Marinho, N 10, Centro, CEP: 57.980-000;

#### **ESCOLAS (MUNICÍPIO MESIAS)**

334 - ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA JUDITH NASCIMENTO DA SILVA, Av. Jovino Joventino da Silva, SN, - Conj. Antônio Rodrigues Calheiros Extensão: Flexeiras-al, CEP 57.995-000;

#### **ESCOLAS (MUNICÍPIO NOVO LINO)**

335 - ESCOLA ESTADUAL DR ANTONIO G DE BARROS, Av. Antônio Carlos da Silva, S /N – Centro, CEP: 57970-000;

#### **ESCOLAS (MUNICÍPIO PILAR)**

336 - ESCOLA ESTADUAL OLIVEIRA E SILVA, Praça Ana Genilda Costa Barros, S/N, Centro, CEP: 57.150-000;

337 - ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR ARTHUR RAMOS, Rua Antônio Serafim Costa, 37;

338 - ESCOLA ESTADUAL VALDECY GOMES DE VASCONCELOS, Rua Antônio Serafim Costa, S/N, Chã do Pilar, CEP: 57150-000;

#### **ESCOLAS (MUNICÍPIO RIO LARGO)**

339 - ESCOLA ESTADUAL FERNANDINA MALTA, Av. Alberto Santos Dumont, S/N, Centro, CEP:57100-970;

340 - ESCOLA ESTADUAL FRANCISCO LEAO, Conj. Barnabé Oiticica, S/N, Mata do Rolo, CEP: 57100-000;

341 - ESCOLA ESTADUAL JOAO MORAIS CAVALCANTE, Cj. Habitacional José Fernandes Torres, S/N. Mutirão - Centro;

342 - ESCOLA ESTADUAL OZÓRIA DE MOURA LIMA, R. Antônio Elias Calheiros –SN, Lourenço de Albuquerque;

343 - ESCOLA ESTADUAL PROFª CLAUDIZETE LIMA ELEUTERIO, Conjunto Guriata - Mario Mafra B Novo, S/N, Tabuleiro do Pinto;

344 - ESCOLA ESTADUAL PROFª DORALICE DA SILVA MOURA, Lot. Santa Maria, S/N, Mata do Rolo, CEP: 57100-000;

345 - ESCOLA ESTADUAL ROSALVO RIBEIRO, CONJUNTO RESIDENCIAL JARBAS OITICICA, QUADRA G-1, S/N, MATA DO ROLO;

346 - ESCOLA ESTADUAL SANTOS DUMONT, Vila Militar – Destacamento da FAB, S/N, Tabuleiro do Pinto;

347 - ESCOLA ESTADUAL TABULEIRO DO PINTO, Rua José Monteiro de Melo, S/N, Tabuleiro do Pinto, CEP: 57100-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO SANTA LUZIA DO NORTE)**

348 - ESCOLA ESTADUAL DR SIDRONIO AUGUSTO DE SANTA MARIA, Pça. Dr. José Lobo Ferreira, S/N, Centro, CEP:57130-000;

**ESCOLAS (MUNICÍPIO SATUBA)**

349 - ESCOLA ESTADUAL PROFº MANOEL GENTIL DO VALE BENTES, Rua 17 de Agosto, 26 – Centro – CEP:57120-000.

## 12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CICERO BARROS DANTAS NETTO**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 16:09:49.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO II.pdf (93.0 KB)
- Anexo II - ANEXO III .pdf (146.64 KB)

## ANEXO II – PROVA DE CONCEITO (POC)

### 1. OBJETIVO

1.1. A Prova de Conceito (PoC – Proof of Concept) consiste na demonstração técnica do software, que permitirá a averiguação prática das funcionalidades e características do produto e sua real compatibilidade com aqueles especificados no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico XXXXXX.

### 2. COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

2.1. A Comissão de Avaliação será constituída pelos servidores da Agência de Modernização da Gestão de Processos – AMGESP, a serem designados por meio de Portaria publicada no Diário Oficial do Estado, para esse fim.

2.2. Compete à Comissão de Avaliação:

I – Acompanhar e avaliar a realização da Prova de Conceito, verificando o atendimento aos requisitos estabelecidos no Edital e no Termo de Referência;

II – Registrar, de forma fundamentada, os resultados da avaliação;

III – Emitir o Relatório Técnico da Prova de Conceito, contendo a análise detalhada e a conclusão quanto à aprovação ou reprovação da solução, para fins de continuidade do procedimento licitatório.

### 3. INFRAESTRUTURA DA PROVA DE CONCEITO

3.1. As Provas de Conceito serão realizadas de forma presencial no auditório da sede da Agência de Modernização da Gestão de Processos – AMGESP, localizada na Av. Walter Ananias, nº 35-A, bairro Jaraguá, Maceió/AL, CEP 57025-510, o qual dispõe de infraestrutura básica para a realização da demonstração, incluindo computador, projetor e acesso à internet, com capacidade máxima de 70 (setenta) pessoas.

3.2. Caberá à licitante providenciar, às suas expensas, todos os demais recursos necessários à adequada apresentação da solução, não podendo ser alegada, posteriormente, eventual incompatibilidade ou insuficiência de recursos como justificativa para o não atendimento dos requisitos da Prova de Conceito.

3.3. Os interessados em acompanhar a realização da Prova de Conceito deverão manifestar previamente seu interesse mediante envio de e-mail para o endereço eletrônico [XXXXXX], para fins de controle de acesso e organização.

3.4. Caso seja atingida a capacidade máxima do auditório, será assegurada prioridade de participação àqueles que tenham realizado o prévio cadastramento por meio do envio de e-mail, conforme item anterior.

### 4. DOS CUSTOS DA PROVA DE CONCEITO

4.1. Todos os custos diretos e indiretos decorrentes da realização da Prova de Conceito serão de exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo, mas não se limitando, a deslocamento, hospedagem, alimentação, disponibilização de equipamentos, softwares, licenças, conectividade e demais recursos necessários à demonstração da solução.

4.2. Em nenhuma hipótese haverá ressarcimento ou indenização por parte da Administração, ainda que o licitante venha a ser desclassificado ou não aprovado na Prova de Conceito.

### 5. CONSIDERAÇÕES GERAIS

- 5.1. As amostras deverão ser apresentadas dentro do prazo de 05 (cinco) dias contados da solicitação formal da Administração, no local e horário indicados na cláusula 3.3. deste anexo, para fins de análise e verificação da conformidade do objeto ofertado com as especificações técnicas exigida
- 5.2. A prova de conceito (POC) será realizada em horário comercial, das 8h às 17h, dentro de um período mínimo de 2 (dois) dias úteis após a entrega das amostras, estando condicionada a comunicação da data no chat da sessão.
- 5.3. A execução da Prova de Conceito poderá ser prorrogada, a critério da AMGESP, se necessária para a demonstração do serviço.
- 5.4. Será desclassificada a proposta do licitante que tiver sua Prova de Conceito reprovada ou que, durante sua realização, não respeitar qualquer prazo estabelecido no Termo de Referência.
- 5.5. A realização da Prova de Conceito com informações inverídicas configura comportamento inidôneo, sendo o Licitante sancionado segundo regramento deste Edital, no que couber.
- 5.6. Toda a sessão de avaliação deverá ser registrada por meio de Ata de Reunião, a qual comporá o Relatório Técnico da Prova de Conceito.
- 5.7. A equipe técnica somente apresentará o seu relatório ao final dos testes, via comunicação formal. Não serão entregues relatórios ao final da sessão de testes.
- 5.8. Em caso de erros na aplicação, não será admitida a possibilidade de novos testes daquela funcionalidade, sendo então a mesma considerada reprovada.
- 5.9. Deverá ser elaborada uma lista de presença dos participantes da sessão de testes, onde deverão ser informados, Nome, RG, e-mail, telefone e organização/órgão/empresa. Esta lista fará parte do Relatório Técnico da Prova de Conceito.
- 5.10. No caso de eliminação da licitante, será chamada a segunda colocada e, assim sucessivamente, até que seja encontrada licitante aprovada ou não haja mais licitantes a serem avaliadas.

## **6. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA DE CONCEITO**

- 6.1. A avaliação da Prova de Conceito (PoC) será realizada com base na demonstração prática das funcionalidades do sistema, conforme os cenários e requisitos descritos neste item, visando verificar a aderência da solução às necessidades da Administração.
- 6.2. Todos os critérios listados na Cláusula 7 deste Anexo são considerados requisitos mínimos e obrigatórios para a aceitabilidade da solução tecnológica proposta.
- 6.3. A avaliação será pautada pelo método binário de ATENDE ou NÃO ATENDE, de modo que a licitante deverá demonstrar o cumprimento integral de cada subitem (7.1 a 7.12).
- 6.4. O não atendimento a qualquer um dos critérios técnicos obrigatórios, ou a impossibilidade de sua demonstração prática durante a sessão, ensejará a desclassificação da proposta, nos termos do art. 59, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, por apresentar desconformidade com as especificações técnicas e os requisitos de desempenho definidos no Edital.
- 6.5. A desclassificação em sede de Prova de Conceito é ato vinculado e fundamentado, devendo a Comissão registrar os motivos em Relatório Técnico.

## **7. DOS CENÁRIOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO TÉCNICA**

- 7.1. Fluxo Operacional de Ponta a Ponta (End-to-End): Demonstração da jornada completa do serviço, desde a abertura do chamado via módulo de usuário solicitante,

classificação automática, geração de Ordem de Serviço (OS) vinculada ao ativo, até a execução mobile e encerramento com evidências digitais (fotos e assinaturas) sem uso de ferramentas externas.

7.2. Gestão de Conformidade e Automação de PMOC: Capacidade de criação e execução do Plano de Manutenção (conforme Portaria nº 3.523/1998 e RE nº 9/2003 ANVISA) com geração automática de cronogramas preventivos, checklists técnicos configuráveis e campos obrigatórios para medições de temperatura, pressão e corrente.

7.3. Mobilidade e registro do local (Geolocalização): Uso obrigatório de aplicativo móvel que suporte leitura de QR Code para identificação do ativo e registro da geolocalização das execuções e presença do técnico no local.

7.4. Controle Patrimonial e Inventário de Ativos: Módulo nativo para cadastro detalhado de bens (marca, modelo, capacidade, criticidade) com mapa de localização, controle de vida útil e rastreabilidade total de movimentações.

7.5. Gestão Financeira e Apropriação de Custos: Demonstração de custos por OS (materiais, peças e mão de obra) com histórico de despesas por equipamento e vinculação direta aos centros de custo ou unidades prediais.

7.6. Rastreabilidade e Auditoria do Sistema: Disponibilização de log completo e inviolável de todas as ações realizadas na plataforma (quem, quando e o quê), garantindo a integridade dos dados para fins de fiscalização e auditoria.

7.7. Dashboards Gerenciais e Business Intelligence (BI): Painéis em tempo real com indicadores de desempenho (MTBF, MTTR, taxa de preventiva vs. corretiva) e índices de reincidência de falhas para suporte à tomada de decisão.

7.8. Relatórios Técnicos e Exportação Automatizada: Capacidade de gerar e exportar automaticamente em PDF e planilha de relatório de ordem de serviço, não conformidades, registro de atividades, ordens programadas e histórico de corretivas.

7.9. Avaliação da Qualidade e Satisfação do Usuário: Ferramenta integrada para registro de nota de satisfação pelo usuário final e aceite digital pelo fiscal do contrato após a execução de cada serviço.

7.10. Performance, Escalabilidade e Integração: Comprovação de estabilidade para operação com volumetria mínima de 25.000 ativos e prontidão tecnológica para integração (API) com sistemas de ERP ou gestão patrimonial.

7.11. Segurança da Informação e LGPD: Demonstração de controle de acesso rigoroso por perfil, rotinas de backup automático e proteção de dados em total conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados.

7.12. Controle de Qualidade do Ar e Boas Práticas: Registro detalhado de limpeza de filtros, monitoramento de parâmetros ambientais e histórico fotográfico de "antes e depois" em procedimentos de instalação ou manutenção.

## **8. DISPOSIÇÕES FINAIS SOBRE A PROVA CONCEITO (TESTE DE AMOSTRA)**

8.1. Concluídos os testes e as demonstrações, a Comissão de Avaliação lavrará Ata de Reunião, que deverá ser assinada por todos os membros presentes e pelo representante da licitante avaliada.

8.2. No prazo de até 10 dias úteis, a Comissão emitirá o **Relatório Técnico Definitivo**, fundamentando a aprovação ou a desclassificação da licitante, o qual será anexado ao processo administrativo e publicado para ciência de todos os interessados.

8.3. Os casos omissos relativos à execução da Prova de Conceito serão resolvidos pela Comissão de Avaliação da AMGESP, observados os princípios da legalidade,



impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

**MINUTA DE FICHA DE AVALIAÇÃO TÉCNICA DA PROVA DE  
CONCEITO (POC)**

<b>Item</b>	<b>Critério de Avaliação</b>	<b>Requisitos Mínimos para Demonstração</b>	<b>Avaliação</b>
<b>7.1</b>	<b>Fluxo Operacional End-to-End</b>	Demonstração da jornada completa: abertura do chamado via modulo de usuário solicitante, classificação automática, geração de OS vinculada ao ativo, execução mobile e encerramento com fotos e assinaturas sem ferramentas externas.	( ) A ( ) NA
<b>7.2</b>	<b>Gestão de PMOC e Conformidade</b>	Criação de plano (Portaria 3.523/98 e RE 9/2003), cronogramas automáticos, checklists configuráveis e campos para medições de temperatura, pressão e corrente.	( ) A ( ) NA
<b>7.3</b>	<b>Mobilidade e Geolocalização</b>	Uso de app móvel com leitura de QR Code para identificação do ativo e registro do local.	( ) A ( ) NA
<b>7.4</b>	<b>Controle Patrimonial e Ativos</b>	Cadastro detalhado (marca, modelo, capacidade, criticidade), mapa de localização, controle de vida útil e rastreabilidade total de movimentações.	( ) A ( ) NA

<b>7.5</b>	<b>Gestão Financeira e Custos</b>	Demonstração de custos por OS (materiais, peças e mão de obra), custo histórico por equipamento e vinculação a centros de custo/unidades.	( ) A ( ) NA
<b>7.6</b>	<b>Rastreabilidade e Auditoria</b>	Disponibilização de log completo e inviolável de todas as ações (quem, quando e o quê), garantindo a integridade dos dados para fiscalização.	( ) A ( ) NA
<b>7.7</b>	<b>Dashboards e BI em Tempo Real</b>	Painéis com indicadores MTBF, MTTR, taxa de preventiva vs. corretiva e índices de reincidência de falhas.	( ) A ( ) NA
<b>7.8</b>	<b>Relatórios e Exportação Automática</b>	Geração e exportação (PDF/Planilha) de Relatórios de ordem de serviço, não conformidades, registro de atividades, ordens programadas e histórico de corretivas.	( ) A ( ) NA
<b>7.9</b>	<b>Qualidade e Satisfação do Usuário</b>	Ferramenta integrada para coleta de nota de satisfação do usuário final e aceite digital pelo fiscal após a execução do serviço.	( ) A ( ) NA
<b>7.10</b>	<b>Performance e Integração</b>	Comprovação de estabilidade com volumetria mínima de 25.000 ativos e prontidão tecnológica para integração via	( ) A ( ) NA



\_\_\_\_\_  
Assinaturas:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## ANEXO III – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS(IMR)

### 1. OBJETIVO

O presente Instrumento de Medição de Resultados – IMR tem por finalidade estabelecer critérios objetivos para avaliação da qualidade, eficiência, disponibilidade, regularidade e desempenho dos serviços prestados pela CONTRATADA, possibilitando o acompanhamento da execução contratual e a aferição dos níveis mínimos de serviço exigidos pela Administração Pública.

A avaliação será realizada mensalmente pela fiscalização contratual, observando os indicadores definidos neste Anexo, podendo resultar em aplicação de glosas, determinações de correção, emissão de notificações e demais providências previstas contratualmente.

### 2. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação mensal será realizada com base nos indicadores abaixo:

ITEM	INDICADOR	PESO	Nota
01	Cumprimento dos SLA's	30%	
02	Execução das Manutenções Preventivas	20%	
03	Elaboração e Atualização dos PMOC's	10%	
04	Disponibilidade do Sistema de Gestão	10%	
05	Satisfação dos Usuários	10%	
06	Reincidência de Falhas	10%	
07	Manutenção da Equipe Técnica Mínima	5%	
08	Disponibilidade da Frota Operacional Mínima	5%	
<b>Total</b>			

### 3. INDICADORES DE DESEMPENHO

#### 3.1. Cumprimento dos SLA's

Será avaliado o percentual de chamados atendidos dentro dos prazos estabelecidos contratualmente.

##### Fórmula

SLA (%) =

$(\text{Número de chamados atendidos no prazo} \div \text{Número total de chamados}) \times 100$

Critério de Pontuação	
Resultado	Pontuação
$\geq 98\%$	100
95% a 97,99%	90
90% a 94,99%	80
85% a 89,99%	60
Abaixo de 85%	0

#### 3.2. Execução das Manutenções Preventivas

Avalia o cumprimento do cronograma de manutenção preventiva.

##### Fórmula

Preventivas Executadas (%)

$(\text{Preventivas realizadas} \div \text{Preventivas programadas}) \times 100$

Critério de Pontuação	
<b>Resultado</b>	<b>Pontuação</b>
100%	100
95% a 99,99%	90
90% a 94,99%	80
85% a 89,99%	60
Abaixo de 85%	0

### 3.3. PMOC

Avalia o cumprimento dos prazos de elaboração, atualização e entrega dos PMOC's.

Critério de Pontuação	
<b>Situação</b>	<b>Pontuação</b>
Todos entregues no prazo	100
Atraso até 5 dias úteis	80
Atraso até 10 dias úteis	50
Superior a 10 dias úteis	0

### 3.4. Disponibilidade do Sistema

Avalia a disponibilidade operacional do software de gestão.

#### Fórmula

Disponibilidade (%)

$[(\text{Horas Totais} - \text{Horas de Indisponibilidade}) \div \text{Horas Totais}] \times 100$

Critério de Pontuação	
<b>Resultado</b>	<b>Pontuação</b>
$\geq 99\%$	100
97% a 98,99%	90
95% a 96,99%	80
90% a 94,99%	50
Abaixo de 90%	0

### 3.5. Satisfação dos Usuários

Será aferida através do aceite eletrônico dos usuários no sistema.

Critério de Pontuação	
<b>Média Obtida</b>	<b>Pontuação</b>
$\geq 9,0$	100
8,0 a 8,99	90
7,0 a 7,99	80
6,0 a 6,99	60
Abaixo de 6,0	0

### 3.6. Reincidência de Falhas

Avalia a ocorrência de defeitos repetidos em equipamentos já atendidos.

#### Fórmula

Índice de Reincidência (%)

$(\text{Número de falhas reincidentes} \div \text{Número total de corretivas}) \times 100$

Critério de Pontuação	
Resultado	Pontuação
Até 2%	100
2,01% a 5%	90
5,01% a 8%	70
8,01% a 10%	50
Acima de 10%	0

### 3.7. Equipe Técnica Mínima

Avalia a manutenção da estrutura mínima exigida contratualmente.

Estrutura mínima

- 01 Técnicos em Refrigeração e Climatização registrados no CFT;
- 10 profissionais qualificados para execução dos serviços;
- Engenheiro Mecânico;
- Engenheiro Eletricista;
- Engenheiro de Segurança do Trabalho.

Critério	
Situação	Pontuação
Estrutura integral mantida	100
Ausência temporária regularizada até 10 dias	80
Ausência superior a 10 dias	0

### 3.8. Frota Operacional Mínima

Avalia a manutenção da disponibilidade da frota operacional.

Estrutura mínima

- 10 veículos próprios, locados ou disponibilizados formalmente.

Critério	
Situação	Pontuação
Frota integral disponível	100
Redução de até 20% da frota por até 10 dias	80
Redução superior a 20% ou superior a 10 dias	0

## 4. APURAÇÃO FINAL

A nota final será calculada mediante média ponderada dos indicadores.

**Fórmula**

Nota Final =

(Indicador × Peso)

Somatório dos resultados ponderados.

## 5. FAIXAS DE DESEMPENHO

Nota Final	Conceito
95 a 100	Excelente
90 a 94,99	Muito Bom
80 a 89,99	Bom

70 a 79,99	Regular
Abaixo de 70	Insatisfatório

## 6. GLOSAS CONTRATUAIS

Nota Final	Glosa
$\geq 90$	Sem glosa
80 a 89,99	1%
70 a 79,99	3%
60 a 69,99	5%
Abaixo de 60	10%

A aplicação das glosas não afasta a possibilidade de advertência, multa, instauração de processo administrativo ou demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

## 7. PLANO DE AÇÃO CORRETIVA

Quando a nota mensal for inferior a 80 pontos, a CONTRATADA deverá apresentar Plano de Ação Corretiva no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contendo:

- identificação das causas das não conformidades;
- medidas corretivas propostas;
- responsáveis pela implementação;
- cronograma de execução;
- metas de regularização.



## AGENCIA DE MODERNIZACAO DA GEST. DE PROCESSOS

**Estudo Técnico Preliminar 304/2024****1. Informações Básicas**

Número do processo: E:04105.0000001567/2024

**2. Descrição da necessidade**

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade identificar, analisar e definir a solução mais adequada para atendimento das necessidades da Administração Pública Estadual relacionadas aos serviços de climatização ambiental, contemplando locação de equipamentos, manutenção preventiva e corretiva, instalação, desinstalação, substituição de peças, adequações elétricas e execução do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, em conformidade com a legislação vigente e com os princípios da eficiência administrativa, continuidade do serviço público, economicidade e proteção à saúde coletiva.

A necessidade da contratação decorre da imprescindibilidade de manutenção das condições adequadas de conforto térmico, qualidade do ar interior, preservação patrimonial e funcionamento contínuo das atividades administrativas desenvolvidas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Nos termos da Lei Federal nº 13.589/2018, da Portaria MS nº 3.523/1998, da Resolução RE/ANVISA nº 09 /2003, da ABNT NBR 16401, da ABNT NBR 7256 e demais normativos aplicáveis, os ambientes climatizados de uso coletivo devem possuir controle, monitoramento e manutenção periódica dos sistemas de climatização, mediante execução do PMOC, visando à preservação da qualidade do ar interior e à mitigação de riscos à saúde pública.

A adequada operação e manutenção dos sistemas de climatização constitui medida diretamente relacionada à saúde ocupacional, prevenção de doenças respiratórias, controle microbiológico ambiental e bem-estar dos usuários dos ambientes públicos climatizados, especialmente em locais de permanência prolongada, atendimento ao público, unidades hospitalares, ambientes administrativos, educacionais e operacionais.

Ambientes fechados sem manutenção adequada dos sistemas de climatização tornam-se propícios à proliferação de fungos, bactérias, ácaros, agentes alergênicos e contaminantes biológicos, podendo ocasionar prejuízos à saúde dos usuários, comprometimento da qualidade do ambiente interno e redução da eficiência operacional dos órgãos públicos.

Além dos aspectos relacionados à saúde pública, a contratação mostra-se necessária para:

- garantir a continuidade das atividades administrativas;
- preservar a vida útil dos equipamentos;
- reduzir falhas operacionais;
- minimizar paralisações dos sistemas de climatização;
- promover eficiência energética;
- reduzir custos decorrentes de manutenções emergenciais;
- assegurar maior controle operacional dos ativos públicos.

A presente contratação possui elevada complexidade operacional, considerando:

- a abrangência territorial em todo o Estado de Alagoas;
- a distribuição dos equipamentos em diversos municípios;

- a existência de aproximadamente 24.000 equipamentos;
- a diversidade tecnológica dos sistemas instalados, incluindo equipamentos do tipo janela, split, inverter, piso-teto, cassete, splitão, centrais e sistemas VRF/VRV;
- a necessidade de atendimento simultâneo de demandas preventivas e corretivas;
- a necessidade de cumprimento de níveis mínimos de serviço (SLA);
- e a criticidade operacional dos ambientes atendidos.

A estimativa anual de intervenções operacionais ultrapassa dezenas de milhares de atendimentos técnicos, considerando manutenções preventivas periódicas, manutenções corretivas, instalações, desinstalações, substituições de peças e adequações técnicas necessárias ao pleno funcionamento dos sistemas de climatização.

Diante da magnitude da contratação, verifica-se a necessidade de estrutura operacional robusta, composta por equipes técnicas especializadas, responsáveis técnicos habilitados, veículos operacionais, ferramental adequado, sistema informatizado de gestão de ordens de serviço e profissionais capacitados para atendimento contínuo das demandas em âmbito estadual.

A necessidade operacional da contratação exige:

- suporte logístico permanente;
- capacidade de atendimento simultâneo;
- deslocamento contínuo entre municípios;
- monitoramento dos atendimentos;
- rastreabilidade das ordens de serviço;
- gestão de ativos;
- controle individualizado dos equipamentos;
- e atendimento tempestivo aos chamados classificados conforme criticidade operacional.

No âmbito técnico, a contratação demanda atuação multidisciplinar envolvendo:

- engenharia mecânica;
- engenharia elétrica;
- engenharia de segurança do trabalho;
- técnicos especializados em refrigeração e climatização;
- profissionais capacitados em segurança do trabalho e execução de atividades em instalações elétricas e trabalho em altura.

Considerando as particularidades ambientais de diversas regiões do Estado, especialmente unidades localizadas em regiões litorâneas sujeitas à maresia, verificou-se ainda a necessidade de adoção de soluções distintas para atendimento das demandas da Administração Pública Estadual, especialmente:

- I. Locação de equipamentos de climatização para unidades com elevado índice de corrosão e desgaste prematuro;
- II. Manutenção preventiva e corretiva contínua dos equipamentos existentes;
- III. Instalação, desinstalação e adequações técnicas;
- IV. Substituição de peças por componentes novos e compatíveis;
- V. Aquisição de equipamentos para demandas específicas da administração.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
AGÊNCIA DE DEFESA E INSPEÇÃO AGROPECUÁRIA DE ALAGOAS	Juliana Géssica de Paula Santos, Matrícula: 62-0, Assessora Técnica (Gestora do Almoxarifado)
ALAGOAS PREVIDÊNCIA	Roberta Henriques de Athayde, Gerente de Administração e Patrimônio, Matrícula 0124-4
AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS	Joseane Correia Nascimento - Gerente Administrativa - mat. 155-4

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE ALAGOAS – CBMAL	Antonieli Arruda Barbosa - 2º Ten. BM, Matrícula 80679-0, Gestor de Manutenção de Ar Condicionados/CBMAL - Lotação: Diretoria de Apoio Logístico/SOMP - CBMAL
COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	JOSINALDO DIAS DA SILVA - CAP BM - DEFESA CIVIL - 9430-7, JURANDISANTOS DE ALBUQUERQUE- 3º SGT BM- DEFESA CIVIL - 282478
Controladoria Geral do Estado – CGE/AL	Matheus Cavalcante Laurentino – Assessor de Controle Interno – Gerência Executiva Administrativa – 203-8 – CGE/AL, Anderson Cândido da Silva – Assessor Técnico Administrativo – Gerência Executiva Administrativa – 198-8 – CGE/AL
Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável - EMATER	Rosângela Maria Lessa Lucena - Supervisora de Serviços Gerais - Gerência Executiva Administrativa - Matrícula funcional nº 230-5, Rachel Maria Nicholls Reys - Administradora - Gerente Executiva Administrativa - Gerência Executiva Administrativa - matrícula funcional nº 205-4
GABINETE CIVIL	DANIELLA TEIXEIRA CAVALCANTE GAZZANEO, SUPERINTENDENTE ADMINISTRATIVA DO GABINETE CIVIL, MATRÍCULA 225-9
Instituto de Tecnologia em Informática e Informação do Estado de Alagoas – ITEC/AL	Fabrizio Dias Bittencourt - Licenciatura plena em Matemática - Gerente Executivo Administrativo – Matrícula 9865922-7.
Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas – ITERAL.	Kiel Marcelo Quintela Bulhões, Gerente Executivo Administrativo, Matrícula: 025-6, ITERAL.
INSTITUTO ZUMBI DOS PALMARES	DIOGO PIMENTEL FREIRE, Assessor Execuvo de Gestão Interna, Assegi, matrícula 69-8
Polícia Civil de Alagoas	Djalma Paulino de Melo – Chefe do Setor de Patrimônio da Polícia Civil de Alagoas - Agente de Polícia Civil - Matrícula 99-0., Rodrigo Luis Malta Rocha – Agente de Polícia Civil de Alagoas – Lotado na Seção de Custódia e Alienação de Bens Móveis – SCAB - Matrícula 412-0.
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO	Pedro Luna Rebello - Assessor Jurídico - lotado na Diretoria Administrativa - matrícula funcional. nº 132-5, Ronald dos Santos Lima Cipriano Brasil - Assessor de Procuradoria - lotado na Diretoria Administrativa -matrícula funcional. nº 165-1
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS - PMAL	ALANO MAGALHÃES DE OLIVEIRA - 2º SGT QP PM - AUXILIAR ADMINISTRATIVO DLOG4 - Mat.: 120.137-9 PÉRICLES ANTÔNIO CABRAL DA SILVA - TEN CEL QOE PM - CHEFE DLOG4 - Mat.: 114774 PAULO AMORIM FEITOSA FILHO - CEL QOEM PM - COMANDANTE GERAL DA PMAL - ORDENADOR DE DESPESAS
INSTITUTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON/AL	Gabriela Leal Messias Oliveira - Supervisor Executivo Administrativo
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	Alberto Gouveia de Lima Junior Gerente Administrativo matrícula – 511-8
SECRETARIA DE ESTADO DA PRIMEIRA INFÂNCIA - SECRIA	Alan Pereira Araújo - Gerente de Suprimentos - SECRIA - Matrícula nº 155-4, Calliany Carla dos Santos Lima - Assistente Técnica - SECRIA - Matrícula nº 581-9
Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação - Secti	João Paulo Sabino da Rocha - Gestor de Contratos - Supervisor de Desenvolvimento Científico - Matrícula 160-0, Sabrina de Sá Dâmaso - Superintendente Administrativa - matrícula 337-9
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços - SEDICS	Keith da Silva Mendes – Gerente Executiva Administrativa – Secretaria Executiva de Gestão Interna Mat. 115-5 – SEDICS, Gessica Gabriele Marques dos Santos – Assessora Técnica de Almoxarifado - Secretaria Executiva de Gestão Interna – Mat. 77-9 – SEDICS
SECRETARIA DO ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ	Ana Paula Sarmento Marns Mendes – Auditora de Finanças - Matrícula: 600346-0, Yuri Pereira da Silva – Assessor Técnico – Matrícula: 769-2
SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	Igor Bruno Gomes Luz, Gerente de Licitações e Convênios, Matrícula 105-8.
Secretaria de Estado de Planejamento, Gestão e Patrimônio - SEPLAG	Stephany Ticciany de Lima Mendes - Supervisora de Suprimentos - mat. 2362-0. Abdon Tércio Malta Marques - Gerente de Patrimônio - mat. 3036-8.
Secretaria de Prevenção a Violência – SEPREV	Geraldo Fragoso de Araujo Junior - Supervisor de Patrimônio - Matrícula n.º 114-7
Secretaria de Estado de Relações Federativas e Internacionais de Alagoas - SERFI/AL	Luiz Henriue Teixeira de Souza - Gerente de Suprimentos - 461-8
	Gileno Costa Sampaio Neto Gerente de Serviços Gerais - GESERV

Secretária de Estado da Saúde do Estado de Alagoas - SESAU/AL

/SESAU Mat. 3271-9

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E  
DESENVOLVIMENTO URBANO - SETRAND/AL

Zélia Maria Batista de Sousa - Supervisora de Gestão Interna - Gerência  
Executiva Administrativa - 108-2 - Secretaria de Estado de Transporte e  
Desenvolvimento Urbano.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS – SSP/AL

Alvaro Brandão Ricart - Chefe Executivo Administrativo - SSP/AL - Mat.  
Nº 9865322-9, Alessandra Pimentel Soares - Chefe de Suprimentos - SSP  
/AL Mat. Nº 1885-6

Vice - Governadoria

Rodolpho De Oliveira Ferro - Matrícula 160-0- Assessor Técnico I

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

JACQUELINE ANGELICA TENOIRO COSTA TRAJANO -  
SUPERINTENDENTE ADMINISTRATIVA - MAT. 9863982-0 - SUPAD

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDUC

Wablio Willian Leandro Silva - Matrícula 51666-0

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

### 4.1 Normativos aplicáveis ao objeto

O objeto da contratação, ou a atividade de sua comercialização, encontra-se disciplinado pelos seguintes normativos, inclusive técnicos ou sobre critérios ou práticas de sustentabilidade, cujas exigências ou requisitos devem ser incorporados ao Termo de Referência como:

- LEI Nº 13.589, DE 4 DE JANEIRO DE 2018, que dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes;
- Portaria MS nº 3.523, de 28.08.1998 (controle da qualidade do ar ambientes climatizados de uso coletivo);
- Resolução Anvisa nº 09, de 16.01.2003 (Padrões de Qualidade do Ar Interior, em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo);
- Resolução Ministério da Saúde nº 179
- ABNT NBR 16401, de 04.08.2008 (instalações de ar-condicionado centrais e unitários);
- ABNT NBR 7256:2005, de 30.03.2005 (tratamento do ar em estabelecimentos de saúde);
- Resolução CONFEA Nº 218, DE 29 JUN 1973 que discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, estabelece q atividade de operação, manutenção de equipamento de sistemas de refrigeração e de ar condicionado, são competências de engenheiro mecânico.

### 4.2. Atendimento anterior da necessidade

4.2.1. Histórico de processos licitatórios do lote 01 locação:

- E:04105.0000000712/2021

4.2.2. Histórico de processos licitatórios do lote 02 manutenção:

- 01101.0000000544/2023;
- 04799.0000000743/2022;
- 01700.0000000081/2023;
- 05101.00000009205/2023;
- 02100.0000002741/2022;
- 04799.0000000299/2019;
- 01500.0000012028/2022;
- 02100.0000002741/2022;
- 30004.0000000111/2022;

### 4.3. Código CATMAT (descrição e unidade de medida) específico

LOTE 01		
CATMAT	Descrição	Unidade de Medida
20818	<p>Locação aparelho ar-condicionado</p> <p><b>Descritivo complementar:</b></p> <p>Cortina Ar</p> <p>Comprimento: 120 CM</p> <p>Potência mínima: 200 W</p> <p>Características Adicionais: Com Controle Remoto</p>	Unidade
20818	<p>Locação aparelho ar-condicionado</p> <p><b>Descritivo complementar:</b></p> <p>Cortina Ar</p> <p>Comprimento: 200 CM</p> <p>Potência mínima: 320 W</p> <p>Características Adicionais: Com Controle Remoto</p>	Unidade
20818	<p>Locação aparelho ar-condicionado</p> <p><b>Descritivo complementar:</b></p> <p>Tipo: janela</p> <p>Capacidade Refrigeração: 9.000 BTU</p> <p>Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio</p>	Unidade
20818	<p>Locação aparelho ar-condicionado</p> <p><b>Descritivo complementar:</b></p> <p>Tipo: janela</p> <p>Capacidade Refrigeração: 12.000 BTU</p> <p>Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio</p>	Unidade
20818	<p>Locação aparelho ar-condicionado</p> <p><b>Descritivo complementar:</b></p> <p>Tipo: janela</p>	Unidade

	<p>Capacidade Refrigeração: 18.000 BTU</p> <p>Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio</p>	
20818	<p>Locação aparelho ar-condicionado</p> <p><b>Descritivo complementar:</b></p> <p>Tipo: Split inverter</p> <p>Capacidade Refrigeração: 7.000 BTU</p> <p>Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio</p>	Unidade
20818	<p>Locação aparelho ar-condicionado</p> <p><b>Descritivo complementar:</b></p> <p>Tipo: Split inverter</p> <p>Capacidade Refrigeração: 9.000 BTU</p> <p>Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio</p>	Unidade
20818	<p>Locação aparelho ar-condicionado</p> <p><b>Descritivo complementar:</b></p> <p>Tipo: Split inverter</p> <p>Capacidade Refrigeração: 12.000 BTU</p> <p>Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio</p>	Unidade
20818	<p>Locação aparelho ar-condicionado</p> <p><b>Descritivo complementar:</b></p> <p>Tipo: Split inverter</p> <p>Capacidade Refrigeração: 18.000 BTU</p> <p>Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio</p>	Unidade
20818	<p>Locação aparelho ar-condicionado</p> <p><b>Descritivo complementar:</b></p> <p>Tipo: Split inverter</p> <p>Capacidade Refrigeração: 22.000 BTU</p> <p>Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio</p>	Unidade

20818	<p>Locação aparelho ar-condicionado</p> <p><b>Descritivo complementar:</b></p> <p>Tipo: Split inverter</p> <p>Capacidade Refrigeração: 24.000 BTU</p> <p>Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio</p>	Unidade
20818	<p>Locação aparelho ar-condicionado</p> <p><b>Descritivo complementar:</b></p> <p>Tipo: Split inverter</p> <p>Capacidade Refrigeração: 30.000 BTU</p> <p>Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio</p>	Unidade
20818	<p>Locação aparelho ar-condicionado</p> <p><b>Descritivo complementar:</b></p> <p>Tipo: Split inverter</p> <p>Capacidade Refrigeração: 36.000 BTU</p> <p>Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio</p>	Unidade
20818	<p>Locação aparelho ar-condicionado</p> <p><b>Descritivo complementar:</b></p> <p>Tipo: Split inverter</p> <p>Capacidade Refrigeração: 48.000 BTU</p> <p>Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio</p>	Unidade
20818	<p>Locação aparelho ar-condicionado</p> <p><b>Descritivo complementar:</b></p> <p>Tipo: Split inverter</p> <p>Capacidade Refrigeração: 60.000 BTU</p> <p>Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio</p>	Unidade
	<p>Locação aparelho ar-condicionado</p> <p><b>Descritivo complementar:</b></p> <p><b>Tipo: MULTI SPLIT INVERTER</b></p>	

20818	Três a quatro evaporadoras para uma condensadora. Controle Remoto distinto por unidade evaporadora Capacidade Refrigeração: 60.000 BTU	Unidade
20818	Locação aparelho ar-condicionado <b>Descritivo complementar:</b> Centrais de ar condicionado tipo splitão e/ou cassete: 37 Tr	Unidade
20818	Locação aparelho ar-condicionado <b>Descritivo complementar:</b> Centrais de ar condicionado tipo splitão e/ou cassete: 45 Tr	Unidade
LOTE 02		
2771	Ar Condicionado - Manutenção de Sistemas / Limpeza <b>Descrição complementar:</b> Tipo: janela Manutenção preventiva; Manutenção corretiva; Instalação; Montagem; Desmontagem; Remoção;	UNIDADE



	De ar-condicionado com capacidade de refrigeração de 7.000 a 60.000 BTUs	
2771	<p>Ar Condicionado - Manutenção de Sistemas / Limpeza</p> <p><b>Descrição complementar:</b></p> <p>Tipo: Split (Hi Wall e/ou inverter)</p> <p>Manutenção preventiva;</p> <p>Manutenção corretiva;</p> <p>Instalação;</p> <p>Montagem;</p> <p>Desmontagem;</p> <p>Remoção;</p> <p>De ar-condicionado com capacidade de refrigeração de 7.000 a 60.000 BTUs</p>	UNIDADE
2771	<p>Ar Condicionado - Manutenção de Sistemas / Limpeza</p> <p><b>Descrição complementar:</b></p> <p>Tipo: piso-teto (Hi Wall e/ou inverter)</p> <p>Manutenção preventiva;</p> <p>Manutenção corretiva;</p> <p>Instalação;</p> <p>Montagem;</p> <p>Desmontagem;</p> <p>Remoção;</p> <p>Capacidade Refrigeração: 18.000 btu a 60.000 btu</p>	UNIDADE
16004 (Genérico)	<p>Comercialização / Recondicionamento de Peça e Componente</p> <p><b>Descrição complementar:</b></p> <p>Fornecimento de peças</p>	Verba (R\$)

LOTE 03		
2771	Ar Condicionado - Manutenção de Sistemas / Limpeza Descrição complementar: Tipo: Central (splitão e/ou cassete e/ou Sistema Set-Free Ecoflex (VRF)) Manutenção preventiva; Manutenção corretiva; Instalação (unidades evaporadoras e condensadoras); Montagem (unidades evaporadoras e condensadoras); Desmontagem (unidades evaporadoras e condensadoras); Remoção (unidades evaporadoras e condensadoras).	UNIDADE
16004 (Genérico)	Comercialização / Recondicionamento de Peça e Componente <b>Descrição complementar:</b> Fornecimento de peças	Verba (R\$)

4.3.1. Especificação do Objeto

No cumprimento da legalidade e em conformidade com as especificações do objeto, esclarecemos que utilizamos as informações constantes no catálogo do Compras.Gov.

4.3.1.1. Justificativa da descrição ou unidade de medida complementar

Para os CATMAT N° 2771 e 16004, fora inserido descritivo complementar visto que o catálogo do portal compas.gov não possui as informações necessárias para a prestação de serviço almejada para o lote 02 e seus respectivos itens. Dito isto, fora usado um CAT/MAT genérico para que o setor técnico adequasse a necessidade da Administração Pública Estadual, visto que o mesmo tem por objetivo unificar toda a demanda estadual.

4.3.1.2. INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS

**Para o lote 01:** As especificações do objeto estão em plena conformidade com as normas aplicáveis, sem necessidade de ajustes quanto à indicação de marcas ou modelos. Não foi identificada a necessidade de inclusão ou exclusão de referências a marcas ou modelos específicos, considerando que as exigências formuladas estão alinhadas com os requisitos técnicos, funcionais e de qualidade que se esperam do objeto;

**Para os lotes 02 e 03:** tendo em vista a quantidade e diferentes marcas e modelos presentes nas dependências das referidas Secretarias e Entidades estaduais, será exigido o fornecimento de peças novas e preferencialmente genuínas e/ou de marcas referenciais do mercado. Convém informar, que o presente processo visa atender a toda a demanda do Estado de Alagoas, logo a empresa contratada deverá observar as marcas e modelos presentes nas respectivas dependências.

Atesto, sob a minha responsabilidade, as especificações do objeto estão limitadas ao mínimo imprescindível à satisfação do interesse público, presente na generalidade dos produtos e modelos existentes no mercado, não consignando marca ou característica, especificação ou exigência exclusiva, excessiva, impertinente, irrelevante ou desnecessária que possa direcionar o certame ou limitar ou frustrar a competição ou a realização do objeto contratual.

#### **4.4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.4.1. CONTRATADA deverá possuir estrutura operacional, logística, administrativa e técnica compatível com a magnitude e complexidade do objeto, de forma a garantir o atendimento contínuo, simultâneo e eficiente das demandas de locação, manutenção preventiva, manutenção corretiva, instalação, desinstalação, adequações técnicas e fornecimento de peças dos lotes 01, 02 e 03.

4.4.2. A CONTRATADA deverá manter quadro funcional, frota operacional, ferramental técnico, equipamentos, sistema informatizado de gestão e suporte logístico suficientes para assegurar a continuidade dos serviços e o cumprimento dos níveis mínimos de serviço estabelecidos no Termo de Referência, dada a abrangência territorial da contratação, a existência aproximada de 24.000 equipamentos climatizadores distribuídos em diversos órgãos e entidades estaduais, bem como a necessidade de atendimento simultâneo de chamados classificados por criticidade operacional.

4.4.3. A Ata de Registro de Preços terá duração inicial de 12 meses, devendo a empresa contratada garantir qualidade, o cumprimento das metas e prazos dos serviços de manutenção, bem como as condições de segurança das instalações dos aparelhos de ar condicionado, conforto ambiental, higiene, entre outros, para continuidade dos serviços administrativos e para o público externo, buscando a maior economicidade e o menor impacto ambiental possível, obedecendo rigorosamente as portarias institucionais, normas técnicas e legislações vigentes;

4.4.3.1. Contrato proveniente da Ata de Registro de Preços terá duração inicial de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, conforme os artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

4.4.4. Os serviços prestados pela empresa serão avaliados de acordo com o Instrumento de Medição de Resultado - IMR, com potencial de impactar os pagamentos relativos as medições realizadas;

4.4.5. A empresa deve ser especializada na prestação de serviços de manutenção e locação de ar condicionado com dimensões e características semelhantes às dispostas no DFD, ETP e TR;

4.4.6. As empresas licitantes poderão realizar vistoria, facultativa, nas instalações do local de execução dos serviços (lote pretendido), acompanhado por servidor designado para este objetivo mediante prévio agendamento;

4.4.7. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução contratual:

- Frota operacional mínima de 10 (dez) veículos, próprios, locados ou sob posse legítima, destinados ao deslocamento das equipes técnicas;
- No mínimo 01 (um) técnico em refrigeração/climatização;
- No mínimo 10 (dez) profissionais certificados/capacitados para execução das atividades contratadas;
- Ferramental e equipamentos compatíveis com sistemas do tipo ACJ, split, piso-teto, cassete, splitão e VRF /VRV;
- Sistema informatizado de gestão operacional e rastreabilidade das ordens de serviço.

4.4.7.1. A exigência de 10 (dez) veículos da CONTRATADA justifica-se pela necessidade de assegurar a mobilidade contínua das equipes técnicas, o transporte adequado de ferramentas, equipamentos, insumos, peças e materiais, bem como a pronta resposta às demandas de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização e renovação de ar. Considerando a criticidade dos sistemas atendidos e a possibilidade de ocorrências que demandem intervenção imediata, a disponibilidade permanente de veículos em condições adequadas de uso mostra-se essencial para garantir a eficiência, a tempestividade, a segurança operacional e a continuidade da prestação dos serviços, não configurando restrição indevida à competitividade, mas requisito proporcional e pertinente à adequada execução do objeto contratual.

4.4.8. Para execução dos serviços, caberá à CONTRATADA o ônus de dimensionar, fornecer, manter e conservar pelo período que for necessário, ferramental, instrumental e equipamentos adequados e compatíveis com o tipo de serviço a ser prestado, a fim de assegurar a prestação satisfatória do contrato;

4.4.9. A CONTRATADA se obriga ao cumprimento das diretrizes contidas nas Normas Regulamentadoras NR-18 e NR-35, do Ministério do Trabalho e Emprego, aplicáveis às características de cada serviço, e adotar medidas de proteção, prioritariamente de ordem coletiva e supletivamente de ordem individual, em relação às condições de trabalho e segurança dos trabalhadores, devendo todos receber treinamentos admissional e periódicos, não repassando estes custos para a CONTRATANTE;

4.4.10. Os materiais a serem fornecidos na forma deste ETP, deverão ser obrigatoriamente novos, e quando for o caso, dentro do prazo de garantia estabelecido pelo fabricante;

4.4.11. Todas as Ferramentas e Equipamentos necessários para a realização dos serviços de operação, manutenção preventiva ou corretiva e reparos, adaptações e sistema de gestão de ordens de serviços, objeto da contratação, serão fornecidos pela empresa CONTRATADA. Sua obrigação abrangerá também o acondicionamento, transporte e demais procedimentos relacionados com a colocação e/ou disponibilização no local;

4.4.12. Deverá fornecer a seus empregados os equipamentos de proteção básicos para o desempenho da função quando exigível, enquadrando-se no que couber, com as normas de segurança regulamentadas pelo Ministério do Trabalho (NR-18 e NR-06);

4.4.13. Aplica-se às exigências das normas regulamentadoras de segurança e medicina do trabalho, principalmente no que tange a equipamentos de proteção individual (EPI's), de responsabilidade da CONTRATADA, devendo a mesma disponibilizá-los para os seus empregados, conforme o tipo de serviço a ser executado, tais como:

- Capa de PVC (\*);
- Cinturão paraquedista; Talabarte duplo;
- Capacete (\*);
- Luvas de proteção (\*);
- Óculos de proteção (\*);
- Protetor auricular tipo plug de inserção (\*);
- Bota de segurança preta com cabedal em couro (\*);
- Cinta Abdominal Lombar Ergonômica (\*);
- Máscara Respiradora Semi facial PFF2 Valvulada descartável (\*);
- Corda Padrão NR-18 de Poliamida Trançada para trabalhos acima de 2 m;

4.4.13.1. Ressalte-se que os EPI's são de uso exclusivo, os acima assinalados com (\*), são de uso estritamente pessoal e por isso não poderão ser compartilhados:

4.4.14. A CONTRATADA fornecerá gratuitamente a todos os seus trabalhadores os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, orientando sobre o uso e a sua conservação dos mesmos, observados as disposições legais vigentes. Os equipamentos deverão ser substituídos sempre que estiverem danificados, não repassando estes custos para a CONTRATANTE. Nesse sentido, a CONTRATADA:

4.4.14.1. Caso o trabalhador acuse risco grave e iminente à vida, recusando-se por isso a executar tarefa onde não esteja garantida a sua segurança, a CONTRATADA deverá apurar devidamente a denúncia, antes de obrigá-lo a executar tal tarefa ou puni-lo pela recusa, de forma que somente trabalhe em condições de segurança, nos moldes da legislação pertinente à tarefa ou trabalho em execução.

4.4.15. A CONTRATADA deverá manter seu pessoal sempre uniformizado e identificando-os mediante crachás com fotografia recente e portando roupas apropriadas com identificação da Empresa.

4.4.16. A CONTRATADA deverá realizar o Plano de Manutenção Operação e Controle - PMOC mediante o recebimento de nota de empenho, após visita técnica, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, apresentado o mesmo em mídia física para o gestor do contrato e via e-mail;

4.4.17. A CONTRATADA deverá fornecer sistema de gestão de ordens de serviços (Software), visando a monitoramento e gestão das prestações de serviços pretendidas, mediante o recebimento de nota de empenho, após visita técnica, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

4.4.17.1. O software deverá atender os seguintes requisitos:

- Fluxo Operacional End-to-End
- Gestão de PMOC e Conformidade
- Mobilidade e Geolocalização
- Controle Patrimonial e Ativos
- Gestão Financeira e Custos
- Rastreabilidade e Auditoria
- Dashboards e BI em Tempo Real
- Relatórios e Exportação Automática
- Qualidade e Satisfação do Usuário
- Performance e Integração
- Segurança e LGPD
- Qualidade do Ar e Boas Práticas

4.4.18. A CONTRATADA deverá realizar os procedimentos mensalmente para os lotes de locação e manutenções, são eles:

- Verificar ruídos e vibrações anormais
- Limpeza da evaporadora
- Limpeza do filtro de ar
- Medir o diferencial de pressão
- Verificar e eliminar frestas dos filtros
- Limpar/lavar (quando recuperável) ou substituir (quando descartável) o elemento filtrante
- Verificar grades de ventilação/exaustão
- Verificar a chave seletora
- Verificar atuação do termostato
- Verificar válvula reversara
- Medir e registrar tensão elétrica na alimentação, compressor e motores
- Medir e registrar corrente elétrica ventilador/compressor
- Medir e registrar temperatura ar insuflamento, retorno e ambiente

- Efetuar reaperto dos terminais, parafusos e molas
- Verificar estado de fiação, terminais e contatos elétricos
- Limpar bandeja
- Verificar a condensação e dreno e sua operação
- Verificar a vedação dos painéis de fechamento do gabinete
- Verificar a tensão das correias, para evitar o escorregamento nas polias
- Lavar as serpentinas e bandejas com remoção de biofilme (lodo) sem uso de produtos desengraxantes e corrosivo
- Limpar o gabinete do condicionador e ventiladores (carcaça e rotor)
- Verificar o funcionamento da resistência de aquecimento do cárter
- Verificar filtro e secador
- Verificar carga de gás refrigerante e vazamentos
- Verificar nível de óleo do compressor
- Verificar a operação da válvula de expansão
- Verificar e calibrar os dispositivos de segurança (pressostatos de alta/baixa e óleo)
- Verificar e calibrar os dispositivos de segurança, relés térmicos e fusíveis
- Verificar a calibragem e regulagem do termostato de controle de temperatura do ambiente
- Limpeza dos dutos
- Confecção de ramais principais e dutos
- Verificar e substituir se necessário lonas flexíveis dos dutos
- Instalação elétrica
- Verificação e substituição de componentes eletroeletrônicos
- Revitalização da rede de dutos dos anexos (Prédios)
- Verificação e substituição de rede elétrica e componentes para o uso pleno dos equipamentos (fios, disjuntores, quadro de luz e tomadas)

Trimestralmente:

- Eliminar danos, sujeiras e corrosão no gabinete, na moldura da serpentina e na bandeja
- Verificar e eliminar sujeiras, danos e corrosão

Semestralmente:

- Verificar a operação dos controles de vazão
- Verificar resistência de isolamento dos motores e compressores

Anualmente:

- Limpeza da condensadora
- Verificar protetor térmico compressor
- Verificar estado de conservação do isolamento termoacústico do gabinete
- Elaboração e fornecimento do Plano de Manutenção, Operação e Controle PMOC do sistema de climatização.

Observação: Além dos serviços acima descritos para as manutenções, ainda que não listados porém necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos, deverão ser realizados.

4.4.19. Para os lotes 02 e 03, nos casos que seja verificado a necessidade de manutenções corretivas a empresa deverá apresentar três orçamentos para a substituição das peças que apresentam necessidade de substituição ou reparo para o devido funcionamento do ar-condicionado.

4.4.20. Para os lotes 02 e 03, nos casos que seja necessário a retirada do ar-condicionado, a empresa irá fornecer um equipamento de potência igual ao retirado, bem como o valor da locação seguirá o valor adjudicado no lote 01 para as respectivas potências, limitando em até 10 diárias.

4.4.21. Para os lotes 01, 02 e 03, os chamados deverão observar os seguintes níveis mínimos de atendimento:

- I. Emergencial/Crítico: início do atendimento em até 2h;
- II. Alta Prioridade: até 6h;
- III. Média Prioridade: até 12h;
- IV. Baixa Prioridade/Programado: até 24h

A classificação da criticidade será definida pela CONTRATANTE conforme impacto operacional da unidade atendida.

4.4.22. Para os lotes 02 e 03, tratando-se dos reparos que haja a necessidade de substituição de peças, a empresa deverá manter histórico dos serviços realizados e peças substituídas dos equipamentos individualmente.

4.4.23. Para os lotes 02 e 03, nos casos que o equipamento apresente defeitos que os reparos somados cheguem até 60% do valor médio de mercado do equipamento equivalente novo, o órgão e/ou entidade detentora do contrato deverá ser informada e a contratada deverá apresentar o historio do equipamento e peças substituídas para que o entidade tome as devidas providencias cabíveis procedendo até mesmo com a substituição por equipamento novo.

4.4.24. Para os lotes 02 e 03, a contratada deverá realizar o histórico dos equipamentos e todos os procedimentos realizados, peças substituídas valor do equipamento, valor do montante das peças trocadas, sendo fornecido acesso ao contratante tais informações atualizadas em tempo real.

4.4.25. Para os lotes 01, 02 e 03, nos casos que haja a necessidade de reparos no sistema elétrico a contratada deverá realizar 03 orçamentos e apresenta-los ao gestor do contrato, para avaliação e verificação, a empresa poderá cobrar a titulo de mão de obra o valor da manutenção preventiva do respectivo equipamento que apresentou a necessidade de intervenção.

## **4.5. REQUISITOS MÍNIMOS PARA A HABILITAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL**

4.5.1. A CONTRATADA deverá dispor de profissionais tecnicamente capacitados e compatíveis com as atividades objeto da contratação, observadas as normas técnicas e regulamentadoras aplicáveis. Para fins de execução contratual, a CONTRATADA deverá manter, no mínimo:

- I. 01 (um) técnico da área de Mecânica/Industrial detentor de TRT (Termo de Responsabilidade Técnica, expedido pelo CFT - Conselho Federal dos Técnicos Industriais);
- II. 10 (dez) profissionais certificados e capacitados para execução das atividades relacionadas aos serviços contratados, incluindo treinamentos compatíveis com as atividades desempenhadas, especialmente NR-10, NR-35, PMOC, refrigeração/climatização, segurança em instalações elétricas e demais capacitações pertinentes à execução contratual;
- III. 01 (um) Engenheiro Mecânico detentor de Certidão de Registro do Profissional no Conselho Competente (CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia);
- IV. 01 (um) Engenheiro Eletricista detentor de Certidão de Registro do Profissional no Conselho Competente (CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia);
- V. 01 (um) Engenheiro de Segurança do Trabalho detentor de Certidão de Registro do Profissional no Conselho Competente (CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia);

4.5.1.1. Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica e Certidão de Acervo Técnico em nome do Engenheiro Mecânico pertencente ao quadro de funcionários do licitante;

4.5.1.2. Apresentar registro da empresa no Conselho Competente (CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia);

4.5.2. Considerando a natureza continuada da contratação, a elevada quantidade de equipamentos contemplados, a diversidade tecnológica dos sistemas de climatização existentes, a abrangência territorial da execução contratual e a necessidade de atendimento simultâneo das demandas dos órgãos participantes, identificam-se os seguintes critérios e parâmetros mínimos de qualificação técnico-operacional, compatíveis com as características, quantidades e complexidade do objeto pretendido:

4.5.2.1. Quantidades: Comprovação de execução anterior de serviços em quantitativo mínimo correspondente a 10% (dez por cento) dos equipamentos estimados para cada lote pretendido, sendo:

- I. Lote 01: Serviços de locação de equipamentos de climatização;
- II. Lote 02: Serviços de manutenção preventiva, corretiva, instalação e desinstalação de equipamentos de climatização;
- III. Lote 03: Serviços de manutenção preventiva, corretiva, instalação e desinstalação de sistemas centrais de climatização, incluindo splitão, cassete e sistemas VRF/VRV.

4.5.2.2. Será admitida, para fins de comprovação dos quantitativos mínimos exigidos, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de capacidade técnica executados de forma concomitante, desde que demonstrem compatibilidade operacional com a execução simultânea dos serviços previstos na contratação.

4.5.2.3. Os atestados de capacidade técnica deverão estar acompanhados da documentação técnica pertinente, incluindo Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e/ou Certidão de Acervo Técnico – CAT, quando aplicável, podendo a Administração promover diligências para verificação da autenticidade, compatibilidade técnica e efetiva execução dos serviços apresentados.

4.5.2.4. Considerando a dimensão operacional da contratação, a dispersão geográfica das unidades atendidas e a necessidade de manutenção contínua dos sistemas de climatização, a licitante deverá comprovar disponibilidade de estrutura técnico-operacional mínima compatível com a execução contratual, incluindo:

- I. Disponibilidade operacional de, no mínimo, 01 (um) Técnico Industrial em Refrigeração e Climatização, devidamente registrados no Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT, admitindo-se vínculo compatível, contratação direta, prestação de serviços especializados ou declaração de compromisso de contratação futura;
- II. Disponibilidade operacional de, no mínimo, 10 (dez) profissionais capacitados, qualificados ou certificados em atividades relacionadas à refrigeração, climatização, PMOC, manutenção HVAC, instalações elétricas, NR-10, NR-35 ou áreas correlatas, destinados à execução direta dos serviços;
- III. Disponibilidade mínima de 10 (dez) veículos operacionais, próprios, locados ou formalmente disponibilizados à contratada, destinados ao deslocamento das equipes técnicas, transporte de ferramentas, equipamentos, materiais e peças necessários à execução dos serviços nas unidades localizadas no Estado de Alagoas.

4.5.2.5. A comprovação da estrutura técnico-operacional mínima poderá ocorrer mediante apresentação de vínculo empregatício, contrato de prestação de serviços, contrato social, registros profissionais competentes, documentos de propriedade, posse, locação ou declaração formal de disponibilidade futura, exigindo-se a comprovação definitiva até a assinatura do contrato.

4.5.2.6. As exigências previstas neste item possuem caráter estritamente técnico-operacional e visam assegurar a adequada execução contratual, a continuidade dos serviços públicos, o cumprimento das rotinas preventivas, a mitigação de riscos operacionais, a manutenção da qualidade do ar interior e o atendimento eficiente das demandas dos órgãos participantes, observados os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e competitividade previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

4.5.2.7. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;



4.5.2.8. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor e/ou das empresas participantes do consórcio;

4.5.3. **DECLARAÇÃO DE VISTORIA** informando que realizou vistoria(s) no(s) local(is) de prestação de serviços ou **DECLARAÇÃO** informando que assume os riscos da não realização dessa faculdade. A mencionada vistoria deverá ser agendada diretamente com o setor requisitante. Caso a(s) licitante(s) opte(m) pela dispensa da vistoria, deverão apresentar a declaração formal pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação (dispensando a vistoria). Não será admitida qualquer alegação de desconhecimento total ou parcial dos serviços após a licitação;

4.5.4. **DECLARAÇÃO FORMAL** de disponibilidade de máquinas, ferramentas, equipamentos, veículos operacionais, sistema informatizado de gestão de ordens de serviço e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação.

#### **4.6. DA CLASSIFICAÇÃO COMO SERVIÇO DE ENGENHARIA**

4.6.1. A presente contratação enquadra-se como serviço de engenharia, considerando que contempla atividades técnicas especializadas relacionadas à operação, manutenção preventiva e corretiva, instalação, desinstalação, adequações técnicas, intervenções eletromecânicas, execução de PMOC, inspeção, diagnóstico, assistência técnica, análise operacional, substituição de componentes, adequações elétricas e demais intervenções em sistemas de climatização e refrigeração.

4.6.2. Os serviços abrangem equipamentos e sistemas de diferentes níveis de complexidade técnica, incluindo aparelhos do tipo janela, split, inverter, piso-teto, cassete, splitão, centrais de climatização e sistemas VRF/VRV, envolvendo:

- I. Sistemas elétricos;
- II. Sistemas mecânicos;
- III. Circuitos frigorígenos;
- IV. Comandos eletroeletrônicos;
- V. Componentes de segurança;
- VI. Balanceamento operacional;
- VII. Adequações técnicas;
- VIII. Execução do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC.

4.6.3. Nos termos da Resolução CONFEA nº 218/1973, as atividades relacionadas à operação, manutenção, instalação e assistência técnica em sistemas de climatização e refrigeração constituem atribuições afetas à engenharia mecânica, exigindo responsabilidade técnica de profissional legalmente habilitado.

4.6.4. A Decisão Normativa CONFEA nº 114/2019 estabelece que as atividades relacionadas a sistemas de climatização, incluindo projeto, instalação, manutenção, operação, inspeção, assistência técnica, avaliação, laudo e reparo, sujeitam-se à fiscalização do Sistema CONFEA/CREA, exigindo:

- I. Registro da pessoa jurídica junto ao CREA competente;
- II. Indicação de responsável técnico legalmente habilitado;
- III. Emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;
- IV. Compatibilidade entre as atribuições profissionais e as atividades executadas.

4.6.5. Considerando a abrangência estadual da contratação, a elevada quantidade de equipamentos, a diversidade tecnológica dos sistemas instalados, a necessidade de adequações elétricas, a execução de serviços em altura, os riscos operacionais envolvidos, a necessidade de atendimento contínuo e a criticidade dos ambientes atendidos, verifica-se imprescindível a participação de profissionais legalmente habilitados, bem como a observância das normas técnicas, regulamentadoras e de segurança aplicáveis à execução contratual.

#### **4.7. DA CLASSIFICAÇÃO COMO SERVIÇO COMUM**

4.7.1. O objeto da contratação caracteriza-se como serviço comum de engenharia, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que seus padrões de desempenho, qualidade e execução podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, normas técnicas, critérios objetivos de medição e requisitos operacionais padronizados.

#### **4.8. DO CARÁTER DE EXECUÇÃO CONTINUADA**

4.8.1. O objeto da contratação possui natureza continuada, considerando que sua interrupção compromete diretamente:

- I. A continuidade das atividades administrativas;
- II. As condições adequadas de conforto térmico;
- III. A qualidade do ar interior;
- IV. A preservação patrimonial dos equipamentos;
- V. A execução do PMOC;
- VI. A segurança operacional dos ambientes climatizados;
- VII. A saúde ocupacional dos usuários e servidores;
- VIII. E a regular prestação dos serviços públicos.

4.8.1.1. A continuidade operacional dos sistemas de climatização mostra-se indispensável especialmente em unidades administrativas, hospitalares, operacionais e de atendimento ao público, cuja paralisação pode ocasionar prejuízos ao interesse público e à regular execução das atividades institucionais.

#### **4.9. REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**

4.9.1. A contratação não se enquadra como serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, tendo em vista que a execução ocorrerá sob demanda, mediante ordens de serviço, sem exigência de disponibilização contínua de empregados exclusivamente alocados à Administração.

#### **4.10. REGIME DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

4.10.1. Considerando o risco para a Administração, bem assim o critério a ser utilizado para remunerar a contratada, em relação a todos os CATSER, A contratação adota como regime de execução de tarefa e por preço unitário.

#### **4.11. PRAZO DE VIGÊNCIA**

4.11.1. A contratação tem prazo de vigência de 12 meses, contado da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, prorrogável por até 10 anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **4.12. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

4.12.1. De acordo com os dados obtidos no mercado sobre a área do objeto da contratação e o porte das empresas que nela atuam. Considerando a magnitude da contratação, a abrangência estadual, a elevada quantidade de equipamentos, a necessidade de estrutura operacional contínua, os custos logísticos envolvidos, a necessidade de atendimento simultâneo e os riscos decorrentes da descontinuidade operacional, verifica-se necessária a exigência de qualificação econômico-financeira compatível com o porte da contratação.

4.12.2. Será exigido patrimônio líquido mínimo correspondente a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação, nos termos da legislação vigente, visando assegurar capacidade financeira mínima para execução contratual.

4.12.3. Da Garantia da Proposta

4.12.3.1. Considerando a complexidade operacional da contratação, a abrangência territorial dos serviços, a necessidade de manutenção de equipe técnica especializada, frota operacional mínima, sistema informatizado de gestão, atendimento simultâneo de múltiplas unidades e a criticidade dos ambientes atendidos, mostra-se tecnicamente recomendável a exigência de garantia da proposta, nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.12.3.2. A garantia da proposta tem por finalidade mitigar riscos relacionados à participação de licitantes sem capacidade econômico-financeira compatível com a execução contratual, bem como reduzir a ocorrência de desistências injustificadas, abandono do certame, recusa na assinatura da ata de registro de preços ou do contrato e demais situações capazes de comprometer a efetividade da contratação pública.

4.12.3.3. A medida busca assegurar maior segurança jurídica ao procedimento licitatório, estabilidade da contratação e proteção ao interesse público, especialmente em razão da essencialidade dos serviços de climatização, manutenção preventiva, manutenção corretiva, instalação, desinstalação, locação de equipamentos, elaboração de PMOC e suporte técnico continuado.

4.12.3.4. Diante das características do objeto, recomenda-se a exigência de garantia da proposta no percentual de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, observadas as modalidades previstas no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições legais aplicáveis.

#### **4.13. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA**

4.13.1. De acordo com o objeto da contratação e considerado o modo como é usualmente executado no mercado em geral, não será aceita cooperativa para a sua prestação, tendo em vista haver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e a cooperativa contratada ou a Administração (impossibilidade de execução com autonomia pelos cooperados), bem assim pessoalidade e habitualidade (impossibilidade de a execução da gestão operacional do serviço ser compartilhada ou em rodízio entre os cooperados).

#### **4.14. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO**

4.14.1. Poderão participar da presente licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio, sendo o número máximo aceito de 03 (três) empresas integrantes;

4.14.1.1. Em se tratando de consórcio de empresas, este deverá apresentar ainda as seguintes comprovações:

4.14.1.1.1. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

4.14.1.1.2. Em sendo o vencedor do certame, o consorcio é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I;

4.14.1.1.3. Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

4.14.1.1.4. É vedada a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

4.14.1.1.5. Respondem solidariamente os integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

4.14.1.1.6. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos

para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

4.14.1.1.7. Em se tratando da participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado;

4.14.1.1.8. Em se tratando de consórcio de empresas, deverá apresentar ainda as seguintes comprovações:

I - Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

4.14.1.1.9. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

ATESTO que foram indicadas, tão somente, as condições mínimas necessárias à habilitação e qualificação técnica para a execução do objeto, inexistindo exigências impertinentes ou irrelevantes, que restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do certame, nos moldes do artigo 9º e dos artigos 66-69, da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **5. Levantamento de Mercado**

Com base em levantamento de mercado e tendo em vista a análise das possíveis soluções nele existentes e que atendem aos requisitos especificados neste ETP;

Tendo em vista, a análise de diferentes fontes e conforme a apreciação das aquisições similares feitas por outros órgãos e entidades, na esfera estadual e na esfera federal;

Foi considerada a existência de um histórico favorável para a realização do certame nos moldes propostos, conforme evidenciado pelos editais anexados aos autos, que demonstram a competitividade e a adequação desta escolha em situações semelhantes anteriores.

Conforme o Art. 7º inciso III do decreto 90.381/23:

"b) serem consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional ou internacional, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração;"

Em consonância com o exposto anteriormente, identificamos soluções existentes que se assemelham ao objeto da contratação previamente realizada por outros órgãos. Tais soluções evidenciam a viabilidade e a eficácia das práticas propostas, e servem como parâmetros relevantes para a nossa atual necessidade de contratação:

Segue processos:

Histórico de processos licitatórios do lote 01 locação:

**Órgão/entidade: AMGES-AL**

Objeto da Contratação: LOCAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR PARA A NOVA SEDE DA AMGESP

Processo:E:04105.0000000712/2021 - Pregão presencial 01/2021

Histórico de processos licitatórios do lote 02 manutenção:

**Órgão/entidade: ALAGOAS PREVIDÊNCIA**

Objeto da Contratação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO.

Processo: E:04799.0000000743/2022 - Pregão eletrônico10.013/2023;

**Órgão/entidade: SEPLAG-AL**

Objeto da Contratação: Contratação de empresa especializada em manutenção de ar-condicionados.

Processo: 01700.0000000081/2023 - Pregão eletrônico10.274/2023;

**Órgão/entidade: DETRAN-AL**

Objeto da Contratação: Contratação de empresa para manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de ar-condicionado.

Processo: 05101.00000009205/2023 - Pregão eletrônico10.567/2023;

**Órgão/entidade: SSP-AL**

Objeto da Contratação: Contrato de Manutenção Preventiva e Corretiva do Ar Condicionado (SSP e Marechal Deodoro).

Processo: 02100.0000002741/2022 - Pregão eletrônico10.345/2023;

**Órgão/entidade: SSP-AL**

Objeto da Contratação: Contrato de Manutenção Preventiva e Corretiva do Ar Condicionado (SSP e Marechal Deodoro).

Processo: 02100.0000002741/2022 - Pregão eletrônico10.345/2023;

**Órgão/entidade: SEPREV-AL**

Objeto da Contratação: Contratação de empresa especializada em manutenção de ar condicionado.

Processo: 30004.0000000111/2022 - Pregão eletrônico 11.134/2022;

Não se vislumbrando a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam à necessidade da Administração;

Se observa a existência de múltiplas soluções ao problema que embasa a contratação almejada.

No caso deste Estudo Técnico Preliminar, pretende-se a contratação e locação de equipamentos de ar-condicionado com utilização imediata na satisfação das necessidades administrativas dos órgãos participantes do futuro registro de preços, visando obter eficiência e qualidade do gasto público, economia de recursos por meio do direcionamento das contratações para aquelas estritamente necessárias para a execução de suas atividades

--	--	--

Nº da Solução	Nome da Solução	Apresentação da Solução
1	Locação de ar-condicionado	Em remessa parcelada, a depender da demanda do órgão.
2	Manutenção preventiva, corretiva, instalação, desinstalação e substituição de peças por novas e originais	Prestação de serviço com remessa parcelada, a depender da demanda do órgão (capital e interior).
3	Manutenção preventiva, corretiva, instalação, desinstalação e substituição de peças por novas e originais	Abertura de concurso público para ingresso de servidor ao quadro funcional.
4	Aquisição de condicionadores de ar	O E:04105.00000000473/2024 para aquisição de condicionadores de ar, esta aguardando a homologação de demais tramites.

## 6. Descrição da solução como um todo

Foram identificadas as soluções múltiplas que contemplem os requisitos para o atendimento da necessidade da Administração Pública Estadual, tendo em vista a diversidade de necessidade a ser contemplada, segue soluções encontradas:

Solução Nº 1:

Locação de equipamentos, melhor custo-benefício para ambientes com maior incidência variáveis com alto poder de deterioração como maresia. Além disso, essa solução apresenta melhor custo benéfico por contemplar as manutenções devidas dos equipamentos por parte da contratada;

Solução Nº 2:

Serviço de Manutenção Ar-Condicionado, melhor custo-benefício para o correto funcionamento dos equipamentos adquiridos na solução nº 1, dando suporte aos produtos quanto a: Manutenção preventiva, corretiva, instalação, desinstalação e substituição de peças por novas e originais;

Solução Nº 3:

Concurso de técnico em Manutenção Ar-Condicionado. A realização de concurso público para a formação de corpo técnico, com equipes especializadas para a realização de manutenção dos aparelhos de ar-condicionado pertencentes a Administração, bem como a realização de certames licitatórios para a aquisição de peças de reposição desses equipamentos, o que segundo avaliação desta equipe é economicamente inviável, uma vez que nosso estado não apresenta condições para a realização de concurso público para a formação de equipes capacitadas para a realização de tais serviços.

Solução Nº 4:

O processo para aquisição encontra-se em fase de homologação, segue número do processo SEI: E: 04105.0000000473/2024, motivo este que o presente ETP não irá contemplar a solução nº 4, visto o andamento do processo supracitado.

Nesse sentido, registra-se que no processo foram consideradas como alternativas a serem analisadas as seguintes: a) aquisição dos equipamentos; b) manutenção própria; e c) locação de aparelhos de ar-condicionado.

Onde, após estudo, concluiu-se que a locação apresenta maior vantajosidade técnica, operacional e econômica, especialmente em razão das condições ambientais típicas de região litorânea, caracterizadas por elevada umidade relativa do ar, alta salinidade e atmosfera corrosiva, fatores que impactam diretamente o desempenho e a durabilidade dos sistemas de climatização.

Em ambientes costeiros, os equipamentos de ar-condicionado estão sujeitos à aceleração dos processos de corrosão, comprometimento de componentes metálicos, placas eletrônicas, serpentinas e trocadores de calor, resultando em redução significativa da vida útil, aumento da incidência de falhas operacionais e elevação expressiva dos custos de manutenção ao longo do tempo, sobretudo quando os equipamentos são adquiridos e passam a integrar o patrimônio da Administração Pública.

A opção pela aquisição de aparelhos de ar-condicionado, nesse contexto, revela-se menos eficiente, uma vez que o desgaste acelerado decorrente da ação da maresia implica depreciação precoce dos bens, necessidade de manutenções corretivas frequentes, substituições antecipadas e, em muitos casos, inviabilização econômica do investimento antes do prazo de vida útil estimado em condições ambientais normais. Ademais, a aquisição transfere integralmente à Administração os riscos técnicos, operacionais e financeiros associados ao envelhecimento prematuro dos equipamentos, bem como os ônus relacionados à gestão patrimonial, descarte ambientalmente adequado e reposição tecnológica.

Nesse cenário, a locação de aparelhos de ar-condicionado apresenta-se como a alternativa mais adequada, pois permite à Administração mitigar riscos, garantir continuidade do serviço e preservar a eficiência operacional, especialmente considerando que grande parte das unidades administrativas e secretarias encontra-se próxima à costa marítima, sujeita à incidência contínua de maresia. A locação assegura que os impactos ambientais adversos sejam absorvidos pela contratada, sem comprometimento da qualidade do serviço prestado ao usuário final.

Ainda assim, cabe mencionar que existe em andamento processo licitatório que trata de aquisição de ar condicionado, de maneira a atender aqueles órgãos excepcionais que já possuem contratos de manutenção e que não estão localizados em região de alto desgaste e corrosão da máquina e assim consideram suas preferências a modelagem da aquisição.

Essa última situação narrada comprova que a AMGESP, enquanto centralizadora dos pregões eletrônicos do estado, não está implementando uma política de governo que restringe a compra de condicionadores de ar e passa a definir a locação como solução para todas as entidades. Mas sim, estamos abrangendo as possibilidades através de um planejamento de compras bem estruturado e uma pesquisa mercadológica que garante maior eficiência e economia, buscando as soluções que mais de adequam as realidades atuais.

Nesse contexto, a locação apresenta as seguintes vantagens relevantes:

- a) Transferência integral dos riscos de desgaste prematuro, corrosão e falhas técnicas à empresa contratada, incluindo a responsabilidade pela manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e substituição de equipamentos;
- b) Redução de custos imprevisíveis associados a manutenções frequentes e substituições antecipadas, comuns em regiões com elevada salinidade e umidade;

- c) Garantia de continuidade do serviço, com substituição imediata de equipamentos que apresentem desempenho insatisfatório ou falhas recorrentes, sem ônus adicional para a Administração;
- d) Atualização tecnológica contínua, evitando a obsolescência funcional e energética dos equipamentos diante do desgaste acelerado típico do ambiente litorâneo;
- e) Eliminação de custos e obrigações patrimoniais, tais como depreciação, controle de bens, inventário, armazenamento e descarte ambientalmente adequado ao final da vida útil;
- f) Previsibilidade orçamentária, uma vez que os custos permanecem fixos e mensais, facilitando o planejamento financeiro e mitigando impactos decorrentes de manutenções extraordinárias;
- g) Atendimento permanente às normas técnicas e de eficiência energética, assegurado pela contratada durante toda a vigência contratual.

Dessa forma, à luz dos princípios da economicidade, eficiência, gestão de riscos, sustentabilidade e planejamento, previstos na Lei nº 14.133/2021, a locação de aparelhos de ar-condicionado se mostra superior às opções de aquisição e manutenção própria analisadas no Estudo Técnico Preliminar.

CONCLUSÃO

Conclui-se, pois, pela escolha das Soluções Nº 1 e 2, visto, conforme cotejadas as diversas relações custo-benefício, a partir das variáveis de utilização, garantia, assistência técnica e depreciação, tratar-se da opção mais vantajosa para a Administração, cujo mercado, considerados produtos, fabricantes e fornecedores, não apresenta restrições, revelando-se competitivo.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Lote 01			
CATMAT	Descrição	Unidade de Medida	Quantitativo de equipamentos
20818	Locação aparelho ar-condicionado <b>Descritivo complementar:</b> Cortina Ar Comprimento: 120 CM Potência mínima: 200 W Características Adicionais: Com Controle Remoto	Unidade	17



20818	<p>Locação aparelho ar-condicionado</p> <p><b>Descritivo complementar:</b></p> <p>Cortina Ar</p> <p>Comprimento: 200 CM</p> <p>Potência mínima: 320 W</p> <p>Características Adicionais: Com Controle Remoto</p>	Unidade	19
20818	<p>Locação aparelho ar-condicionado</p> <p><b>Descritivo complementar:</b></p> <p>Tipo: janela</p> <p>Capacidade Refrigeração: 9.000 BTU</p> <p>Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio</p>	Unidade	3
20818	<p>Locação aparelho ar-condicionado</p> <p><b>Descritivo complementar:</b></p> <p>Tipo: janela</p> <p>Capacidade Refrigeração: 12.000 BTU</p> <p>Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio</p>	Unidade	671
20818	<p>Locação aparelho ar-condicionado</p> <p><b>Descritivo complementar:</b></p> <p>Tipo: janela</p> <p>Capacidade Refrigeração: 18.000 BTU</p> <p>Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio</p>	Unidade	25
20818	<p>Locação aparelho ar-condicionado</p> <p><b>Descritivo complementar:</b></p> <p>Tipo: Split inverter</p> <p>Capacidade Refrigeração: 7.000 BTU</p>	Unidade	79

	Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio		
20818	Locação aparelho ar-condicionado <b>Descritivo complementar:</b> Tipo: Split inverter Capacidade Refrigeração: 9.000 BTU Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio	Unidade	665
20818	Locação aparelho ar-condicionado <b>Descritivo complementar:</b> Tipo: Split inverter Capacidade Refrigeração: 12.000 BTU Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio	Unidade	1.352
20818	Locação aparelho ar-condicionado <b>Descritivo complementar:</b> Tipo: Split inverter Capacidade Refrigeração: 18.000 BTU Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio	Unidade	736
20818	Locação aparelho ar-condicionado <b>Descritivo complementar:</b> Tipo: Split inverter Capacidade Refrigeração: 22.000 BTU Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio	Unidade	204
20818	Locação aparelho ar-condicionado <b>Descritivo complementar:</b> Tipo: Split inverter	Unidade	217

	Capacidade Refrigeração: 24.000 BTU  Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio		
20818	Locação aparelho ar-condicionado <b>Descritivo complementar:</b> Tipo: Split inverter Capacidade Refrigeração: 30.000 BTU Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio	Unidade	217
20818	Locação aparelho ar-condicionado <b>Descritivo complementar:</b> Tipo: Split inverter Capacidade Refrigeração: 36.000 BTU Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio	Unidade	40
20818	Locação aparelho ar-condicionado <b>Descritivo complementar:</b> Tipo: Split inverter Capacidade Refrigeração: 48.000 BTU Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio	Unidade	23
20818	Locação aparelho ar-condicionado <b>Descritivo complementar:</b> Tipo: Split inverter Capacidade Refrigeração: 60.000 BTU Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio	Unidade	71
	Locação aparelho ar-condicionado <b>Descritivo complementar:</b> <b>Tipo: MULTI SPLIT INVERTER</b>		

20818	Três a quatro evaporadoras para uma condensadora.  Controle Remoto distinto por unidade evaporadora  Capacidade Refrigeração: 60.000 BTU	Unidade	16
20818	Locação aparelho ar-condicionado  <b>Descritivo complementar:</b> Centrais de ar condicionado tipo splitão e /ou cassete: 37 Tr	Unidade	14
20818	Locação aparelho ar-condicionado  <b>Descritivo complementar:</b> Centrais de ar condicionado tipo splitão e /ou cassete: 45 Tr	Unidade	4
LOTE 02			
2771	Ar Condicionado - Manutenção de Sistemas / Limpeza  <b>Descrição complementar:</b>  Tipo: janela  Manutenção preventiva;  Manutenção corretiva;  Instalação;  Montagem;  Desmontagem;  Remoção;  De ar-condicionado com capacidade de refrigeração de 7.000 a 60.000 BTUs	UNIDADE	2.165
	Ar Condicionado - Manutenção de Sistemas / Limpeza  <b>Descrição complementar:</b>		

2771	<p>Tipo: Split (Hi Wall e/ou inverter)</p> <p>Manutenção preventiva;</p> <p>Manutenção corretiva;</p> <p>Instalação;</p> <p>Montagem;</p> <p>Desmontagem;</p> <p>Remoção;</p> <p>De ar-condicionado com capacidade de refrigeração de 7.000 a 60.000 BTUs</p>	UNIDADE	19.044
2771	<p>Ar Condicionado - Manutenção de Sistemas / Limpeza</p> <p><b>Descrição complementar:</b></p> <p>Tipo: piso-teto (Hi Wall e/ou inverter)</p> <p>Manutenção preventiva;</p> <p>Manutenção corretiva;</p> <p>Instalação;</p> <p>Montagem;</p> <p>Desmontagem;</p> <p>Remoção;</p> <p>Capacidade Refrigeração: 18.000 btu a 60.000 btu</p>	UNIDADE	325
16004 (Genérico)	<p>Comercialização / Recondicionamento de Peça e Componente</p> <p><b>Descrição complementar:</b></p> <p>Fornecimento de peças</p>	Verba (R\$)	<b>R\$ 4.296.111,44 (Quatro milhões, duzentos e noventa e seis mil cento e onze reais e quarenta e quatro centavos)</b>

LOTE 03			
	<p>Ar Condicionado - Manutenção de Sistemas / Limpeza</p> <p>Descrição complementar:</p>	UNIDADE	348

2771	Tipo: Central (splitão e/ou cassete e /ou Sistema Set-Free Ecoflex (VRF))  Manutenção preventiva;  Manutenção corretiva;  Instalação (unidades evaporadoras e condensadoras);  Montagem (unidades evaporadoras e condensadoras);  Desmontagem (unidades evaporadoras e condensadoras);  Remoção (unidades evaporadoras e condensadoras).		
16004 (Genérico)	Comercialização / Recondicionamento de Peça e Componente  <b>Descrição complementar:</b>  Fornecimento de peças	Verba (R\$)	R\$ <b>445.080,08</b> (Quatrocentos e quarenta e cinco mil oitenta reais e oito centavos)

Tendo em vista as soluções adotadas para o processo em comento a tabela abaixo informa a previsão do quantitativo por equipamento para os lotes 02 e 03 manutenção preventiva, manutenção corretiva, instalação e desinstalação, vale ressaltar que a quantidade exposta na tabela pode ser alterada mediante as necessidades dos órgãos participantes, visto suas demandas. Vejamos:

SERVIÇO	QUANTIDADE ANUAL	PERIODICIDADE
Instalação	01	Mediante a necessidade do Órgão
Desinstalação	01	Mediante a necessidade do Órgão
Manutenção preventiva	12	1 (uma) manutenção por mês
Manutenção corretiva	3	Mediante a necessidade do Órgão

Assim, considerando o exposto acima quanto as demandas anuais estimadas para os serviços, resta o seguinte entendimento:

## LOTE 02 – MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS

ITEM	CATMAT	DESCRIPTIVO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE MANUTENÇÕES PREVISTAS POR EQUIPAMENTO	QUANTIDADE TOTAL
------	--------	-------------	-------------------	-------------------------	--	------------------

19	2771	<p>Ar Condicionado - Manutenção de Sistemas / Limpeza</p> <p><b>Descrição complementar:</b> Tipo: <b>janela</b> Manutenção preventiva; Manutenção corretiva; Instalação; Montagem; Desmontagem; Remoção; De ar-condicionado com capacidade de refrigeração de <b>7.000 a 60.000 BTUs</b></p>	Quantidade total de manutenções	<b>2.165</b>	17	<b>36.805</b>
20	2771	<p>Ar Condicionado - Manutenção de Sistemas / Limpeza</p> <p><b>Descrição complementar:</b> Tipo: <b>Split (Hi Wall e/ou inverter)</b> Manutenção preventiva; Manutenção corretiva; Instalação; Montagem; Desmontagem; Remoção; De ar-condicionado com capacidade de refrigeração de 7.000 a 60.000 BTUs</p>	Quantidade total de manutenções	<b>19.044</b>	17	<b>323.748</b>
		<p>Ar Condicionado - Manutenção de Sistemas / Limpeza</p> <p><b>Descrição complementar:</b> Tipo: <b>piso-teto (Hi Wall e/ou inverter)</b> Manutenção preventiva;</p>				

21	2771	Manutenção corretiva; Instalação; Montagem; Desmontagem; Remoção; Capacidade Refrigeração: 18.000 btu a 60.000 btu	Quantidade total de manutenções	325	17	5.525
22	16004 (Genérico)	Comercialização / Recondicionamento de Peça e Componente <b>Descrição complementar:</b> Fornecimento de peças	Verba (R\$)	4.296.111,44	4.296.111,44	4.296.111,44

### LOTE 03 – MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS

ITEM	CATMAT	DESCRIPTIVO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE MANUTENÇÕES PREVISTAS POR EQUIPAMENTO	QUANTIDADE TOTAL
		Ar Condicionado - Manutenção de Sistemas / Limpeza  <b>Descrição complementar:</b>  <b>Tipo: Central (splitão e/ou cassete e/ou Sistema Set- Free Ecoflex (VRF)</b>				
23	2771	Manutenção preventiva;  Manutenção corretiva; Instalação (unidades evaporadoras e condensadoras);	Quantidade total de manutenções	348	17	5.916



Montagem (unidades  
evaporadoras e  
condensadoras);

Desmontagem  
(unidades  
evaporadoras e  
condensadoras);

Remoção (unidades  
evaporadoras e  
condensadoras).

Comercialização /  
Recondicionamento  
de Peça e

24	16004 (Genérico)	Componente <b>Descrição</b> <b>complementar:</b> Fornecimento de peças	Verba (R\$)	<b>445.080,08</b>	<b>445.080,08</b>	<b>445.080,08</b>
----	---------------------	--	-------------	-------------------	-------------------	-------------------

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Tendo em vista, as justificativas presentes nos autos do processo. ]

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

De acordo com o objeto da contratação, e após a avaliação da sua divisibilidade, com base na necessidade administrativa e no mercado fornecedor, procedeu-se ao maior parcelamento técnica e economicamente possível, realizando-se licitação do tipo menor preço por grupo de itens, pelas suas peculiaridades, deverá ocorrer na forma de lotes.

Tal opção se faz necessária tendo em vista a existência de três tipos distintos de modelos de ar-condicionado e que cada tipo possui uma metodologia de manutenção distinta, refletindo assim em seus custos, bem como para a locação fora utilizado como base os modelos e potências já instalados nas Secretarias que manifestaram via DFD.

A opção por lote é necessária para que se torne o gerenciamento da contratação mais eficiente, visto que, uma única empresa se tornará responsável pela manutenção e locação de todos os tipos de ar-condicionado presentes nos órgãos da Administração Pública estadual. Vale dizer que, em um único órgão, podem ser contemplados os três tipos de aparelhos e que, em caso de apresentação por item, um único órgão poderia ter que gerir o contrato com várias empresas diferentes, caso não seja feito o futuro certame em lote único. Desta forma, a contratação em lotes favorece a padronização e fiscalização do contrato de forma eficiente, sem a necessidade de se ter, para um mesmo tipo de serviço, diversas empresas contratadas.

Os itens terão como unidade de medida, conforme apresentação no CATSER, a apresentação de unidade, o que representa a quantidade de aparelhos presente em cada órgão.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Para a presente prestação de serviços não é necessária uma contratação correlata ou interdependente, tendo em vista que não há no âmbito desta Instituição contratações correlatas ou semelhantes com o objeto da contratação.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

A contratação se alinha ao planejamento da Administração Pública para registro de preços, tendo em vista a LEI ESTADUAL Nº 6.582, DE 18 DE MARÇO DE 2005, cabe à Agência de Modernização da Gestão de Processos – AMGESP, acompanhamento e controle referentes a compras de materiais e contratação de serviços da Administração Pública Estadual direta e indireta, inclusive por meio do Sistema de Registro de Preços, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 95.019/2023, de 2023.

A Agência de Modernização da Gestão de Processos – AMGESP desempenhará as funções do Órgão Gerenciador, responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente, regulamentado pelo De.

Tendo em vista o DECRETO ESTADUAL Nº 95.019, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023, que REGULAMENTA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP, PREVISTO NO ART.82 DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 01 DE ABRIL DE 2021, para o estado de Alagoas;

Com base no art. 3º O SRP poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial: I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto estadual, por meio da adesão de que trata o § 2º do art. 32 deste Decreto; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração;

Parágrafo único. O SRP poderá ser utilizado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e

II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

A Ata de Registro de Preços, decorrente do registro de preços, é documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

Quanto ao procedimento para estimativa de preços, sob responsabilidade da AMGESP, dar-se-á de acordo com as disposições do Decreto Estadual Nº 90.383/2023, conforme segue:

O decreto dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

Subordinam-se ao disposto no Decreto os órgãos e as entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado de Alagoas.

Sempre que possível, a aquisição de bens e a contratação de serviços balizar-se-ão pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

**Conforto:** Um ambiente com temperatura controlada proporciona maior conforto aos ocupantes, seja em hospitais, escritórios, escolas ou outros espaços públicos. Isso também contribui para um aumento da produtividade, visto a região nordeste ser uma das mais quentes do Brasil.

**Saúde e bem-estar:** Em climas quentes ou úmidos, o ar-condicionado pode ajudar a reduzir o desconforto causado pelo calor excessivo, prevenir a desidratação e evitar problemas de saúde relacionados ao calor, como exaustão e stress. Além disso, pode ajudar a controlar a umidade do ar, o que pode ser benéfico para pessoas com problemas respiratórios.

**Preservação de equipamentos e materiais sensíveis:** Em ambientes onde equipamentos eletrônicos sensíveis, obras de arte, documentos importantes ou produtos perecíveis estão presentes, o controle da temperatura e umidade proporcionado pelo ar-condicionado pode ser crucial para protegê-los contra danos causados pelo calor, umidade excessiva ou variações extremas de temperatura.

**Eficiência energética:** Embora o ar-condicionado consuma energia elétrica, quando operado corretamente e com manutenção adequada, pode contribuir para a eficiência energética ao permitir o fechamento de janelas e portas, reduzindo a entrada de calor externo e minimizando a necessidade de outros dispositivos de resfriamento menos eficientes, como ventiladores.

**Conformidade com normas e regulamentos:** Em alguns casos, a instalação de sistemas de ar-condicionado pode ser necessária para cumprir regulamentações de segurança e saúde ocupacional, especialmente em ambientes de trabalho onde a exposição prolongada a altas temperaturas pode representar um risco para os funcionários.

**Manutenção da qualidade do ar interior:** Além de resfriar o ar, muitos sistemas de ar-condicionado também possuem filtros que ajudam a remover partículas de poeira, poluentes e alérgenos do ar, melhorando assim a qualidade do ar interior e criando um ambiente mais saudável para os ocupantes.

**Controle de Infecções:** Temperaturas mais baixas podem ajudar a controlar a propagação de doenças infecto contagiosas, pois muitos microrganismos patogênicos têm dificuldade em sobreviver ou proliferar em ambientes frios. Isso é particularmente importante em áreas hospitalares.

**A economicidade:** buscando eliminar desperdícios e à utilização racional e eficiente dos recursos públicos, visando obter o melhor resultado possível com o menor custo, sem comprometer a qualidade dos serviços prestados à sociedade e aos usuários dos ambientes públicos estaduais climatizados artificialmente.

### **13. Providências a serem Adotadas**

Não verificamos providências que necessitem ser adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato.

#### **13.1. Prazo de execução;**

O prazo de execução dos serviços será contado do efetivo recebimento da Ordem de Execução até a expiração do prazo de vigência contratual.

#### **13.2. Índice de reajuste**

Considerando a proximidade da efetiva variação dos preços do objeto da contratação e o maior conservadorismo do indicador, define-se a aplicação do Índice Geral de Preços do Mercado-IGPM para a hipótese de reajuste.

#### **13.3. Providências para adequação do ambiente**

De acordo com o objeto da contratação, não há necessidade da adoção de cronograma de atividades para adequação do ambiente dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES, a fim de que a contratação surta seus efeitos. Com relação a indicação de um gestor do contrato, ressalta-se que a Intenção de Registro de Preço gera uma ata de registro de preços a qual é gerenciada pela AMGESP

#### **13.4. Da Classificação quanto ao Sigilo**

Com base na avaliação dos elementos anteriores do estudo técnico preliminar, o valor estimado total da contratação será sigiloso com exceção dos itens 22 do lote 02 e 24 do lote 03 tendo em vista que a modalidade de lances será por maior desconto sobre o valor disponibilizado.

### **14. Possíveis Impactos Ambientais**

Não verificamos impactos ambientais relevantes relacionados à presente contratação.

Na presente contratação devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

A empresa contratada deverá prezar pela promoção do desenvolvimento nacional sustentável, adotar os critérios e práticas de sustentabilidade, em especial os estabelecidos no art. 4º do decreto 7.746/2012, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e

VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Deverão ser observados os atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

**Atesta-se, sob responsabilidade funcional, que o estudo técnico preliminar elaborado é adequado e perfeitamente suficiente tanto à caracterização do interesse público envolvido e da melhor solução para o problema a ser resolvido, inclusive acerca de Descrição, Unidade de Medida e Quantidade, quanto à fundamentação do Termo de referência e demais instrumentos da contratação, elaborado que foi nos moldes do Decreto Estadual nº 90.381 /2023.**

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CICERO BARROS DANTAS NETTO**

Membro da comissão de contratação